



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

BACHARELADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ (APMG) ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA MILITAR (ESPM)

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 2025

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2. DIMENSÃO HISTÓRICA	6
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	7
3.1. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO	8
3.2. JUSTIFICATIVA	10
4. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS	12
4.1. OBJETIVO GERAL	13
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
5. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO	16
5.1. METODOLOGIA	18
5.2. AVALIAÇÃO	21
6. PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL	21
7. INTERNACIONALIZAÇÃO	23
8. ESTRUTURA CURRICULAR	26
8.1. CURRÍCULO PLENO	27
8.2. DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM ATIVIDADES E COMPONENTES CURRICULARES AO LONGO DO CURSO - MATRIZ CURRICULAR	31
8.2.1. Disciplinas	31
8.2.2. Estágio Curricular Obrigatório	37
8.2.3. Trabalho de conclusão de Curso	38
8.2.4. Atividade Acadêmica Complementar	38
8.2.5. Resumo da oferta	39
9. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	40
9.1. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	40
9.2. ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE	151
9.3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	153
9.4. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	153

9.5.	ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	154
9.6.	DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO	155
9.7.	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS	157
9.7.1	Recursos físicos, bibliográficos e de laboratórios existentes	158
10.	QUADRO DE SERVIDORES	160
10.1.	COORDENAÇÃO DE CURSO	161
10.2.	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	161
10.3.	CORPO DOCENTE	162
11.	ANEXOS	188

1. INTRODUÇÃO

A Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), segundo o art. 34, §2º da Lei Estadual nº 22.354/2025 é responsável pela execução dos cursos de atualização profissional, graduação, pós-graduação, adaptação, capacitação, formação, habilitação, especialização, aperfeiçoamento e comando e estado-maior, destinados a oficiais e praças da Polícia Militar do Paraná - PMPR e de outras corporações policiais militares e bombeiros militares, bem como a civis mediante convênio próprio. Ainda, no §4º do mesmo artigo, é estabelecido que a Escola Superior de Polícia Militar - ESPM da Academia Policial Militar do Guatupê - APMG, vinculada academicamente à Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, constitui-se em órgão especial, respeitadas as peculiaridades do ensino militar voltado às atividades de polícia ostensiva e à preservação da ordem pública, assegurados seus princípios institucionais.

Além de atender às exigências legais e normativas do ensino superior e do ensino policial militar, o Curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública apresenta características próprias que o distinguem de outros cursos de graduação. Trata-se de uma formação de natureza institucional específica, voltada à preparação inicial de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, integrando ensino superior acadêmico à formação militar, profissional e operacional, desenvolvida em regime de dedicação exclusiva e em tempo integral.

O curso está academicamente vinculado à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), por meio da Escola Superior de Polícia Militar da Academia Policial Militar do Guatupê, assegurando a observância dos princípios universitários de ensino, pesquisa e extensão, respeitadas as peculiaridades do ensino militar e os fundamentos da atividade de polícia ostensiva e preservação da ordem pública. O ingresso ocorre exclusivamente por concurso público, com exigência prévia de graduação em Direito, o que confere ao curso caráter de formação superior complementar e especializada, direcionada ao exercício do oficialato.

A matriz curricular é estruturada segundo a lógica da Educação Corporativa da Polícia Militar do Paraná, em consonância com a atualização de sua Lei de Organização Básica no ano de 2025, alinhando-se às diretrizes da Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública e às demandas contemporâneas da segurança pública. A formação proposta articula competências cognitivas, operativas e atitudinais,

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

com ênfase no desenvolvimento da liderança, do comando, da gestão organizacional e da tomada de decisão em ambientes complexos e de risco.

A organização didático-pedagógica privilegia a indissociabilidade entre teoria e prática profissional, materializada na realização de estágios operacionais e administrativos no período de aspirantado, integrados às atividades das unidades operacionais da Polícia Militar, tanto na capital e região metropolitana quanto no interior do Estado. A formação é orientada por princípios éticos, pela legalidade, pelo respeito aos direitos humanos e pelos valores institucionais, preparando o futuro Oficial para atuar de forma técnica, responsável e comprometida com o Estado Democrático de Direito e com a sociedade.

Para a reformulação do curso foi instituída comissão específica para a estruturação do currículo, conforme protocolo nº 24.521.557-6, composta pelo Ten.-Cel. QOEM PM Cristiano Israel Caetano, Maj. QOEM PM Reinaldo Anderson Alves Machado, Maj. QOEM PM Valdir Goedert Filho, Maj. QEO PM Eduardo Francisco Lewandowski, Cap. QOEM Denis Wellinton Viana e Cap. QOEM PM Elaine Pereira Melere. No processo de elaboração da nova matriz curricular, foram consultadas as Câmaras Técnicas da PMPR, instâncias que desempenham função análoga aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), assegurando a participação e a manifestação técnica dos diversos setores envolvidos.

A proposta resultante desse trabalho foi submetida aos escalões superiores da PMPR — Diretoria de Educação Corporativa (DEC), Estado-Maior (EM) e Comando-Geral (CG) por meio de reuniões técnicas, destinadas ao alinhamento e ao aperfeiçoamento da matriz curricular inicialmente elaborada pela comissão. Ademais, por intermédio de documento específico, conforme protocolo nº 24.746.004-7, os docentes responsáveis por cada área do conhecimento foram formalmente consultados para a elaboração das ementas das disciplinas que compõem o curso.

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

ITEM	DESCRIÇÃO
Curso	Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública
Ano de implantação	2026
Campus	Escola Superior de Polícia Militar (ESPM) da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG)
Centro de área	Ensino Policial Militar
Carga horária (Relógio)	Em horas/relógio: 3375 horas
Habilitação	Bacharelado
Regime de matrícula a	Seriado anual com disciplinas semestrais
Período de integralização	3 anos
Turno e quantidade de vagas	Integral Número de vagas: varia de acordo com o edital do concurso ¹

¹ A oferta de vagas para esse curso é anual, e depende de realização de concurso público vinculado à autorização do Poder Executivo do Estado do Paraná. Especificamente, a disponibilidade de vagas está vinculada à demanda de oficiais para o preenchimento dos quadros dos oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná - fator que varia conforme a quantidade de pedidos de aposentadorias, desligamentos ou criação de vagas. Além disso, a aprovação do concurso público - e consequentemente a contratação dos aprovados - também está correlacionada ao princípio da legalidade, no que tange à responsabilidade fiscal do poder executivo quando da contratação de pessoal.

2. DIMENSÃO HISTÓRICA

A Escola de Formação de Oficiais (EsFO) foi instituída através da Lei nº 1.844, de 19 de Março de 1919, cuja nomenclatura era Escola da Força Militar (EFM), que visava a formação dos oficiais da Corporação. A atual EsFO começou a funcionar nas dependências da APMG em 1969, mesmo antes da inauguração oficial da Academia. Desde o ano de 1982, o Conselho Federal de Educação (CFE), órgão que corresponde ao atual Ministério da Educação (MEC) reconhece como nível superior os Cursos de Formação de Oficiais ministrados nesta Casa de Ensino (Policial e Bombeiro Militar), com retroatividade ao ano de 1968, conforme Parecer nº 400/82 do CFE.

Para coroar o êxito da APMG, em 12 de junho de 2013, através da Lei nº 17.590, o governo do estado certificou a Academia Policial Militar do Guatupê como órgão de ensino vinculado à UNESPAR. Com este credenciamento a Academia pode ministrar cursos de graduação na categoria Bacharelado, bem como cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Assim a Escola Superior de Polícia Militar - ESPM da Academia Policial Militar do Guatupê é vinculada academicamente à Universidade Estadual do

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

Paraná - UNESPAR, constituindo-se em uma unidade especial, respeitadas as peculiaridades do ensino militar voltado às atividades de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, preservados seus princípios institucionais.

O Curso de Formação de Oficiais, que anteriormente recebeu a denominação de Bacharelado em Segurança Pública e Cidadania, é atualmente designado como Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública. O funcionamento desse curso foi formalmente autorizado pela Portaria nº 170/2020 – SETI, que estabeleceu sua oferta a partir do ano letivo de 2021, com carga horária total de 3.150 horas, regime de matrícula seriado anual, turno integral e período de integralização mínimo de três e máximo de quatro anos, a ser ministrado pela Escola Superior de Segurança Pública (ESSP), atualmente Escola Superior de Polícia Militar (ESPM) da Academia Policial Militar do Guatupê, unidade especial academicamente vinculada à UNESPAR, mantida pelo Estado do Paraná.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Uma das missões institucionais da Academia Policial Militar do Guatupê é a formação dos futuros profissionais de segurança pública da Polícia Militar do Paraná, seja para a carreira do oficialato, seja na carreira das praças, com a formação do soldado policial militar. Este estabelecimento de ensino também promove outros cursos de formação, destinados à ascensão das praças às graduações de sargento. Além disso, cabe à APMG a execução de cursos de especialização, aperfeiçoamento, habilitação, capacitação e qualificação profissional de operadores de segurança pública.

Destaque-se que o ensino de segurança pública obedece a um processo contínuo e progressivo, atualizado e aprimorado, voltado à aprendizagem sistemática de educação, a qual se desenvolverá desde a formação até os mais altos graus de ensino, buscando congrega a formação teórica com a prática, agregando conhecimento, pesquisa e extensão. Desta forma a filosofia de ensino deste estabelecimento busca uma correta adequação com a realidade do tempo e da sociedade, procurando formar, capacitar e qualificar pessoas dentro das novas realidades sociais.

Em relação ao curso “Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública” temos que o ingresso é feito através de realização de concurso público, cuja escolaridade

exigida para o cargo é de nível superior em Direito. O curso tem duração de três anos letivos, em caráter de dedicação exclusiva e em regime integral. A rotina do curso consiste em aulas de segunda-feira a sexta-feira, distribuídas em cinco horas/aula no período matutino e cinco horas/aula no período vespertino, das 7h30min às 18h00min - com intervalo de almoço das 12h00min às 13h30min. No terceiro ano do curso, os alunos em fase de aspirantado realizam os estágios operacionais e administrativos já integrados ao trabalho das unidades operacionais da Polícia Militar tanto na capital e região metropolitana, quanto no interior do Estado. A carga horária total é de 3375 horas, divididas entre disciplinas das áreas de conhecimento fundamental, profissional e complementar - de acordo com as peculiaridades do ensino policial militar.

Salienta-se que a matriz curricular do curso foi atualizada, adequando-se à evolução das dinâmicas sociais e ao surgimento de novas necessidades educacionais da Polícia Militar em decorrência da lógica de Educação Corporativa decorrente da atualização de sua Lei de Organização Básica no ano de 2025.

3.1. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

- a. Lei Federal nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.
- b. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública; Secretaria Nacional de Segurança Pública, Coordenação: Andréa da Silveira Passos... [ET AL.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014;
- c. Lei Federal nº 9.394, de 20 dez. 96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- d. Lei Estadual nº 1.943, de 23 jun. 54, Código da Polícia Militar do Paraná;
- e. Lei Estadual nº 21.828 de 13 de dezembro de 2023. Altera dispositivos da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, que institui o Código da Polícia Militar do Estado.
- f. Decreto Estadual nº 3.549, de 15 fev. 01, Regulamenta a duração do Curso de Formação de Oficiais;
- g. Portaria do Comando-Geral nº 330, de 14 mar. 14, Portaria de Ensino da PMPR (PE);
- h. Regimento Interno da Academia Policial Militar do Guatupê (RIAPMG) e suas alterações;

- i. Portaria nº 243, de 26 fev. 08, Normas Técnicas para Avaliação do Rendimento da Aprendizagem na Polícia Militar do Paraná (NOTARA);
- j. Diretriz nº 003/2015 - PM/3, Estabelece os procedimentos a serem adotados nos estágios operacionais Administrativos do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares;
- k. Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da LDB;
- l. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- m. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- n. Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências (no caso dos bacharelados e licenciaturas);
- o. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- p. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira";
- q. Lei 11.645 de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
- r. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
- s. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- t. Deliberação nº 04/13, que estabelece normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;

u. Lei 17.505, de 11 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências;

v. Deliberação CEE nº 04/10, que dá nova redação ao artigo 2º da Deliberação CEE/PR nº 04/06, que estabelece normas para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

w. Deliberação CEE/CP nº 06/20, normas para as Instituições de Educação Superior mantidas pelo Poder Público Estadual e Municipal do Estado do Paraná e dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições e de seus cursos;

x. Deliberação CEE/CP nº 08/2021, normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino;

y. Estatuto da Unespar;

z. Regimento Geral da Unespar;

aa. Regulamento de Execução e Supervisão das Atividades de Ensino de Graduação da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR;

bb. Regulamento de Extensão na Unespar;

cc. Regulamento da Curricularização da Extensão na Unespar;

dd. Regulamento de Pesquisa;

ee. Regulamento Geral dos Estágios Obrigatório e Não Obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Paraná;

ff. PDI da Unespar;

3.2. JUSTIFICATIVA

As polícias militares de todos os estados da federação, enquanto forças de segurança pública, têm como missão constitucional a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. (Brasil, 1988). Neste contexto, a Segurança Pública torna-se assunto de natureza estratégica nas políticas governamentais, sendo a polícia militar peça fundamental na promoção e na aplicação destas políticas de segurança pública.

O contexto sociopolítico da sociedade atual é desafiador por essência, o que exige o emprego dos agentes estaduais de segurança pública nas mais variadas circunstâncias. Este emprego de policiais militares deve ocorrer com o pleno domínio de técnicas, táticas, leis e regulamentos na realização da atividade fim.

Assim sendo, é imperativo fundamentar a ação dos agentes num arcabouço científico que lhes forneça uma sustentação teórica e doutrinária, além de segurança operacional e jurídica, com vistas ao fornecimento de um serviço eficaz, eficiente e efetivo à sociedade, garantindo não somente a preservação da ordem pública, mas a plena sensação de segurança aos cidadãos.

Diante desse cenário as atividades formativas desenvolvidas na Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê possibilitam o desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento, promovendo o inter-relacionamento com a sociedade e com as instituições coirmãs, visando à atualização constante da doutrina profissional da área de segurança pública, em conformidade com a dinâmica social.

Com a promulgação da nova Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná, em abril de 2025 (Paraná, 2025a, art. 15, II), a então denominada Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP) foi reestruturada, passando a denominar-se Diretoria de Educação Corporativa (DEC). Tal alteração representa não apenas uma mudança administrativa, mas sobretudo uma atualização conceitual no campo da formação policial, ao atribuir à nova diretoria a responsabilidade pelo planejamento, organização, direção, controle e inovação das atividades de formação inicial e continuada no âmbito da Corporação (Paraná, 2025a, art. 18, I).

Em alinhamento a essa nova estrutura organizacional, foi editada a Portaria do Comando-Geral nº 682, de 12 de junho de 2025, que aprovou o Planejamento Estratégico da Polícia Militar do Paraná para o triênio 2025–2027 (Paraná, 2025c). O documento reconheceu como potencialidade a ampliação de parcerias com instituições de ensino superior e órgãos técnicos, com vistas ao fortalecimento da qualificação profissional e ao aprimoramento do desempenho institucional.

Nesse cenário, o objetivo estratégico de promover o desenvolvimento profissional contínuo assume posição central, materializando-se no resultado-chave de revisar os currículos de todos os cursos constantes no catálogo de cursos da Corporação (Paraná,

2025c, p. 64). Logo, esta proposta encontra-se em consonância com as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), notadamente no que se refere ao fortalecimento da formação e da capacitação continuada dos profissionais de segurança pública (Brasil, 2018, art. 5º, VI) e à promoção da padronização da qualificação profissional em âmbito nacional (Brasil, 2018, art. 6º, XI). Ademais, a PNSPDS ressalta a relevância de uma educação policial estruturada, humanizada e orientada pelos princípios da legalidade, da eficiência, da cidadania e do respeito aos direitos humanos.

O curso foi reconhecido pelo Parecer CEE/CES n.º 147/24, aprovado em 03 de dezembro de 2024, pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, obtendo conceito 5 na avaliação externa, conforme a Informação n.º 108/2024-CES/SETI, a qual não apresentou qualquer recomendação ou sugestão de reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso.

O relatório de autoavaliação institucional da APMG de 2024, conduzido pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da UNESPAR, avaliou a instituição a partir de cinco eixos principais: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física. A avaliação identificou importantes potencialidades, como o avanço significativo no planejamento estratégico, que alcançou uma média de 4,6, e a satisfação elevada com as Políticas de Pessoal. No entanto, também foram identificadas fragilidades, como a baixa adesão de docentes e gestores ao processo de autoavaliação, o que compromete a abrangência das perspectivas coletadas, e a fraca articulação entre pesquisa, ensino e extensão. Com base nessas análises, para a reestruturação do PPC, foram capitalizadas as potencialidades identificadas, evidenciando a pesquisa, extensão e produção científica.

4. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

Uma das missões institucionais da Academia Policial Militar do Guatupê é a formação dos futuros profissionais de segurança pública da Polícia Militar do Paraná, seja para a carreira do oficialato, seja na carreira das praças, com a formação do soldado policial militar. Este estabelecimento de ensino também promove outros cursos de formação, destinados à ascensão das praças às graduações de sargento. Além disso, cabe à APMG a execução de cursos de especialização, aperfeiçoamento, habilitação,

capacitação e qualificação profissional de operadores de segurança pública.

Destaque-se que o ensino de segurança pública obedece a um processo contínuo e progressivo, atualizado e aprimorado, voltado à aprendizagem sistemática de educação, a qual se desenvolverá desde a formação até os mais altos graus de ensino, buscando congrega a formação teórica com a prática, agregando conhecimento, pesquisa e extensão. Desta forma a filosofia de ensino deste estabelecimento busca uma correta adequação com a realidade do tempo e da sociedade, procurando formar, capacitar e qualificar pessoas dentro das novas realidades sociais.

Em relação ao curso “Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública” temos que o ingresso é feito por concurso público, através de realização de concurso público, cuja escolaridade exigida para o cargo é de nível superior, especificamente no campo do Direito. O curso tem duração de três anos letivos, em caráter de dedicação exclusiva e em regime integral.

A rotina do curso consiste em aulas de segunda-feira a sexta-feira, distribuídas em cinco horas/aula no período matutino e cinco horas/aula no período vespertino, das 7h30min às 18h00min - com intervalo de almoço das 12h00min às 13h30min. No terceiro ano do curso, os alunos em fase de aspirantado realizam os estágios operacionais e administrativos já integrados ao trabalho das unidades operacionais da Polícia Militar tanto na capital e região metropolitana, quanto no interior do Estado.

A carga horária total é de 3375 horas, divididas entre disciplinas das áreas de conhecimento fundamental, profissional e complementar - de acordo com as peculiaridades do ensino policial militar. Salienta-se que a matriz curricular do curso foi atualizada, adequando-se à evolução das dinâmicas sociais e ao surgimento de novas necessidades educacionais da Polícia Militar em decorrência da lógica de Educação Corporativa decorrente da atualização de sua Lei de Organização Básica no ano de 2025.

4.1. OBJETIVO GERAL

A base pedagógica para um curso superior em Ciências Policiais e Segurança Pública considera a natureza dos profissionais adultos, com sua experiência e busca por aprimoramento. Neste contexto, o Modelo Andragógico de Malcolm Knowles e a Teoria da Aprendizagem Experiencial de David Kolb são essenciais para um processo educativo

eficiente. O Modelo Andragógico de Knowles estabeleceu a educação de adultos como um campo distinto da pedagogia infantil. Barros (2018, p. 3) observa que esse modelo iniciou debates e definiu uma abordagem para o aprendizado adulto. As características fundamentais do modelo de Knowles são relevantes para a segurança pública: o profissional busca a aplicabilidade do conhecimento em sua rotina e o currículo deve mostrar como o conteúdo se conecta à resolução de problemas e à melhoria de funções (Barros, 2018, p. 4). Logo, este projeto pedagógico busca então reconhecer o aluno como um indivíduo autônomo, promovendo sua participação e autogestão da aprendizagem, com o educador atuando como facilitador (Barros, 2018, p. 4). As experiências desses estudantes são um recurso a ser utilizado para discussões e a construção de saberes, por meio de métodos ativos (Barros, 2018, p. 5). A prontidão do adulto para aprender está ligada à relevância do conhecimento para suas funções e desafios; assim espera-se que conteúdos sobre segurança pública estejam diretamente conectados ao cotidiano do trabalho a ser desenvolvidos pelos alunos. O aprendizado adulto é direcionado a problemas e tarefas, buscando soluções imediatas e a melhoria de desempenhos (Barros, 2018, p. 5). O projeto do curso, portanto, busca focar em desafios e estudos de caso. A motivação do profissional de segurança é interna, impulsionada pelo desejo de servir e progredir, assim o ambiente educacional buscará nutrir essa automotivação com um aprendizado significativo.

Complementando Knowles, a Teoria da Aprendizagem Experiencial de David Kolb oferece uma compreensão dinâmica do desenvolvimento profissional, articulando teoria e prática em um ciclo de reflexão. Pimentel (2007, p. 159) ressalta o valor do conhecimento experiencial quando confrontado e refletido com o conhecimento teórico. Assim, a experiência em segurança pública é um ponto de partida para a aprendizagem. Seu valor formativo se concretiza ao ser submetida a processos reflexivos que permitem a ressignificação com base em referências teóricas. A aprendizagem, conforme Pimentel (2007, p. 166), implica um processo reflexivo que desenvolve a profissionalidade, seguindo as quatro etapas do ciclo de Kolb: experiência concreta (situações vivenciadas), observação reflexiva (análise de experiências para identificar padrões e desafios), conceituação abstrata (desenvolvimento de conhecimentos a partir da prática) e experimentação ativa (aplicação de conceitos em novas situações, aprimorando o aprendizado). Este processo contínuo, onde a reflexão sobre a prática aprofunda a compreensão e aprimora a ação, é fundamental para o desenvolvimento de

competências.

A metodologia de ensino para este Curso de Ciências Policiais e Segurança Pública, alinhada às abordagens de Knowles e Kolb, também se baseia em pontos trazidos por Perrenoud (1999), que demanda movimentos interdependentes para a formação em Ciências Policiais e Segurança Pública. A mobilização para a aprendizagem deve ser guiada pelo interesse, pela busca de conhecimento e pela conexão com a realidade da segurança pública. Isso implica considerar as necessidades institucionais e pessoais do profissional, incentivando a análise do conhecimento anterior para reformular conceitos e ações em cenários complexos. A desconstrução e reconstrução do conhecimento deve desenvolver a capacidade de análise, síntese, crítica e criação. A partir da exploração de situações reais e da reflexão sobre a ação, os profissionais poderão questionar, adaptar e inovar suas práticas. A autoavaliação da ação e produção do discente deve ocorrer por meio da reflexão sobre as ações e os resultados.

Os modelos de Knowles, Kolb e a metodologia de Perrenoud (1999) alinham-se às diretrizes da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas de Profissionais de Segurança Pública (Brasil, 2014). Esta matriz propõe um sistema educativo que visa o desenvolvimento de competências cognitivas, procedimentais e atitudinais, que são essenciais ao ciclo reflexivo e à valorização do aprendizado adulto. Assim, o projeto pedagógico busca formar profissionais da segurança pública com conhecimento, capacidade de reflexão, autonomia e adaptação aos desafios da área.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Desenvolver competências práticas e teóricas na área de Defesa Pessoal e Técnicas de Imobilização: O curso visa capacitar os policiais militares com conhecimentos avançados sobre as principais técnicas de defesa pessoal, incluindo o domínio das diferentes formas de imobilização, considerando as especificidades da atuação policial no contexto urbano e rural. A concepção teórica do curso baseia-se nas mais recentes publicações científicas e diretrizes operacionais da Polícia Militar, com embasamento em metodologias de ensino que priorizam a aplicação real e a adaptação das técnicas ao contexto de segurança pública.

Promover a formação integral dos policiais, considerando a saúde física, psicológica

e social: A capacitação não se limita ao domínio técnico, mas integra conceitos de bem-estar físico e psicológico, essenciais para o desempenho eficiente nas atividades policiais. A pedagogia do curso incorpora teorias sobre treinamento funcional, biomecânica e a psicologia do estresse, visando preparar os policiais para o enfrentamento de situações extremas com segurança e equilíbrio emocional.

Fomentar a aplicação prática de técnicas adaptadas à realidade da Polícia Militar do Paraná: Os alunos serão incentivados a aplicar as técnicas aprendidas em cenários simulados, baseados em estudos de casos reais, com o intuito de melhorar a tomada de decisão rápida e eficaz. A metodologia pedagógica adota o conceito de "aprendizagem experiencial", onde a vivência e a prática são fundamentais para a assimilação dos conceitos. A base científica inclui pesquisas recentes sobre a eficácia do treinamento em situações de alta pressão, como enfatizado em estudos sobre a performance policial.

Refletir sobre as melhores práticas de ensino-aprendizagem para a formação policial: A construção do curso baseia-se em princípios pedagógicos sólidos, como o ensino ativo e colaborativo, com foco em resultados práticos. As bases científicas que sustentam a metodologia de ensino incluem a teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel, a pedagogia crítica e a teoria do aprendizado experiencial de Kolb, todas adaptadas ao contexto da formação de profissionais da segurança pública.

Consolidar um modelo de avaliação contínua e crítica das práticas de ensino: A avaliação do aprendizado será realizada de forma contínua e criteriosa, utilizando métodos de avaliação qualitativa e quantitativa para mensurar o desenvolvimento das competências ao longo do curso. O modelo de avaliação adotado é fundamentado em teorias de avaliação formativa, que priorizam a reflexão crítica sobre o próprio processo de aprendizagem e incentivam a melhoria contínua dos alunos.

5. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

O processo de ensino-aprendizagem se compõe de conteúdos organizados que são transmitidos por meio de uma interação social que tem como finalidade o desenvolvimento cognitivo, afetivo, cultural, social e físico do indivíduo, portanto, a sua integração na sociedade como um agente ativo de transformação social.

O ensino policial militar é dividido em três principais vertentes, a saber:

- a) **Núcleo de fundamentos:** destinada a assegurar adequada base humanística e científica, com vistas ao desenvolvimento da cultura dos integrantes da polícia militar;
- b) **Núcleo de formação Profissional/Operacional:** destinada a assegurar o necessário embasamento técnico, bem como à operacionalização das funções típicas da profissão, aos integrantes da polícia militar;
- c) **Núcleo de formação Complementar:** visa ao enriquecimento da habilitação profissional do policial militar, ampliando o objetivo central do curso, de modo a assegurar a prática necessária dos ensinamentos oriundos das áreas fundamental e profissional.

A Academia Policial Militar do Guatupê ao estruturar as matrizes curriculares de seus cursos orienta-se pela Matriz Curricular Nacional da Secretária Nacional de Segurança Pública - SENASP, ressalvadas as peculiaridades da corporação nas ações formativas do profissional de segurança pública. A Matriz Curricular Nacional tem por objetivo ser um referencial teórico-metodológico que orienta as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública - Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares - independentemente da instituição, nível ou modalidade de ensino que se espera atender. Este pensamento impulsiona a necessidade de se repensar os currículos existentes, bem como a organização curricular e os espaços-tempo das ações formativas, para que essa nova estrutura possa privilegiar - durante toda a formação dos profissionais de segurança pública - os seguintes aspectos:

- a) Foco no processo de aprendizagem;
- b) Construção de redes de conhecimento que promovam a integração, a cooperação e a articulação entre diferentes instituições;
- c) Diversas modalidades de ensino;
- d) Diferentes tipos de aprendizagem e recursos;
- e) Desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e afetivas;
- f) Autonomia intelectual;
- g) Reflexão antes, durante e após as ações.

As competências são entendidas como a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual. No âmbito desse documento, trabalharemos com três conjuntos de competências:

- a) **Competências Cognitivas:** são competências que requerem o

desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações.

b) **Competências Operativas:** são as competências que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.

c) **Competências Atitudinais:** são competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais, conscientizando a interação com o grupo e aprimorando a capacidade de conviver em diferentes ambientes.

5.1. METODOLOGIA

Na visão educacional pretendida, o ensino é entendido como um processo que requer uma ação intencional do educador para que ocorra a promoção da aprendizagem, a construção/reconstrução do conhecimento e a apropriação crítica da cultura elaborada, considerando a necessidade de padrões de qualidade e de abrangência a princípios éticos. Os eixos articuladores estruturam o conjunto de conteúdos transversais que permeiam as ações formativas. Eles foram definidos a partir da relevância e pertinência nas discussões sobre segurança pública e a partir de sua relação com as problemáticas sociais - atuais e urgentes - de abrangência nacional. As áreas temáticas contemplam os conteúdos indispensáveis às ações formativas, que devem estar alinhados ao conjunto de competências cognitivas, operativas e atitudinais.

Associam-se à orientação da construção de currículos - a partir de eixos articuladores e áreas temáticas – as orientações para o desenvolvimento de capacidades gerais, adquiridas progressivamente, além do desenvolvimento de competências específicas, necessárias para responder aos desafios sem precedentes das ações concretas da área de segurança pública.

No sentido de valorizar a capacidade de utilização crítica e criativa dos conhecimentos, e não o simples acúmulo de informações, a Matriz Curricular Nacional fornece, na elaboração das competências e objetivos, nos significados dos eixos articuladores e das áreas temáticas, no desenho da Malha Curricular, nas diretrizes pedagógicas e na proposta metodológica, inúmeros subsídios e instrumentos que

possibilitam às academias policiais a elaboração de caminhos para que o profissional da área de segurança pública possa - de maneira autônoma e responsável - refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho.

Os princípios da Matriz Curricular Nacional são preceitos que fundamentam a concepção das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública. Para efeito didático, eles estão classificados em três grandes grupos, conforme segue:

a) **Éticos:** são os princípios que enfatizam a relação existente entre as ações formativas e a transversalidade dos Direitos Humanos, contribuindo para orientar as ações dos profissionais da área de segurança pública num estado democrático de direito.

b) **Educacionais:** são os princípios que apresentam as linhas gerais sobre as quais estão fundamentadas as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

c) **Didático-pedagógicos:** são os princípios que orientam as ações e atividades referentes aos processos de planejamento, execução e avaliação utilizados nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

A dinâmica e a flexibilidade da Matriz Curricular Nacional se encontram nas infinitas possibilidades de interação existentes entre os eixos articuladores e as áreas temáticas. São essas interações que proporcionam a visualização, tanto de conteúdos que contribuam para a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública, como de conteúdos que atendam às peculiaridades regionais.

Eixos Articuladores

Os eixos articuladores da Matriz Curricular Nacional estruturam o conjunto dos conteúdos de caráter transversal definidos por sua pertinência nas discussões sobre segurança pública e por envolverem problemáticas sociais de abrangência nacional. Eles devem permear as diferentes disciplinas, seus objetivos, conteúdos, bem como as orientações didático-pedagógicas. São chamados de eixos articuladores na medida em que conduzem para a reflexão sobre os papéis individuais, sociais, históricos e políticos do profissional e das instituições de segurança pública. Têm um caráter orientado para o desenvolvimento pessoal e a conduta moral e ética, referindo-se às finalidades gerais das ações formativas, estimulando o questionamento permanente e reflexivo sobre as práticas profissionais e institucionais no contexto social e político em que elas se dão.

Os quatro eixos que compõem esta matriz foram selecionados para orientar os

currículos das ações formativas pela amplitude de possibilidades que apresentam para estruturação dos diversos processos pedagógicos. São eles:

- a) Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública;
- b) Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública;
- c) Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; e
- d) Diversidade, Conflitos e Segurança Pública.

Áreas Temáticas

As áreas temáticas devem contemplar os conteúdos indispensáveis à formação do profissional da área de segurança pública e sua capacitação para o exercício da função. Na elaboração da Matriz foram elencadas oito áreas temáticas destinadas a acolher um conjunto de áreas de conhecimentos que serão tratados nos currículos dos cursos de formação policial. As áreas temáticas designam também os espaços específicos da construção dos currículos a serem elaborados pelas instituições de ensino, em conformidade com seus interesses, peculiaridades e especificidades locais. Mesmo sendo utilizada como referência para abrigar um conjunto de disciplinas na Malha Curricular, a ser apresentada neste documento, o uso do termo “área” deu-se, originalmente, em função de a área temática identificar um conjunto de conteúdos a serem tratados no currículo.

Cada área temática define um espaço de conteúdos que deverão ser trabalhados pelas áreas de conhecimento, possibilitando complementações que atendam às expectativas das diversas instituições, carreiras, demandas da sociedade e peculiaridades locais e/ou regionais.

As áreas temáticas propostas pela Matriz Curricular Nacional são:

- a) Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública;
- b) Violência, Crime e Controle Social;
- c) Cultura e Conhecimentos Jurídicos;
- d) Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
- e) Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;
- f) Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública;
- g) Cotidiano e Prática Policial Reflexiva; e
- h) Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

A área temática Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública corresponde à concretização final de todo o processo de formação destinado a instrumentalizar o profissional de segurança pública para o desempenho de sua função. A qualidade desse desempenho está, contudo, vinculada às competências cognitivas, operativas e atitudinais contempladas pelas demais áreas temáticas.

5.2. AVALIAÇÃO

O sistema de Avaliação do processo de ensino-aprendizagem na Academia Policial Militar do Guatupê segue as Normas Técnicas de Avaliação do Rendimento e da Aprendizagem (NOTARA) - Anexo I - adotadas no âmbito da Polícia Militar do Paraná, estando em sintonia com a sistemática de avaliação do ensino superior. Essas normas atendem às peculiaridades do ensino de segurança pública em que a classificação final do curso de formação implica em na progressão na carreira.

6. PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

O Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública busca habilitar os egressos para o desempenho das funções de um profissional de segurança pública, como a coordenação e fiscalização de frações de tropa nas atividades de polícia ostensiva, na preservação da ordem pública, no policiamento de trânsito urbano e rodoviário, no policiamento de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

Para isso, deverá apresentar:

COMPETÊNCIAS COGNITIVAS

- Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função.
- Ser capaz de agir demonstrando domínio sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função e seus trâmites.
- Ter conhecimento sobre procedimentos administrativos disciplinares.
- Proceder ao encaminhamento de vítima para o juizado de pequenas causas, ao registrar ocorrência de crimes de menor potencial ofensivo no local do fato.

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

- Proceder ao encaminhamento de vítima para o juizado de pequenas causas, ao registrar ocorrência de crimes de menor potencial ofensivo.
- Ter a capacidade de interagir com órgãos e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social.
- Ser capaz de arrolar testemunhas e elementos informativos (CPP) para o flagrante.
- Atuar demonstrando conhecer o organograma e funcionamento das Polícias bem como o funcionamento da Justiça.
- Identificar a natureza da infração penal transgredida, ao entrevistar partes envolvidas (vítimas, autores, testemunhas, suspeitos, informantes, dentre outros) ou presos,
 - Atuar com conhecimentos sobre criminologia, vitimologia e sociologia da violência.
 - Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia.
 - Atuar demonstrando conhecimento sobre sociologia, história, folclore ou costumes da localidade ao interagir com a comunidade.
 - Atuar de acordo com a filosofia do policiamento comunitário.
 - Agir com respeito aos direitos humanos e cidadania na atuação profissional, adotando posturas éticas e em consonância com os ditames do Estado Democrático de Direito.

COMPETÊNCIAS PROCEDIMENTAIS

- Compreender o todo em situações complexas e integradas;
- Planejar ações com base em análise de múltiplos fatores;
- Antecipar cenários e tomar decisões preventivas;
- Analisar informações e extrair conclusões úteis;
- Resolver problemas com objetividade, coerência e rapidez;
- Transformar dados isolados em informações estratégicas;
- Manter foco em uma atividade específica;
- Monitorar simultaneamente o ambiente e múltiplas fontes de informação;
- Observar detalhes relevantes em pessoas, locais e objetos;
- Recordar rostos, vozes e informações contextuais;
- Perceber sinais não verbais e mudanças sutis no ambiente;
- Aplicar raciocínio lógico e dedutivo em situações operacionais;

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

- Realizar cálculos e interpretar dados numéricos;
- Raciocinar espacialmente (posições, rotas, movimentações);
- Abstrair e generalizar conceitos em situações novas;
- Compreender o funcionamento de mecanismos e equipamentos;
- Expressar-se com clareza oralmente e por escrito;
- Redigir relatórios e documentos oficiais com precisão;
- Convencer e argumentar com fundamentação técnica;
- Agir com rapidez e precisão em situações críticas;
- Tomar decisões sob pressão e com pouco tempo;
- Lidar com imprevistos e adaptar-se a mudanças rápidas;
- Manter estabilidade emocional em situações novas ou críticas;
- Ser direto e preciso ao executar uma tarefa;
- Evitar dispersões e manter o foco nos objetivos principais;
- Resumir informações complexas de forma clara;
- Compartilhar conhecimento com colegas e subordinados;

COMPETÊNCIAS ATITUDINAIS

- Focar em resultados e eficiência;
- Planejar para melhor tomada de decisão;
- Manter o equilíbrio emocional e a resiliência;
- Agir com ética, responsabilidade e conduta profissional;
- Manter bom relacionamento Interpessoal e saber trabalhar em equipe;
- Saber comunicar-se e negociar;
- Agir com flexibilidade e adaptabilidade;
- Agir com empatia, humildade e valorizando a humanização das relações;
- Agir com discrição, prudência e segurança inerentes a atividade policial;
- Ter senso de organização, disciplina e comprometimento.

7. INTERNACIONALIZAÇÃO

O conceito de Internacionalização corresponde, de maneira geral, a um processo deliberado de introdução de dimensões internacionais, interculturais ou globais em todos os aspectos da educação superior, isto é, ensino, pesquisa e extensão.

Segundo a UNESCO, “instituições de educação superior ao redor do mundo têm uma responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos cruzando fronteiras, especialmente nos países subdesenvolvidos, e trabalhando para encontrar soluções comuns para promover a circulação do saber” (2009. p. 4).

Na UNESPAR e no curso Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública do campus Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), compreendemos que internacionalização vai muito além da mobilidade acadêmica, mais conhecida como intercâmbio universitário, e deve assumir um compromisso cultural e social. Esperamos, com isso, poder contribuir para que toda a comunidade acadêmica tenha condições e acesso ao conhecimento produzido ao redor do mundo sem, necessariamente, precisar sair do seu país de origem.

Nossos ideais se coadunam, assim, com os da perspectiva da Internacionalização em Casa (leC), cujo objetivo é incorporar nas atividades domésticas ou locais aspectos que, a priori, são pensados apenas em casos de mobilidade internacional. Como exemplos de ações de leC que podemos incentivar em nosso curso se destacam as disciplinas ofertadas completa ou parcialmente em língua estrangeira, inserção de referências bibliográficas em outros idiomas nos planos de ensino das disciplinas, indicação de autores/pesquisadores estrangeiros que sejam referência para a área de estudos, possibilidade de pesquisa e publicação de produção científica em idiomas estrangeiros, participação de estudantes e docentes em eventos internacionais, realização de eventos interculturais, desenvolvimento de projetos com parcerias internacionais de professores ou instituições no exterior, abertura de vagas em disciplinas para recebimento de estudantes estrangeiros, entre tantas outras possibilidades.

Desse modo, os benefícios da internacionalização se estendem a toda comunidade acadêmica: docentes, discentes e agentes universitários, contribuindo para a circulação do conhecimento, de aspectos sociais, políticos e culturais, além da divulgação e valorização da cultura local, regional e nacional.

Para garantir a realização das ações supracitadas e estarmos atualizados sobre oportunidades e notícias no âmbito da internacionalização, nos comprometemos em estar em constante contato com os e as representantes docentes e discentes do nosso campus no Comitê de Internacionalização da Unespar (COMINT), cujas reuniões com a equipe do Escritório de Relações Internacionais (ERI) ocorrem frequentemente. Nosso

comprometimento envolve, igualmente, a difusão das informações referentes à internacionalização ao nosso colegiado e estudantes do curso, bem como estimular, quando necessário, a participação de nossos professores e professoras na composição do referido Comitê.

Sendo assim, é importante ainda destacar que a internacionalização não deve ser considerada como uma ação de valorização do que vem de fora do país em detrimento do que é produzido nacionalmente em termos de conhecimento científico, cultural ou linguístico. Pelo contrário, o objetivo da internacionalização é propiciar ambientes de troca, desenvolvimento de competência intercultural e de pensamento crítico, respeito, conscientização e aprendizagem por meio da conexão entre o conhecimento local e global, aprimorando, desse modo, a qualidade da educação.

Atendendo a estes objetivos a internacionalização no Curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública da Unespar será desenvolvida da seguinte forma:

a) A Academia Policial Militar do Guatupê foi a primeira Academia de Polícia Militar do Brasil a ser aceita como Membro Executivo da Rede de Internacionalização de Educação Policial (RINEP) no ano de 2017. Neste mesmo ano o Cel. QOPM Mauro Celso Monteiro, então Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê, foi eleito o Diretor Executivo da RINEP, cargo que desempenhou durante o ano de 2018, apoiando na consolidação dos objetivos desta Rede e no avanço em novos campos. A rede tem como missão promover atividades de internacionalização educativa entre as instituições de educação policial e outras instituições similares, gerando projetos de cooperação acadêmica internacional e interinstitucional com o fim de proporcionar a garantia de qualidade destas organizações, contribuindo com uma proposta de convivência e segurança cidadã para cada país. A RINEP atua nas seguintes linhas de ação: Internacionalização curricular, Internacionalização da pesquisa, Mobilidade acadêmica e Certificação internacional de alta qualidade.

b) Ainda, no ano de 2023, dois alunos do Curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública foram selecionados para participar do programa *John McCain Studies of the United States Institutes for Student Leaders on Public Service and Rule of Law* na Universidade de Nevada, em conformidade com o e-protocolo 20.057.666-7.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

A natureza do ensino policial militar é peculiar, pois ele não está previsto na Diretriz Nacional de Educação, enquanto que as regulamentações emanadas pelo Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, configuram-se como parâmetros e recomendações, mas não como normas ou determinações. Assim sendo, em âmbito interno à corporação, existe a Portaria do Comando-Geral nº 330, de 14 de março de 2014, Portaria de Ensino da PMPR (Anexo III), que regula o ensino na Polícia Militar do Paraná, neste documento as disciplinas são classificadas em três áreas principais do ensino, a saber:

- a) **Núcleo de fundamentos:** destinada a assegurar adequada base humanística e científica, com vistas ao desenvolvimento da cultura dos integrantes da polícia militar;
- b) **Núcleo de formação Profissional/Operacional:** destinada a assegurar o necessário embasamento técnico, bem como à operacionalização das funções típicas da profissão, aos integrantes da polícia militar;
- c) **Núcleo de formação Complementar:** visa ao enriquecimento da habilitação profissional do policial militar, ampliando o objetivo central do curso, de modo a assegurar a prática necessária dos ensinamentos oriundos das áreas fundamental e profissional.

Entretanto, para fins de adequação da divisão acima citada, as disciplinas do curso foram redistribuídas em conformidade com a divisão do PROGRAD, e em consonância com Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, emanada pela Secretária Nacional de Segurança Pública em 2014.

Neste documento são definidas quais disciplinas, presentes nas malhas curriculares dos cursos, pertencem a um “núcleo comum” de formação (similar à de formação geral), e a “parte específica” (similar à de formação diferenciada). Estas englobam as disciplinas que contribuirão para a formação dos profissionais nos diferentes níveis.

No âmbito do Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública as disciplinas englobadas em “formação diferenciada” são aquelas que capacitam o aluno a se tornar oficial da instituição, focando-se, em especial, na gestão e comando da atividade policial militar.

8.1. CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM DISCIPLINAS E ATIVIDADES CURRICULARES				
NÚCLEO DE FORMAÇÃO	TIPO ¹	DISCIPLINAS	C/H	C/H ²
I - Formação Geral	101g	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR I	60H/A	50h00min
	102g	DEFESA PESSOAL POLICIAL I	40H/A	33h20min
	103g	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL	40H/A	33h20min
	104g	DIREITO APLICADO À ATIVIDADE POLICIAL MILITAR I	40H/A	33h20min
	105g	DIREITOS HUMANOS	30H/A	25h00min
	106g	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	20H/A	16h40min
	107g	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	60H/A	50h00min
	108g	ESTUDO DO ARMAMENTO E DA MUNIÇÃO	40H/A	33h20min
	109g	TELECOMUNICAÇÕES	20H/A	16h40min
	110g	DEFESA CIVIL	30H/A	25h00min
	111g	GESTÃO ADMINISTRATIVA	20H/A	16h40min
	112g	ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS	20H/A	16h40min
	113g	SISTEMAS DA PMPR I	20H/A	16h40min
	114g	MARKETING PESSOAL	20H/A	16h40min
	115g	ESTATÍSTICA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA	20H/A	16h40min
	201g	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR II	60H/A	50h00min
	202g	DIREITO APLICADO À ATIVIDADE POLICIAL MILITAR II	40H/A	33h20min
	203g	DIREITO DISCIPLINAR MILITAR	20H/A	16h40min
204g	DIREITO PENAL MILITAR	40H/A	33h20min	
205g	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR POLICIAL	20H/A	16h40min	

¹ Tipo do componente curricular: Dis - Disciplina, AAC - Atividade Acadêmica Complementar, Est – Estágio, TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

² Definido em horas relógio no padrão de 15, 30, 45, 60, 75, 90, 105, 120, 150, 180 e 210

206g	TÉCNICAS DE ABORDAGEM POLICIAL I	40H/A	33h20min
207g	TIRO POLICIAL I	40H/A	33h20min
208g	POLICIAMENTO OSTENSIVO ESPECIALIZADO	45H/A	37h30min
209g	PROCEDIMENTOS DO OFICIAL DE SERVIÇO	40H/A	33h20min
210g	GERENCIAMENTO DE CRISES	20H/A	16h40min
211g	RELAÇÕES INTERPESSOAIS	20H/A	16h40min
212g	SISTEMAS DA PMPR II	20H/A	16h40min
213g	RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E TOMADA DE DECISÃO	30H/A	25h00min
214g	ANÁLISE CRIMINAL	20H/A	16h40min
215g	DOCTRINA DE EMPREGO OPERACIONAL	30H/A	25h00min
301g	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR III	60H/A	50h00min
302g	DEFESA PESSOAL POLICIAL II	40H/A	33h20min
303g	PRÁTICA PROCESSUAL ADMINISTRATIVA I	40H/A	33h20min
304g	DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	40H/A	33h20min
305g	PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM CRISES	35H/A	29h10min
306g	TÉCNICAS DE ABORDAGEM POLICIAL II	20H/A	16h40min
307g	TIRO POLICIAL II	40H/A	33h20min
308g	SOBREVIVÊNCIA POLICIAL I	20H/A	16h40min
309g	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE MISSÕES ESPECIAIS	45H/A	37h30min
310g	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO	40H/A	33h20min
311g	GESTÃO DE PESSOAS	50H/A	41h40min
312g	GESTÃO OPERACIONAL	20H/A	16h40min
313g	GESTÃO LOGÍSTICA	40H/A	33h20min
314g	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	40H/A	33h20min
315g	COMUNICAÇÃO SOCIAL	20H/A	16h40min
401g	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR IV	60H/A	50h00min
402g	PRÁTICA PROCESSUAL ADMINISTRATIVA II	40H/A	33h20min

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

	403g	PRÁTICA PROCESSUAL PENAL-MILITAR	40H/A	33h20min
	404g	TIRO POLICIAL III	40H/A	33h20min
	405g	SOBREVIVÊNCIA POLICIAL II	20H/A	16h40min
	406g	INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR	20H/A	16h40min
	407g	CRIMINALÍSTICA	30H/A	25h00min
	408g	PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM OCORRÊNCIA COM EXPLOSIVOS	15H/A	12h30min
	409g	PRÁTICA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	40H/A	33h20min
	410g	TRABALHO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR	30H/A	25h00min
	411g	GESTÃO DE PROJETOS	20H/A	16h40min
	412g	GESTÃO DE PROCESSOS	20H/A	16h40min
	413g	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	20H/A	16h40min
	414g	GESTÃO ESTRATÉGICA	30H/A	25h00min
	415g	LIBRAS APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA	20 H/A	16h40min
SUB-TOTAL			1960H/A	1658h20min
II - Formação Diferenciada	116d	CRIMINOLOGIA	30H/A	25h00min
	117d	HISTÓRIA DAS POLÍCIAS MILITARES	30H/A	25h00min
	118d	INSTRUÇÃO MILITAR BÁSICA	40H/A	33h20min
	119d	ORDEM UNIDA I	20H/A	16h40min
	120d	METODOLOGIA DE ENSINO I	20H/A	16h40min
	216d	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA	30H/A	25h00min
	217d	DEONTOLOGIA POLICIAL MILITAR	30H/A	25h00min
	218d	POLÍCIA COMUNITÁRIA	30H/A	25h00min
	219d	EXERCÍCIO DE COMANDO, RESISTÊNCIA E LIDERANÇA	20H/A	16h40min
	220d	METODOLOGIA DE PESQUISA	30H/A	25h00min
	221d	METODOLOGIA DE ENSINO II	20H/A	16h40min
	316d	PSICOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA	30H/A	25h00min

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

	317d	ORDEM UNIDA II	20H/A	16h40min
	415d	ATUAÇÃO POLICIAL COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	30H/A	25h00min
	416d	PREVENÇÃO, MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	20H/A	16h40min
	417d	POLÍTICAS PÚBLICAS	20H/A	16h40min
	418d	ORDEM UNIDA III	20H/A	16h40min
SUB-TOTAL			440H/A	366h40min
III - Formação Complementar	121c	ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICAS E CULTURAIS I	10H/A	08h20min
	123c	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA I	14H/A	11h40min
	132c	ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA I	20H/A	16h40min
	222c	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS E CULTURAIS II	10H/A	08h20min
	224c	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA II	40H/A	33h20min
	225c	ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA II	20H/A	16h40min
	319c	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS E CULTURAIS III	10H/A	08h20min
	321c	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA III	40H/A	33h20min
	322c	ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA III	20H/A	16h40min
	420c	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS E CULTURAIS IV	10H/A	08h20min
	422c	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA IV	40H/A	33h20min
	423c	ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA IV	20H/A	16h40min
	502c	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA V	40H/A	33h20min
	602c	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA VI	200H/A	166h40min
SUB-TOTAL			494H/A	411h40min
IV - Estágios	122c	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	40H/A	33h20min
	223c	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	40H/A	33h20min
	320c	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	40H/A	33h20min
	421c	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	40H/A	33h20min

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

	501c	ESTÁGIO SUPERVISIONADO V	300H/A	250h00min
	601c	ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI	306H/A	255h00min
V - TCC	318d	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	40H/A	33h20min
	419d	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	40H/A	33h20min
SUB-TOTAL			846H/A	705h00min
TOTAL GERAL			3740 H/A	3141h40min

8.2. DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM ATIVIDADES E COMPONENTES CURRICULARES AO LONGO DO CURSO - MATRIZ CURRICULAR

8.2.1. Disciplinas

DISCIPLINAS DO PRIMEIRO SEMESTRE							
CÓD.	OFERTA	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	PRESENCIAL			TOTAL
				Horário regular de aulas			
				TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
101g	Semestral	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR I	Não há	10 H/A	50H/A	00H/A	60H/A
102g	Semestral	DEFESA PESSOAL POLICIAL I	Não há	05H/A	35H/A	00H/A	40H/A
103g	Semestral	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL	Não há	40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
104g	Semestral	DIREITO APLICADO À ATIVIDADE POLICIAL MILITAR I	Não há	40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
105g	Semestral	DIREITOS HUMANOS	Não há	30 H/A	00H/A	00H/A	30H/A
106g	Semestral	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	Não há	15H/A	05H/A	00H/A	20H/A
107g	Semestral	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	Não há	60H/A	00H/A	00H/A	60H/A
108g	Semestral	ESTUDO DO ARMAMENTO E DA	Não há	20H/A	20H/A	00H/A	40H/A

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

MUNIÇÃO							
109g	Semestral	TELECOMUNICAÇÕES	Não há	11H/A	09H/A	00H/A	20H/A
110g	Semestral	DEFESA CIVIL	Não há	30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
111g	Semestral	GESTÃO ADMINISTRATIVA	Não há	20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
112g	Semestral	ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS	Não há	10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
113g	Semestral	SISTEMAS DA PMPR I	Não há	10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
114g	Semestral	MARKETING PESSOAL	Não há	20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
115g	Semestral	ESTATÍSTICA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA	Não há	20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
116d	Semestral	CRIMINOLOGIA	Não há	30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
117d	Semestral	HISTÓRIA DAS POLÍCIAS MILITARES	Não há	30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
118d	Semestral	INSTRUÇÃO MILITAR BÁSICA	Não há	40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
119d	Semestral	ORDEM UNIDA I	Não há	02H/A	18H/A	00H/A	20H/A
120d	Semestral	METODOLOGIA DE ENSINO I	Não há	15H/A	05H/A	00H/A	20H/A
121c	Semestral	ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICAS E CULTURAIS I	Não há	00H/A	10H/A	00H/A	10H/A
122c	Semestral	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	Não há	00H/A	40H/A	00H/A	40H/A
123c	Semestral	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA I	Não há	00H/A	00H/A	14H/A	20H/A
132c	Semestral	ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA I	Não há	00H/A	20H/A	00H/A	20H/A
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				453H/A	232H/A	14H/A	699H/A

DISCIPLINAS DO SEGUNDO SEMESTRE							
CÓD.	OFERTA	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	PRESENCIAL			TOTAL
				Horário regular de aulas			
				TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

201g	Semestral	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR II	Não há	10 H/A	50H/A	00H/A	60H/A
202g	Semestral	DIREITO APLICADO À ATIVIDADE POLICIAL MILITAR II	Não há	40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
203g	Semestral	DIREITO DISCIPLINAR MILITAR	Não há	20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
204g	Semestral	DIREITO PENAL MILITAR	Não há	40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
205g	Semestral	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR POLICIAL	Não há	10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
206g	Semestral	TÉCNICAS DE ABORDAGEM POLICIAL I	Não há	10H/A	30H/A	00H/A	40H/A
207g	Semestral	TIRO POLICIAL I	Não há	05H/A	35H/A	00H/A	40H/A
208g	Semestral	POLICIAMENTO OSTENSIVO ESPECIALIZADO	Não há	10H/A	35H/A	00H/A	45H/A
209g	Semestral	PROCEDIMENTOS DO OFICIAL DE SERVIÇO	Não há	40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
210g	Semestral	GERENCIAMENTO DE CRISES	Não há	20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
211g	Semestral	RELAÇÕES INTERPESSOAIS	Não há	20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
212g	Semestral	SISTEMAS DA PMPR II	Não há	10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
213g	Semestral	RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E TOMADA DE DECISÃO	Não há	30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
214g	Semestral	ANÁLISE CRIMINAL	Não há	10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
215g	Semestral	DOCTRINA DE EMPREGO OPERACIONAL	Não há	30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
216d	Semestral	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA	Não há	30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
217d	Semestral	DEONTOLOGIA POLICIAL MILITAR	Não há	30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
218d	Semestral	POLÍCIA COMUNITÁRIA	Não há	30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
219d	Semestral	EXERCÍCIO DE COMANDO, RESISTÊNCIA E LIDERANÇA	Não há	10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
220d	Semestral	METODOLOGIA DE PESQUISA	Não há	30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
221d	Semestral	METODOLOGIA DE ENSINO II	Não há	10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
222c	Semestral	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS E CULTURAIS II	Não há	00H/A	10H/A	00H/A	10H/A
223c	Semestral	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	Não há	00H/A	40H/A	00H/A	40H/A

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

224c	Semestral	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA II	Não há	00H/A	00H/A	40H/A	40H/A
225c	Semestral	ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA II	Não há	00H/A	20H/A	00H/A	20H/A
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				445H/A	270H/A	40H/A	755H/A

DISCIPLINAS DO TERCEIRO SEMESTRE							
CÓD.	OFERTA	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	PRESENCIAL			TOTAL
				Horário regular de aulas			
				TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
301g	Semestral	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR III	Não há	10 H/A	50H/A	00H/A	60H/A
302g	Semestral	DEFESA PESSOAL POLICIAL II	Não há	05H/A	35H/A	00H/A	40H/A
303g	Semestral	PRÁTICA PROCESSUAL ADMINISTRATIVA I	Não há	15H/A	25H/A	00H/A	40H/A
304g	Semestral	DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	Não há	40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
305g	Semestral	PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM CRISES	Não há	27H/A	08H/A	00H/A	35H/A
306g	Semestral	TÉCNICAS DE ABORDAGEM POLICIAL II	Não há	00H/A	20H/A	00H/A	20H/A
307g	Semestral	TIRO POLICIAL II	Não há	10H/A	30H/A	00H/A	40H/A
308g	Semestral	SOBREVIVÊNCIA POLICIAL I	Não há	05H/A	15H/A	00H/A	20H/A
309g	Semestral	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE MISSÕES ESPECIAIS	Não há	10H/A	35H/A	00H/A	45H/A
310g	Semestral	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO	Não há	30H/A	10H/A	00H/A	40H/A
311g	Semestral	GESTÃO DE PESSOAS	Não há	45H/A	05H/A	00H/A	50H/A
312g	Semestral	GESTÃO OPERACIONAL	Não há	05H/A	15H/A	00H/A	20H/A
313g	Semestral	GESTÃO LOGÍSTICA	Não há	40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
314g	Semestral	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	Não há	40H/A	00H/A	00H/A	40H/A

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

315g	Semestral	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Não há	20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
316d	Semestral	PSICOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA	Não há	30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
317d	Semestral	ORDEM UNIDA II	Não há	05H/A	15H/A	00H/A	20H/A
318d	Semestral	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	Não há	00H/A	40H/A	00H/A	40H/A
319c	Semestral	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS E CULTURAIS III	Não há	00H/A	10H/A	10H/A	10H/A
320c	Semestral	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	Não há	00H/A	40H/A	00H/A	40H/A
321c	Semestral	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA III	Não há	00H/A	00H/A	40H/A	40H/A
322c	Semestral	ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA III	Não há	00H/A	20H/A	00H/A	20H/A
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				337H/A	373H/A	40H/A	750H/A

DISCIPLINAS DO QUARTO SEMESTRE							
CÓD.	OFERTA	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	PRESENCIAL			TOTAL
				Horário regular de aulas			
				TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
401g	Semestral	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR IV	Não há	10 H/A	50H/A	00H/A	60H/A
402g	Semestral	PRÁTICA PROCESSUAL ADMINISTRATIVA II	Não há	15H/A	25H/A	00H/A	40H/A
403g	Semestral	PRÁTICA PROCESSUAL PENAL MILITAR	Não há	10H/A	30H/A	00H/A	40H/A
404g	Semestral	TIRO POLICIAL III	Não há	05H/A	35H/A	00H/A	40H/A
405g	Semestral	SOBREVIVÊNCIA POLICIAL II	Não há	05H/A	15H/A	00H/A	20H/A
406g	Semestral	INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR	Não há	20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
407g	Semestral	CRIMINALÍSTICA	Não há	20H/A	10H/A	00H/A	30H/A
408g	Semestral	PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM OCORRÊNCIA COM EXPLOSIVOS	Não há	10H/A	05H/A	00H/A	15H/A

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

409g	Semestral	PRÁTICA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	Não há	15H/A	25H/A	00H/A	40H/A
410g	Semestral	TRABALHO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR	Não há	25H/A	05H/A	00H/A	30H/A
411g	Semestral	GESTÃO DE PROJETOS	Não há	10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
412g	Semestral	GESTÃO DE PROCESSOS	Não há	15H/A	05H/A	00H/A	20H/A
413g	Semestral	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	Não há	20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
414g	Semestral	GESTÃO ESTRATÉGICA	Não há	30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
415g	Semestral	LIBRAS APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA	Não há	20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
415d	Semestral	ATUAÇÃO POLICIAL COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	Não há	30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
416d	Semestral	PREVENÇÃO, MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	Não há	20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
417d	Semestral	POLÍTICAS PÚBLICAS	Não há	20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
418d	Semestral	ORDEM UNIDA III	Não há	10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
419d	Semestral	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	Não há	00H/A	40H/A	00H/A	40H/A
420c	Semestral	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS E CULTURAIS IV	Não há	00H/A	10H/A	00H/A	10H/A
421c	Semestral	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	Não há	00H/A	40H/A	00H/A	40H/A
422c	Semestral	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA IV	Não há	00H/A	00H/A	40H/A	40H/A
423c	Semestral	ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA IV	Não há	00H/A	20H/A	00H/A	20H/A
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				310H/A	335H/A	40H/A	685H/A

DISCIPLINAS DO QUINTO SEMESTRE						
CÓD.	OFERTA	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	PRESENCIAL		TOTAL
				Horário regular de aulas		

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

				TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
501c	Semestral	ESTÁGIO SUPERVISIONADO V	Não há	00H/A	300H/A	00H/A	300H/A
502c	Semestral	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA V	Não há	00H/A	00H/A	40H/A	40H/A
503c	Semestral	CURSO DE AGENTE DE TRÂNSITO	Não há	200H/A	00H/A	00H/A	200H/A
				200H/A	300H/A	40H/A	540H/A

DISCIPLINAS DO SEXTO SEMESTRE							
CÓD.	OFERTA	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	PRESENCIAL			TOTAL
				Horário regular de aulas			
				TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
601c	Semestral	ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI	Não há	00H/A	304H/A	00H/A	304H/A
602c	Semestral	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA VI	Não há	00H/A	00H/A	200H/A	200H/A
603c	Semestral	CURSO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA	Não há	50H/A	00H/A	00H/A	50H/A
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				50H/A	304H/A	200H/A	550H/A

8.2.2. Estágio Curricular Obrigatório

CÓD.	ESTÁGIO	PRÉ-REQUISITO	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA (Em horário programado)
122c	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	Não há	1º	40H/A
223c	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	Não há	2º	40H/A
323c	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	Não há	3º	40H/A
419c	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	Não há	4º	40H/A
501c	ESTÁGIO SUPERVISIONADO V	Não há	5º	300H/A
601c	ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI	Não há	6º	304H/A
TOTAL				764H/A

8.2.3. Trabalho de conclusão de Curso

CÓD.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	PRÉ-REQUISITO	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA (EM HORÁRIO PROGRAMADO)
320d	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	Não há	3º	40H/A
417d	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	Não há	4º	40H/A
TOTAL				80H/A

8.2.4. Atividade Acadêmica Complementar

CÓD.	ATIVIDADE ACADÊMICA COMPLEMENTAR	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA (EM HORÁRIO PROGRAMADO)
121c	ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICAS E CULTURAIS I	1º	10H/A
123c	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA I	1º	14H/A
132c	ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA I	1º	20H/A
222c	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS E CULTURAIS II	2º	10H/A
224c	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA II	2º	40H/A
225c	ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA II	2º	20H/A
322c	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS E CULTURAIS III	3º	10H/A
324c	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA III	3º	40H/A
325c	ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA III	3º	20H/A
418c	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS E CULTURAIS IV	4º	10H/A
420c	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA IV	4º	40H/A
421c	ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA IV	4º	20H/A
502c	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA V	5º	40H/A
503c	CURSO DE AGENTE DE TRÂNSITO	5º	200H/A
602c	TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA VI	6º	200H/A
603c	CURSO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA	6º	50H/A
TOTAL			744H/A

8.2.5. Resumo da oferta

COMPONENTE	PRESENCIAL						TOTAL
	Horário regular de aulas			Horário Programado			
	TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	ESTÁGIO	TCC	AAC	
Disciplinas do Primeiro Semestre	453H/A	232H/A	14H/A	40 H/A	-	10 H/A	749 H/A
Disciplinas do Segundo Semestre	445H/A	270H/A	40H/A	40 H/A	-	10 H/A	805H/A
Disciplinas do Terceiro Semestre	337H/A	373H/A	40H/A	40 H/A	-	10 H/A	800H/A
Disciplinas do Quarto Semestre	310H/A	335H/A	40H/A	40 H/A	-	10 H/A	735H/A
Disciplinas do Quinto Semestre	200H/A	00H/A	40H/A	300 H/A	-	-	540H/A
Disciplinas do Sexto Semestre	50H/A	00H/A	200H/A	304 H/A	-	-	554H/A
Estágio Supervisionado	00H/A	00H/A	00H/A	764H/A	-	-	764H/A
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	00H/A	00H/A	80H/A	-	80H/A	-	80H/A
Atividade Acadêmica Complementar - AAC	00H/A	00H/A	00H/A	-	-	40H/A	40H/A

9. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

As disciplinas ofertadas no Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública são fruto de análise da documentação legal que regulamenta a formação de profissionais de Segurança Pública brasileiros, as diretrizes curriculares para o ensino superior, a literatura científica, a prática cotidiana dos profissionais de segurança pública, a percepção dos discentes e egressos e os currículos oficiais são compostos por disciplinas obrigatórias, conforme apresentado nas subseções a seguir.

9.1. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

As disciplinas obrigatórias estão apresentadas nos quadros a seguir, indicando o nome, e as cargas horárias para Atividade Prática e conteúdos teóricos, totalizando a oferta da disciplina em horas.

A contextualização da curricularização da extensão (ACE) será tratada em seção própria no corpo deste documento.

1º SEMESTRE

DISCIPLINA:		EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR I (101g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	50H/A	00H/A	60H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Teoria e prática do treinamento físico para saúde e performance policial militar. Métodos e técnicas de treinamento, conhecimentos sobre atividade física, alimentação e repouso. Promoção da qualidade de vida por hábitos			

saudáveis. Desenvolvimento de habilidades em exercícios e treinamentos técnicos/táticos de segurança pública. Cuidado preventivo da saúde, espírito de equipe e disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENA, Simone Sagres. **Exercício físico e qualidade de vida: avaliação, prescrição e planejamento**. São Paulo: Phorte, 2009.

MCARDLE, William D.; HALL, John. **Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2017.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Portaria do Comando-Geral nº 1065, de 26 de setembro de 2025**. Aprova a Política de Educação Física Militar na Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2025.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Diretriz n.º 012/2025-PM/3, de 22 de agosto de 2025**. Educação Física Policial Militar. Curitiba: PMPR, 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, F. B. Prática docente na educação física policial e bombeiro militar: proposta de uma metodologia aplicada. **RECIMA21: Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 10, e4104233, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4233>. Acesso em: 05 nov. 2025.

RASTEIRO A, SANTOS V, MASSUÇA LM. Physical training programs for tactical populations: brief systematic review. **Healthcare (Basel)**, v. 11, n. 7, mar. 2023. Disponível em: doi.org/10.3390/healthcare11070967. Acesso em: 05 nov. 2025. Erratum in: **Healthcare (Basel)**, v. 11, n. 18, . 2023. Disponível em: doi.org/10.3390/healthcare11182470. Acesso em: 05 nov. 2025.

DISCIPLINA:		DEFESA PESSOAL POLICIAL I (102g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
05H/A	35H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	não há		
EMENTA			
<p>Uso Seletivo ou Diferenciado da Força. Efeitos do estresse de combate e controle emocional. Fundamentos de movimento: bases, rolamentos, quedas seguras e levantada técnica. Técnicas de percussão aplicadas à atividade policial: ataques com mãos, cotovelos, pés. Identificação e aplicação de pontos de contato (pontos sensíveis). Defesas. Técnicas de projeção aplicadas à atividade policial. Desvencilhamento avançado com transição para projeção ou controle. Defesa de queda e transições</p>			

para o solo. Técnicas de solo “por cima” e “por baixo”. Saídas de agarramentos. Condução com imobilização. Algemamento e condução básica de suspeitos. Uso do Bastão retrátil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MADY, Carlos Assad. **Técnicas de imobilização e condução para a atividade de RPA**. Curitiba: [s.n.], 2022.

MADY, Carlos Assad; PIROG, Francis. **Emprego de bastões na PMPR**: manual do uso de bastões policiais. Curitiba: [s. n.], 2020. (Publicações técnicas ; v. 42).

PARANÁ. Polícia Militar. **Manual de defesa policial**. Curitiba: [s.n.], 2023.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz nº 004/2015-PM/3**. Uso diferenciado/seletivo da força. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2015. Alterada pelas diretrizes: 002/2025 (Publicada no BG 049 de 17 de março 2025) 001/2024 (Publicada no BG 022 de 31 de janeiro de 2024) 021/2022 (Publicada no BG 180 de 28 de setembro de 2022).

PIROG, Francis. **Manual de técnicas de contato para atividades policiais militares**. Curitiba: [s.n.], 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei no 13060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília-DF, n. 248, 23 dez. 2014.

ELEUTÉRIO, José. **Si vis pacem**: tópicos sobre combate e treinamento policial. Campinas: Primeira edição, 2020.

LICHTENSTEIN, Kobi. **Krav Mag: sua defesa pessoal contra a violência urbana**. Rio de Janeiro: Xenon, 1993.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Caderno Doutrinário 13 – Defesa Pessoal**. Manual Técnico-Profissional n.º 3.04.13/2013-CG. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar / Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, 2013.

PIMENTA, Thiago; DRIGO, Alexandre Janotta. **Contribuição das ciências humanas nas artes marciais**. Curitiba: Oficina do Livro Editora, 2016.

PINTO, Jorge Alberto Alvorcem; VALÉRIO, Sander Moreira. **Defesa pessoal para policiais e profissionais de segurança**. Porto Alegre: Aglaé Castilho Oliva, 2002.

ZAQUI, João. **Jiu-Jitsu**: ataque e defesa; regras; defesa contra arma branca, arma de fogo, bordão, bengala; exercícios de barra fixa e de grade. São Paulo: O livreiro, [19--].

DISCIPLINA:	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL (103g)	
	PRESENCIAL	TOTAL
	Horário regular de aulas	

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	1º semestre		
REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Organização nacional e estadual das polícias e corpos de bombeiros militares. Reorganização institucional da PMPR, incluindo justiça, disciplina, inatividade e pensão. Código da Polícia Militar: ingresso, hierarquia, deveres, direitos, afastamentos, inatividade e tempo de serviço. Subsídio, reestruturação da carreira militar e promoção de oficiais. Organização Básica da PMPR. Lei de Promoção de Oficiais. Regulamento interno da PM PR, com afastamentos temporários, perícias médicas e círculos hierárquicos.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRASIL. Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos estados, dos territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 3 jul. 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0667.htm . Acesso em: 7 out. 2025.</p> <p>BRASIL. Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 236, p. 2, 13 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14751.htm. Acesso em: 7 out. 2025.</p> <p>PARANÁ. Lei 1943, 23 de junho de 1954. Código da Polícia Militar do Estado. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 108, 17 jul. 1954. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=52415&indice=1&totalRegistros=1&dt=7.9.2025.16.38.46.577 Acesso em: 7 out. 2025.</p> <p>PARANÁ. Lei 5944, 21 de maio de 1969. Estabelece princípios, requisitos e processamento para promoções de oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 66, 23 maio 1969. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=11078&indice=1&totalRegistros=1&dt=9.3.2025.14.55.51.112. Acesso em: 7 out. 2025.</p> <p>PARANÁ. Lei 22.354, 15 de abril de 2025. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná, fixa o seu efetivo e dá outras providências. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, ano 112, n. 11885, 15 abr. 2025.</p> <p>PARANÁ. Lei 17169, 24 de maio de 2012. Dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 8721, 25 maio 2012. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=68411&indice=1&totalRegistros=1&dt=9.3.2025.14.59.29.335. Acesso em: 7 out. 2025.</p> <p>PARANÁ. Lei 22.187, 13 de novembro de 2024. Dispõe sobre a reestruturação da carreira militar estadual, altera as leis que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial Executivo: Seção 1,</p>			

Curitiba, n. 11788, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=344946&indice=1&totalRegistros=1&dt=9.3.2025.15.0.32.166>. Acesso em: 7 out. 2025.

PARANÁ. Decreto 7339, 08 de Junho de 2010. Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da Polícia Militar do Paraná, Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP. **Diário Oficial Executivo**: Seção 1, Curitiba, n. 8236, 8 jun. 2010. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56657&indice=1&totalRegistros=7&dt=7.9.2025.18.22.25.367>. Acesso em: 7 out. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Códigos 3 em 1 Saraiva**: penal, processo penal e constituição federal. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Administração pública**: legislação. São Paulo: Malheiros, 2000. 496 p.

MAGALHÃES, Roberto Barcellos de. **Comentários à constituição federal de 1988**: abrangendo todas as emendas constitucionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997. 2 v.

DISCIPLINA:		DIREITO APLICADO À ATIVIDADE POLICIAL MILITAR I (104g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Fundamentos constitucionais: dignidade humana, direitos fundamentais, divisão de Poder e segurança pública, com controle do Ministério Público e prerrogativas da advocacia. Atuação policial no Direito Penal e Processual Penal: tipos penais, encaminhamentos em flagrante, mandados, cadeia de custódia, medidas protetivas à vulneráveis e audiência de custódia. Direito Administrativo: organização e regime da PMPR, poderes administrativos, poder de polícia e atributos, além dos atos operacionais como atos administrativos. Responsabilidade civil do Estado, servidores públicos versus militares estaduais e a segurança pública como serviço. Aplicação do Direito Civil em ocorrências: uso de imagem, apoio a ordens judiciais, tutela/curatela, responsabilidade regressiva, contratos estatais, direito sucessório, prescrição e indisponibilidade de bens.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 42 ed. São Paulo: Saraiva, 2025.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 38. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**: parte especial. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2025.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2025.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal**: volume único. 14 ed. Salvador: Juspodivm, 2025.

LOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEGGIORA JÚNIOR, José Luiz. **A defesa do Estado e das instituições democráticas**: estado de sítio, estado de defesa, Forças Armadas e segurança pública. Curitiba: CRV, 2022.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 39. ed. São Paulo: Atlas, 2025.

OLIVEIRA, Alessandro José Fernandes de. **Manual de direito penal policial aplicado**: repressão imediata. Campo Largo: Intersaberes, 2020.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2025.

MASSON, Cleber. **Direito penal**: parte especial. 18. ed. São Paulo: Método, 2025. v. 2.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 45 ed. Salvador: Juspodivm, 2025.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de processo penal interpretado**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo penal comentado**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 46. ed. São Paulo. Malheiros, 2025.

TEMER, Michel. **Elementos de direito constitucional**. 24. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

WITTKOWSKI, Adirley. **Anotações de direito civil aplicadas à atividade policial**. 1. ed. São Paulo: All Print, 2017.

PLINA:		DIREITOS HUMANOS (105g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	1º semestre		

PRÉ-REQUISITOS	Não há
EMENTA	
<p>Evolução histórica e os fundamentos dos direitos humanos. Características dos Direitos Humanos. Os direitos humanos e sua presença no sistema jurídico brasileiro. Os direitos humanos e os reflexos na legislação infraconstitucional. O exercício da cidadania no Brasil. A função da polícia militar no estado democrático de direito. A atuação do policial militar como promotor dos direitos humanos. Os direitos humanos na constituição da identidade institucional. A apropriação simbólica dos direitos humanos. Compatibilidade entre direitos humanos e atividade policial. Princípios humanitários aplicáveis à função policial-militar. Programas e planos nacionais e estaduais de educação em direitos humanos.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos humanos: coisa de polícia. Passo Fundo: CAPEC, 1998.</p> <p>BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Polícia e direitos humanos: do antagonismo ao protagonismo. Porto Alegre: Seção Brasileira da Anistia Internacional, 1994.</p> <p>BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1990.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Cartilha de atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade. Brasília: SENASP, 2013.</p> <p>BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Guia de direitos humanos: conduta ética, técnica e legal para instituições policiais militares. Brasília: SENASP, 2008.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça; Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília, DF, 2010.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (CCT). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 18 fev. 1991, p. 3012.</p> <p>COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação histórica dos direitos humanos. 12 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.</p> <p>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos. Paris, 1948.</p> <p>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Pacto internacional sobre os direitos civis e políticos. [Nova York?], 1966.</p> <p>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei. [Nova York?], 1979.</p> <p>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conjunto de princípios para a proteção de todas as pessoas sujeitas a qualquer forma de detenção ou prisão. [Nova York?], 1988.</p> <p>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Princípios orientadores para aplicação efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Viena: UNODC, 2014.</p>	

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes. **Princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei.** Havana, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 19-42.

DOUZINAS, Costas. **O fim dos direitos humanos.** São Leopoldo: UNISINOS, 2009. cap. 13, p. 349-374.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** 1999. 286 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. A crise de identidade das Polícias Militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 22-31, ago./set. 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; SADER, Emir. O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil. **Temas IMESC: Sociedade, Direito, Saúde**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 77-95, 1985.

PONCIONI, Paula Ferreira. **Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no estado do Rio de Janeiro.** 2004. 340 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, José Afonso da. Democracia e direitos fundamentais. In: CLÉVE, Clémerson Merlin; SARLET, Wolfgang Ingo; PAGLIARINI, Alexander Continuo (coord.). **Direitos humanos e democracia.** Rio de Janeiro: Forense, 2007.

DISCIPLINA:		ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (106g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
15H/A	05H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

Riscos à Vida e Prioridades no Atendimento; Atendimento Inicial; Abordagem Primária; Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP); Tipos de Ferimentos; Controle de Hemorragias; Queimaduras, Fraturas e Luxações; Mobilização; Manipulação; Estabilização e Transporte de Vítima; Manobra Cavaleira; Manobras de Retirada Rápida; Técnicas de Suporte Básico de Vida; Queimaduras: Principais Tipos; Procedimentos Básicos; APH no Afogamento - Grau de Afogamento; Procedimentos Básicos do APH em Afogados; Parto de Emergência; Assistência ao Recém Nato; Obstrução de Vias Aéreas por Corpos Estranhos; Emergência e Pacientes Especiais - Crianças, Idosos, Psiquiátricos e TEA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORAES, Márcia Vilma Gonçalves de. **Atendimento pré-hospitalar**: treinamento da brigada de emergência do suporte básico ao avançado. São Paulo: Iátria, 2010.

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS. **AMLS**: atendimento pré-hospitalar às emergências clínicas. 3. ed. São Paulo: Grupo A; Artmed, 2022.

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS. **PHTLS**: atendimento pré-hospitalar ao traumatizado. 9. ed. Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRUPO DE RESGATE E ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS. **Pré-hospitalar**. 2. ed. Barueri: Manole, 2015.

OLIVEIRA, Beatriz Ferreira Monteiro; PAROLIN, Mônica Koncke Fiúza; TEIXEIRA JÚNIOR, Edison do Vale. **Trauma**: atendimento pré-hospitalar. Rio de Janeiro; São Paulo: Atheneu, 2021.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. **Urgência e emergência para enfermagem**: do atendimento pré-hospitalar (APH) à sala de emergência. 7. ed. São Paulo: Érica, 2018.

DISCIPLINA:		POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL (107g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
60H/A	00H/A	00H/A	60H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Contextualização da violência, criminalidade e suas causas. estrutura da segurança pública brasileira, atribuições legais das instituições policiais no brasil, conceito de policiamento histórico do policiamento. Conceito de policiamento ostensivo, diferença no policiamento preventivo e repressivo, características das estratégias de policiamento, conceito de poder de polícia, atributos e modos de atuação do poder de			

polícia, relação entre poder de polícia e policiamento ostensivo e uso da força. Princípios e características do policiamento ostensivo, conceitos e aplicações, variáveis do policiamento, malha protetiva, processos do policiamento ostensivo e suas formas de aplicação, conceitos de fiscalização, mecanismos de fiscalização e controle, cartão-programa, preleção para a tropa, o papel do oficial CPU na fiscalização do policiamento, a rotina no serviço policial de sobrevivência policial, comportamento policial frente a situações de alto risco e estresse de combate, vitimização policial. Preparação para o exercício do patrulhamento: armamento, equipamento e acessórios, composição de equipes no radiopatrulhamento, método de raciocínio tático, conceito de ocorrência policial, fases da ocorrência policial, aspectos jurídicos da abordagem policial, busca pessoal e domiciliar, identificação pessoal e veicular, uso diferenciado da força versus uso inadequado, uso de algemas, prerrogativas e imunidades legais, ocorrências envolvendo outras instituições policiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2018.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual básico de policiamento ostensivo Estado-Maior do Exército**. Rio de Janeiro: IGPM, 1987.

MANOEL, Élio de Oliveira. **Policiamento ostensivo, com ênfase no processo motorizado**. Curitiba: AVM, 2004.

PARANÁ. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Paraná**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 2023.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz nº 004/2015-PM/3**. Uso diferenciado/seletivo da força. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2015. Alterada pelas diretrizes: 002/2025 (Publicada no BG 049 de 17 de março 2025) 001/2024 (Publicada no BG 022 de 31 de janeiro de 2024) 021/2022 (Publicada no BG 180 de 28 de setembro de 2022).

PARANÁ. Polícia Militar. **Diretriz n. 016, 16 de outubro de 2024**. Diretriz de Emprego Operacional da PMPR. Curitiba: PMPR, 2024.

PARANÁ. Polícia Militar. **POP 100.1, de 28 de março de 2019**. Procedimento Operacional Padrão-Despacho de Ocorrências. Curitiba: PMPR, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Klinger Sobrinho de. Organização policial militar brasileira. **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 3, n. 7, p. 63-94, set./dez. 1985.

BRASIL. Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 236, p. 2, 13 dez. 2023.

MINAS GERAIS. **Manual de prática policial**: geral: volume 1. Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais, 2002.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: sociologia da força pública**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

PARANÁ. Polícia Militar. **Diretriz 003/2024, 09 de fevereiro de 2024**. Patrulhamento Tático Motorizado (PATAMO). Curitiba: PMPR, 2024.

PARANÁ. Polícia Militar. **Diretriz 008/2022-PM, 18 de maio de 2022.** Operações de Polícia de Choque. Curitiba: PMPR, 2022.

PARANÁ. Polícia Militar. **Diretriz 012/2024, 28 de junho de 2024.** Serviço de Supervisão nas OPMs do 1 e 6 CRPM. Curitiba: PMPR, 2024.

DISCIPLINA:		ESTUDO DO ARMAMENTO E DA MUNIÇÃO (108g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	20H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Histórico e evolução do armamento orgânico na PMPR. Generalidades do armamento leve, segurança com armas de fogo, cano, manejo, montagem e desmontagem, nomenclatura básica e identificação das principais peças, mecanismos e funcionamento, generalidades da manutenção, munições, conceitos básicos, termos técnicos e nomenclaturas. tipos de estojos, tipos de pontas, propelente, espoletas, munições em uso na PMPR, balística, interna, externa e terminal. acidentes e incidentes de tiro, disparo técnico, prática do tiro técnico e demonstração prática da balística terminal, aquisição, registro/cadastro e o porte de arma de fogo, munições e proteções balísticas.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>MACHADO, Maurício Corrêa Pimentel. Coleção armamento: armas, munições e equipamentos policiais. 2.ed. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2010. 376p.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Comendo-Geral. Portaria do Comando Geral nº 999/2024. Regula a aquisição, o cadastro e o porte de arma de fogo, munições, coletes de proteção balística e acessórios no âmbito da Corporação e dá outras providências. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2024.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Nota de serviço nº 031/2024-PM/3. Habilitação e renovação da habilitação da tropa para emprego/utilização de armas de fogo de porte – PGE 2024/2025. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2024.</p> <p>PMPR. Nota de serviço nº 036/2017 - PM/3. Habilitação da tropa para emprego/utilização de armas de fogo - Plano de instrução 2017/2018. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2017.</p> <p>PUGLIA, Anderson. Habilitações com armas de fogo: manual do instrutor. 2. ed. Curitiba: [s.n.], 2018.</p>			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARREIROS JÚNIOR, Hélio. Manual de limpeza e conservação de armas de fogo. **Revista Magnum**, São Paulo, n. 61, ed. especial, jan. 2015.

FLORES, Erico Marcelo; GOMES, Gerson Dias. **Tiro policial**: técnicas sem fronteiras. 3. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Manual de administração de armamento e munições**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, 2011.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz nº 004/2015-PM/3**. Uso diferenciado/seletivo da força. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2015. Alterada pelas diretrizes: 002/2025 (Publicada no BG 049 de 17 de março 2025) 001/2024 (Publicada no BG 022 de 31 de janeiro de 2024) 021/2022 (Publicada no BG 180 de 28 de setembro de 2022).

PARANÁ. Polícia Militar. **Diretriz do Comando Geral nº 016/2024**. Diretriz de Emprego Operacional da PMPR. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2024.

PARANÁ. Polícia Militar. **Portaria do Comando Geral nº 266/2024**. Manual de sobrevivência e técnicas para confronto armado no âmbito da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2024.

DISCIPLINA:		TELECOMUNICAÇÕES (109g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
11H/A	09H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Histórico, conceitos e fundamentos básicos das telecomunicações. Redes e sistemas. Legislação e normas das telecomunicações e regras de exploração das comunicações. Protocolos de segurança nas telecomunicações. Equipamentos de telecomunicação em uso na PMPR. Procedimentos práticos, normas e procedimentos da comunicação na PMPR. Rádio Comunicação. Código "Q", "J" e alfabeto fonético internacional. Software de atendimento e despacho de ocorrências (SADE), operação de atendimento, tipificação e despacho de ocorrências. Atividade prática de atendimento e despacho. Gestão e controle de meios de comunicação na PMPR.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EMPREGADOS EM TELECOMUNICAÇÕES. **Um século de história em telecomunicações e benefícios para a saúde**. São Paulo: ABET, 2009.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2013.

DIAS, Lia Ribeiro. **Telecomunicações no desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Memória Momento, 2008.

TAPIA, Jorge Ruben Biton; RALLET, Alain. **Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica: uma análise comparada**. Campinas: Unicamp, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMI, Mateus Piva. **Telecomunicações no Brasil: universalização e desafios**. 1. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2023.

MEDEIROS, Júlio César de Oliveira. **Princípios de telecomunicações: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Érica, 2009.

SOARES NETO, Vicente. **Telecomunicações avançadas e as tecnologias aplicadas**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2018.

DISCIPLINA:	DEFESA CIVIL (110g)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Conceitos básicos sobre proteção e defesa civil; Política nacional e estadual de proteção e defesa civil e demais legislações de proteção e defesa civil; estrutura do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil; relações entre mudanças climáticas, planejamento urbano (plano diretor municipal), riscos e desastres; SISDC e ferramentas vinculadas; Atribuições das diferentes esferas; Força-tarefa e outros grupos multidisciplinares; Plano de contingência; tipos de desastres; Vulnerabilidade socioambiental; Gestão de riscos e desastres; Marcos internacionais; Riscos de desastres (conceito, mensuração, estudos, dimensões). Pesquisa, extensão, ensino e inovação tecnológica relacionada à redução de riscos de desastres; Monitoramento, alerta e alarme; A redução de riscos de desastres - RRD e a resiliência no Brasil e no mundo. Codificação de desastres. Fases do desastre. Atuação da polícia militar no sistema estadual de proteção e defesa civil. Atuação de proteção e defesa civil no nível municipal. PREVINA.</p>			

Comissão P2R2; Barragens; Sistema informatizado de defesa civil – SISDC. Sistema de comando em incidentes – SCI. Rede estadual de emergência de radioamadores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 70, p. 1-4, 11 abr. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Instrução Normativa nº 260, de 02 de fevereiro de 2022. Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 25, p. 21, 4 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 247, p. 10, 28 dez. 2020.

PARANÁ. Lei 18.519, 23 de julho de 2015. Institui a Política de Proteção e Defesa Civil do Estado do Paraná. **Diário Oficial Executivo**: Seção 1, Curitiba, n. 9500, 24 jul. 2015.

PARANÁ. Decreto 2596, 02 de setembro de 2019. Aprova o regulamento da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil. **Diário Oficial Executivo**: Seção 1, Curitiba, n. 10.512, 2 set. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PARANÁ. Coordenadoria Estadual da Defesa Civil. **Guia de procedimentos para ações de proteção e defesa civil**. Curitiba: Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, 2021. Disponível em: https://www.defesacivil.pr.gov.br/sites/defesa-civil/arquivos_restritos/files/documento/2021-01/cartilha_ce_dec-pr_como_fazer_a_compdec_revisao_2021.pdf. Acesso em: 5 nov. 2025.

PARANÁ. Coordenadoria Estadual da Defesa Civil. **SISDC**: Sistema Informatizado de Defesa Civil. Curitiba, 2022.

PARANÁ. Decreto 10859, 24 de agosto de 2018. Institui o Programa de Prevenção de Incêndios na Natureza – PREVINA. **Diário Oficial Executivo**: Seção 1, Curitiba, n. 10.261, 27 ago. 2018.

PARANÁ. Decreto 7337, 11 de julho de 2017. Institui o Regime de Força-Tarefa para Resposta a Desastres no Paraná. **Diário Oficial Executivo**: Seção 1, Curitiba, n. 9.984, p. 4, 12 jul. de 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Manual de gerenciamento de desastres: Sistema de Comando em Operações**. Florianópolis: UFSC; [Brasília, DF]: Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protacao-e-defesa-civil-sedec/PUBL_cap_acitacao_009_sco.pdf. Acesso em: 5 nov. 2025.

PARANÁ. Coordenadoria Estadual da Defesa Civil. **Simulado REER (Rede Estadual de Emergência de Radioamadores)**. Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, 17 nov. 015. Disponível em: <https://www.defesacivil.pr.gov.br/Noticia/SIMULADO-REER-REDE-ESTADUAL-DE-EMERGENCIA-DE-R>

ADIOAMADORES. Acesso em: 5 nov. 2025.

PARANÁ. Coordenadoria Estadual da Defesa Civil. **Simulados e atividades**: REER. 2017. Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, 2017. Disponível em: <http://www.defesacivil.pr.gov.br/Pagina/Simulados-e-atividades-REER>. Acesso em: 5 nov. 2025.

SILVA JUNIOR, Marcos Vidal da; OLIVEIRA; Cíntia Pereira Torres. O voluntariado no sistema de proteção e defesa civil. *In*: SÃO PAULO. Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil. **Redução de Risco de Desastres**: uma construção de resiliência local. São Paulo: Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, 2016. p. 185-198.

DISCIPLINA:		GESTÃO ADMINISTRATIVA (111g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Estrutura administrativa da PMPR. Histórico da administração; Escolas do pensamento administrativo: Teoria clássica. Foco nas tarefas. Teoria científica; Foco na estrutura - burocracia; Foco nas pessoas – Escola das relações humanas; Foco no ambiente – Teoria contingencial. Gestão por competência, Gestão de conflitos, Gestão do desempenho; Gestão estratégica; Histórico da gestão pública. Modelo gerencial de gestão. Governança. Processo decisório. Estudo de caso.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração . 5. ed. compacta. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.			
MAXIMIANO, Antonio Cesar A.; NOHARA, Irene P. Gestão pública . Rio de Janeiro: Atlas, 2017.			
PARANÁ. Lei n. 22.354, de 15 de abril de 2025. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná, fixa o seu efetivo e dá outras providências. Diário Oficial Executivo : Seção 1, Curitiba, ano 112, ed. 11.885, 15 abr. 2025.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública . 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.			
SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública . Rio de Janeiro: Atlas, 2005.			

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, mar./abr., 2009.

DISCIPLINA:		ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS (112g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Correspondência e comunicação oficial: conceitos, classificação da tramitação de documentos e prazos, tipos de documentos. Partes do documento. Regras da redação oficial. Emprego dos pronomes de tratamento, abreviaturas, siglas e símbolos. Confecção de documentos oficiais: parte; despacho; ofício; memorando; ata; informação; entre outros; gestão de documentos: ciclo de vida dos documentos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>PARANÁ. Polícia Militar. Portaria do Comando-Geral Nº 361, de 27 de abril de 2006. Aprova as Instruções de Comunicação Oficial (ICO/PMPR). Curitiba: PMPR, 2006.</p> <p>PARANÁ. Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Departamento Estadual de Arquivo Público. Manual de comunicação escrita oficial do Estado do Paraná. 3. ed. atual. rev. Curitiba: Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 2014.</p> <p>PARANÁ. Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Departamento Estadual de Arquivo Público. Manual de gestão de documentos do Estado do Paraná: classe 00 - atividades-meio. 4. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2019.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>MARTINO, Agnaldo. Português: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.</p> <p>PARANÁ. Decreto nº 4.129, de 22 de maio de 2001. Normas e diretrizes sobre o Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, ed. 5992, 23 maio 2001.</p>			

DISCIPLINA:	SISTEMAS DA PMPR I (113g)
--------------------	----------------------------------

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Introdução a tecnologia da informação e comunicação: conceitos e legislação aplicável; Apresentação dos sistemas e suas funcionalidades: Expresso Mail; Eprotocolo; SESP Intranet (BOU); Tópicos de segurança da informação: credenciais de acesso e hashes de integridade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>PARANÁ. Decreto nº 7304, de 13 de abril de 2021. Aprova o regulamento do Sistema Integrado de Documentos – eProtocolo. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, ano 108, ed. 10913, 13 abr. 2021.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. Diretriz nº 015/2024-PM/3. Tecnologia da informação e comunicação. Curitiba: PMPR, 2024.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. Manual do Boletim de Ocorrência Unificado: versão 2. Curitiba: PMPR, 2025.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. Portaria do Comando-Geral nº 131/2024. Disciplina procedimentos relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação, estabelecendo normas e regulamentações, para segurança, e proteção do ambiente tecnológico, para o melhor emprego de recursos, no âmbito da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2025.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Guia de gerenciamento de vulnerabilidades: Programa de Privacidade e Segurança da Informação do Governo Federal. Brasília, DF: MGI, 2023.			

DISCIPLINA:	MARKETING PESSOAL (114g)	
PRESENCIAL		TOTAL
Horário regular de aulas		

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Conceito e a evolução do marketing pessoal. o marketing pessoal como produto, preço, praça e promoção, e seu impacto na valorização da carreira. Marketing pessoal e marketing institucional: objetivos e valores que os agregam e os diferem. Etiqueta social e profissional: breve contextualização e conceitos. Etiqueta no ambiente de trabalho e em eventos oficiais. Apresentação e higiene pessoal: fardamento, asseio pessoal e postura corporal. Marketing pessoal digital e gestão da reputação: o uso das mídias sociais, redes sociais e aplicativos mensageiros na atualidade e o impacto na carreira do policial militar e na imagem da instituição. Casos práticos: exemplos de boas práticas e más condutas.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BORDIN FILHO, Sady Maria. Marketing pessoal: dez etapas para o sucesso!. 1. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2013.</p> <p>RIZZO, Claudio. Marketing pessoal no contexto pós-moderno. 4. ed. São Paulo: Trevisan, 2017.</p> <p>KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 18. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2023.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Portaria do Comando-Geral nº 1220, de 14 de dezembro de 2022. Orienta quanto ao uso responsável das mídias ou redes sociais e aplicativos mensageiros pelos militares estaduais, e dá outras providências. Curitiba: PMPR, 2025. Alterada pela Portaria CG 196, de 10 de fevereiro de 2023)</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Portaria do Comando-Geral nº 525, de 27 de Maio de 2024. Manual de Comunicação Social da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2025.</p> <p>SILVEIRA, Josué Lemos. Etiqueta social: fique chique. ed. rev. atul. com. Curitiba: Juruá, 2019.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>CORTEZ, Edmundo Vieira. A magia do marketing pessoal: o segredo das pessoas bem-sucedidas. São Paulo: Alaúde Editorial, 2004.</p> <p>KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. Tradução de Mônica Rosenberg, Cláudia Freire e Brasil Ramos Fernandes. 12 .ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.</p> <p>PERSONA, Mário. Marketing Pessoal: entrevista de Mario Persona, Revista ES Brasil. Mario Persona, Comunicação & Marketing, 29 abr. 2010. Disponível em: https://www.mariopersona.com.br/marketing-pessoal-entrevista-de-mario-persona-revista-es-brasil.html. Acesso em: 30 out. 2025.</p>			

RITOSSA, Cláudia Mônica. **Marketing pessoal: quando o produto é você**. 1. ed. Intersabares: Curitiba, 2012.

KALIL, Glória. **Chic profissional: circulando e trabalhando num mundo conectado**. São Paulo: Paralela, 2017.

DISCIPLINA:	ESTATÍSTICA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA (115g)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Metodologia estatística; Evolução histórica e definição de estatística; População e amostra; Variáveis; Fases do trabalho estatístico; representação tabular e gráfica; tabelas estatísticas; interpretação de séries estatísticas; representação gráfica de séries estatísticas; Interpretação de gráficos; Medidas descritivas das distribuições de frequência; Interpretação das medidas descritivas; Medidas de dispersão; Medidas de tendência central; Medidas de posição; Softwares estatísticos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais . Florianópolis: EdUFSC, 2001.			
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística básica . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.			
HOFFMAN, Rodolfo. Estatística para economistas . 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
DUARTE, Mário Sérgio de Brito (coord.). Pesquisa de condições de vida e vitimização: 2007. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008.			

DISCIPLINA:	CRIMINOLOGIA (116d)	
PRESENCIAL		TOTAL
Horário regular de aulas		

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Fundamentos e evolução da Criminologia: escolas clássica e neoclássica (matriz liberal e utilitarista), positivismo biológico e psicológico, sociologia criminal (Durkheim, Escola de Chicago, anomia e subcultura), interacionismo e teoria do etiquetamento, teorias do controle, escolha racional e atividades rotineiras. Integração com a criminologia crítica e dialética, articulando macro e micro criminalidade. Vitimologia, tipos de vitimização (primária, secundária e terciária) e mecanismos institucionais de prevenção. Abordagens contemporâneas: criminologia cultural, comparada, cibernética e policial. Métodos empíricos e evidenciais na criminologia aplicada: leitura e interpretação de dados criminais, relatórios institucionais e políticas de segurança pública baseadas em evidências.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas . São Paulo: Edipro, 2017.			
BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Justiça em números 2025 . Brasília, DF: CNJ, 2025. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/10/justica-em-numeros-2025.pdf . Acesso em: 30 out. 2025.			
BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Relatório do sistema prisional brasileiro e encarceramento feminino . Brasília: CNMP.			
CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2025 . Brasília, DF: IPEA, 2025. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/05/atlas-violencia-2025.pdf . Acesso em: 30 out. 2025.			
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 . São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/09/anuario-2025.pdf . Acesso em: 30 out. 2025.			
SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia . 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
HIRSCHI, T. Causes of delinquency . New Brunswick: Transaction, 2002.			
BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal . Rio de Janeiro: Revan, 2002.			
FERRELL, J.; HAYWARD, K.; YOUNG, J. Cultural criminology: an invitation . 2. ed. Los Angeles: SAGE, 2015.			
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento das prisões . 37. ed. Petrópolis : Vozes, 2009.			

FRYER JÚNIOR., Roland. G. An empirical analysis of racial differences in police use of force. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 127, n. 3, p.1210-126, 2019.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. São Paulo: Ícone, 2008.

DISCIPLINA:		HISTÓRIA DAS POLÍCIAS MILITARES (117d)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Apresentação de noções básicas da história como ciência e que forneçam subsídios aos alunos para a compreensão de seu papel como policiais militares. Origens da Polícia Militar do Paraná (PMPR) (eventos, personagens, situações e problemas institucionais ao longo do tempo). Função da polícia. Origens dos sistemas policiais, seu desenvolvimento nas diferentes sociedades desde a antiguidade, mudanças, adaptações. Organizações policiais primitivas, a Polícia Militar na Constituição Federal (período imperial; república), emancipação política do Paraná (Província do Paraná), criação da PMPR, estruturação histórica da PMPR (participação da PMPR na guerra do Paraguai; a PMPR na Revolução Federalista de 1893/94; a PMPR na Campanha do Contestado; participação da PMPR nas revoluções de 1924, 1930 e 1932; grandes vultos da PMPR; Patrono da PMPR e Patrono das Polícias Militares do Brasil; quartéis da PMPR; aviação na PMPR; denominações da PMPR, evolução do ensino na Polícia Militar (evolução das escolas na PMPR).</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>SILVA, Valter Ribeiro da; CONDE, Daniel Gonçalves. Polícia Militar do Paraná: origem e evolução 1854-1917: volume I. 1. ed. Curitiba: Edição do Autor, 2023.</p> <p>SILVA, Valter Ribeiro da; CONDE, Daniel Gonçalves. Polícia Militar do Paraná: origem e evolução 1917-1988 : volume II. 1. ed. Curitiba: Edição do Autor, 2024.</p> <p>ROSA FILHO, João Alves da. Epopeia da Lapa: ação heróica da Polícia Militar do Paraná em defesa do regime republicano (1893-1894). Curitiba: AVM, 1999.</p> <p>ROSA FILHO, João Alves da. Campanha do Contestado. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura; AVM, 1998. (Episódios da história da PMPR; v. 2).</p>			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AFONSO, João José Rodrigues. Polícia: etimologia e evolução do conceito. **Revista Brasileira de Ciências Policiais, Brasília**, v. 9, n. 1, p. 213-254, jan.-jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/539>. Acesso em: 30 out. 2025.

BORDIN, Marcelo. A Guerra de trincheiras esquecida em Catanduvas, Paraná (1924/1925): aspectos geohistóricos. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 57-67, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/18285>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRETAS, M. L; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173.

COTTA, Francis Albert. **Matrizes do sistema policial brasileiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

HOBSBAWN, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E; RANGER, T. (orgs). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008. p. 9-23.

LAMB, R. E. Semeadores dissonantes: imigrantes e policiais na província do Paraná: século XIX. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, vol. 1, n. 1, p. 88-97, 1996. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2018>. Acesso em: 30 out. 2025.

MACHADO, P. P. Contestado: o centenário da guerra e o conflito sem fim. In: PRIORI, A; GRUNER, C. M. (orgs). **Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim: movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (séculos XIX e XX)**. Curitiba: ANPUH, 2016. p. 13-28.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**, v. 1, p. 187-198, 2001.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência**. Tempo Social, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 155-167, maio 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/ZnfkGYzXVB9Q9JCK9GDMZCp/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2025.

SCHACTAE, A. M. Representações: a polícia militar feminina no Paraná (1979-1984). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. , n. 2, p. 111-127, 2004. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2205>. Acesso em: 30 out. 2025.

DISCIPLINA:		INSTRUÇÃO MILITAR BÁSICA (118d)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	

40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
OFERTA		1º semestre	
PRÉ-REQUISITOS		Não há	
EMENTA			
<p>Princípios e fundamentos da vida militar e da conduta do oficial da Polícia Militar. Hierarquia e disciplina como eixos estruturantes da instituição. Normas de comportamento, continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar. Estrutura e disposições do RISG, RDE e RCont. Aspectos jurídicos, éticos e administrativos da disciplina e do processo administrativo militar. Formação do espírito de corpo, liderança e responsabilidade no exercício do comando.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRASIL. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 27 ago. 2002, p. 5.</p> <p>BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria GM-MD nº 1.143, de 3 de março de 2022. Estabelece o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ed. 51, p. 49, 16 mar. 2022.</p> <p>CUNHA, Irineu Ozires. Regulamento disciplinar do exército: parte geral. 3. ed. Curitiba, PR: Optagraf, 2018.</p> <p>CUNHA, Irineu Ozires. Regulamento disciplinar do Exército Brasileiro: comentado segundo a doutrina, jurisprudência e Constituição Federal de 1988, parte especial. Curitiba: Optagraf, 2010.</p> <p>CUNHA, Irineu Ozires. Regulamento disciplinar do Exército comentado. Curitiba: AVM, 2004.</p> <p>PARANÁ. Decreto nº 7.339, de 8 de junho de 2010. Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da Polícia Militar do Paraná, Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, ano 96, n. 8236, 8 jun. 2010.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>PARANÁ. Lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1954. Código da Polícia Militar do Paraná. Diário Oficial: Seção 1, Curitiba, n. 108, 17 jul. 1954.</p> <p>PARANÁ. Lei nº 16.544, de 14 de julho de 2010. Dispõe que o processo disciplinar na Polícia Militar do Estado do Paraná e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná será regulado na forma que especifica. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 8262, 14 jul. 2010.</p> <p>PARANÁ. Decreto 5075, de 28 de Dezembro de 1998. Aprovação do Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais, integrantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Paraná. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 5404, 29 dez. 1998.</p> <p>PARANÁ. Lei 22.354, 15 de abril de 2025. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná, fixa o seu efetivo e dá outras providências. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, ano 112, n. 11885, 15 abr. 2025.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Portaria nº 339 do Comando-Geral, 27 de abril de 2006. Regula as</p>			

providências necessárias à confecção do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar. Curitiba: PMPR, 2025.

PARANÁ. Polícia Militar. **Portaria nº 338 do Comando-Geral, de 24 de abril de 2006.** Regula a elaboração de sindicância. Curitiba: PMPR, 2025.

PARANÁ. Polícia Militar. **Portaria nº 1.129 do Comando-Geral, de 27 de abril de 2014.** Dispõe sobre o Inquérito Técnico. Curitiba: PMPR, 2025.

PARANÁ. Polícia Militar. **Portaria nº 294 do Comando-Geral, de 16 de março de 2009.** Dispõe sobre o Sistema Disciplinar Especial (SDE). Curitiba: PMPR, 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Manual de campanha C 22-5:** ordem unida. 3. ed. Brasília: Exército Brasileiro, 2000.

DISCIPLINA:		ORDEM UNIDA I (119d)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
02H/A	18H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Introdução a ordem unida (conceituações básicas, objetivos da ou, definições básicas, comandos e meios de comando); Instrução individual sem arma (generalidades, posições com e sem cobertura, passos, marchas, voltas a pé firme e em marcha); Instrução coletiva (generalidades, formações, formatura, cobrir e perfilar, deslocamentos, mudanças de direção, mudanças de formação, continência em marcha); Mosquetão 7,62mm m 968 (generalidades, posições, cobrir e perfilar, deslocamentos e voltas, “movimento esfo”); Instrução individual com espadim (histórico do espadim, apresentação do espadim, generalidades, posições, cobrir e perfilar, deslocamentos e voltas, “movimento esfo”, teto de aço); Toques de corneta.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual de campanha EB70-MC-10.308: ordem unida. 4. ed. Brasília: EGGCF, 2019.			
BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas: R-2. Brasília: EGGCF, 1997.			
PARANÁ. Polícia Militar. Portaria do Comando-Geral nº 447, de 7 de junho de 2011. Aprova o vade mecum de comunicação social e cerimonial da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2011.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria-Geral. Comissão de Cerimonial Militar. Vade mecum de cerimonial militar do Exército: honras fúnebres (VM 09) . Brasília: Exército Brasileiro, 2002.

DISCIPLINA:	METODOLOGIA DE ENSINO I (120d)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
15H/A	05H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
História da oratória e da retórica; Principais oradores e suas contribuições; Conceitos de oratória, retórica e eloquência; Processo de comunicação oral e seus componentes; Auto-reprovação e receio de enfrentar uma plateia; Glossofobia; Sociofobia; Formas de superar o receio de falar em público; Características essenciais para falar bem; Leitura em público; Qualidades essenciais para falar bem; Divisão do discurso e aspectos relevantes; Falar em público de improviso.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BONDARUK, Roberson Luiz. Manual do palestrante . Curitiba: Associação da Vila Militar, 2008. (Publicações técnicas; v. 25).			
GONÇALVES, Neide. A importância de falar bem . São Paulo: Vozes, 2010.			
POLITO, Reinaldo. Como falar corretamente e sem inibições . 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
SILVA, Marco Antônio da; SILVA, Luiz Fernando da; RONCAGLIO, Otávio Lúcio. Negociação em crises policiais: teoria e prática . Curitiba: Juruá, 2015.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
LACERDA, Gabriel. Oratória . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.			
MIRANDA, Alan. Curso de oratória: a arte de falar em público . Varginha, MG: [s.n.], 2013.			
CARNEGIE, Dale. Como falar em público e encantar as pessoas . Tradução de Ângelo Lessa. São Paulo: Sextante, 2020.			

DISCIPLINA:		ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICAS E CULTURAIS I (121c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	10H/A	00H/A	10H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Atividades voltadas à complementação da formação acadêmico-científica do aluno do curso de formação de oficiais. Ciclo de palestras, treinamentos físicos, atividades comunitárias e de integração com a sociedade, marchas e campos militares de instrução técnica e sobrevivência, participação em eventos sociais, visitas à unidades de polícia e bombeiro militar, visitas à unidades de polícia civil, científica, rodoviária federal e polícia federal, visitas a unidades de corporações de outros estados, visitas a unidades das forças armadas, visitas à campus de universidades, dentre outras atividades que valorizem e contribuam com a formação dos policiais e bombeiros militares. Disciplina que conta com carga horária de ações extensionistas.</p>			

DISCIPLINA:		ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (122c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	40H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			

O estágio supervisionado do curso funciona em conformidade com o regulamento anexo, documento que estabelece, a nível institucional, os procedimentos a serem adotados para a realização dos estágios operacionais e administrativos do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, nas diversas funções desenvolvidas por oficiais da corporação. O Estágio Supervisionado I tem por objetivo propiciar ao cadete a interação com efetivos policiais militares externos à APMG, sobretudo pertencentes ao COPOM, bem como poder realizar atendimentos 190, cadastro e despacho de ocorrências, modulando com efetivos PM de outras unidades operacionais de Curitiba e região metropolitana.

DISCIPLINA:		TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA I (123c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	00H/A	14H/A	14H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Disciplina complementar, que visa a integração e atualização do corpo de alunos quanto às técnicas, tecnologias, sistemas, procedimentos, normas, ou legislações que surjam ou sofram alteração durante o processo de formação do policial ou bombeiro militar. Aprofundamento em disciplinas já existentes no Projeto Pedagógico. Disciplina que conta com carga horária de ações extensionistas.			

DISCIPLINA:		ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA I (132c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	20H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	1º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		

EMENTA
Disciplina direcionada a prática de atividades desportivas supervisionadas. As atividades desenvolvidas preparam os discentes para a participação no Encontro Nacional das Academias Militares Estaduais (ENAME), evento desenvolvido anualmente entre as corporações de todo o Brasil. As modalidades contemplam os seguintes desportos: tiro, orientação, atletismo, voleibol, futebol, futsal, basquetebol, natação, xadrez, coral, judô, equitação, técnica policial militar e técnica bombeiro militar.

2º SEMESTRE

DISCIPLINA:	EDUCAÇÃO MILITAR II (201g)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	50H/A	00H/A	60H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Teoria e prática do treinamento físico para saúde e performance policial militar. Métodos e técnicas de treinamento, conhecimentos sobre atividade física, alimentação e repouso. Promoção da qualidade de vida por hábitos saudáveis. Desenvolvimento de habilidades em exercícios e treinamentos técnicos/táticos de segurança pública. Cuidado preventivo da saúde, espírito de equipe e disciplina.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ARENA, Simone Sagres. Exercício físico e qualidade de vida : avaliação, prescrição e planejamento. São Paulo: Phorte, 2009.			
MCARDLE, William D.; HALL, John. Fisiologia do exercício : nutrição, energia e desempenho humano. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2017.			
PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. Portaria do Comando-Geral nº 1065, de 26 de setembro de 2025 . Aprova a Política de Educação Física Militar na Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2025.			
PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. Diretriz n.º 012/2025-PM/3, de 22 de agosto de 2025 . Educação Física Policial Militar. Curitiba: PMPR, 2025.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, F. B. Prática docente na educação física policial e bombeiro militar: proposta de uma metodologia aplicada. **RECIMA21: Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 10, e4104233, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4233>. Acesso em: 05 nov. 2025.

RASTEIRO A, SANTOS V, MASSUÇA LM. Physical training programs for tactical populations: brief systematic review. **Healthcare (Basel)**, v. 11, n. 7, mar. 2023. Disponível em: doi.org/10.3390/healthcare11070967. Acesso em: 05 nov. 2025. Erratum in: Healthcare (Basel), v. 11, n. 18, . 2023. Disponível em: doi.org/10.3390/healthcare11182470. Acesso em: 05 nov. 2025.

DISCIPLINA:		DIREITO APLICADO À ATIVIDADE POLICIAL MILITAR II (202g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Lei dos Juizados Especiais. Termo Circunstanciado de Infração Penal. Lei das Contravenções Penais. Estatuto do desarmamento. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei de Drogas. Crimes de Tortura. Lei de Abuso de Autoridade. Lei Maria da Penha. Estatuto da Pessoa Idosa. Lei de Crimes Ambientais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
COLAÇO, Pedro de Jesus. Termo circunstanciado & competência para a respectiva lavratura : lei federal 9.099/95. Curitiba: Juruá. 2001.			
BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Diário Oficial da União : Seção 1, Brasília, DF, 27 set. 1995, p. 15033. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm . Acesso em: 5 out. 2025.			
BRASIL. Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Institui a Lei das Contravenções Penais. Diário Oficial da União : Seção 1, Brasília, DF, 13 out. 1941, p. 19696. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm . Acesso em: 6 out. 2025.			

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 192, 3 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 13 fev. 1998, p. 1 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 6 out. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 249, 23 dez. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 135, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 163, 24 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. **Diário Oficial**: Seção 1, Brasília, DF, 08 abr. 1997, p. 6742. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha). **Diário Oficial**: Seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 151, 08 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 6 out. 2025.

DISCIPLINA:	DIREITO DISCIPLINAR MILITAR (203g)	
PRESENCIAL		TOTAL
Horário regular de aulas		

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Fundamento do poder disciplinar militar e sua limitação constitucional. Definição do ato e da competência disciplinar. Estudo da transgressão disciplinar e suas tipificações. Análise do processo disciplinar (procedimentos e garantias). Regime de recursos administrativos e sistema de recompensas institucionais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ASSIS, Jorge César de. Curso de direito militar : da simples transgressão ao processo administrativo. 4. ed. Juruá: 2013.			
BRASIL. Controladoria Geral da União. Corregedoria-Geral da União. Manual de processo administrativo disciplinar . Brasília: CGU, 2022. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/68219 . Acesso em: 31 out. 2025.			
COSTA, José Armando da. Processo administrativo disciplinar : teoria e prática. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.			
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 22. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ABREU, Jorge Luiz Nogueira de. Manual de direito disciplinar militar . Curitiba: Juruá, 2015.			
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo . 37. ed. Barueri: Atlas, 2023.			
COSTA, José Armando da. Direito disciplinar : temas substantivos e processuais. Belo Horizonte: Fórum, 2008.			
MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. Tratado de direito administrativo disciplinar . 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.			

DISCIPLINA:	DIREITO PENAL MILITAR (204g)	
PRESENCIAL		
Horário regular de aulas		TOTAL

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Breve histórico do direito penal militar. conceito de direito penal militar. Diferença entre direito penal comum e direito penal militar. Estrutura da justiça militar no Brasil. Princípios do direito penal militar. Lei penal militar no tempo. Lei penal militar no espaço. Conceito de crime militar. Tipicidade. Antijuridicidade. Culpabilidade. Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Crime continuado. Crimes (formal e material). Penas (principais e acessórias). Aplicação de penas e medidas de segurança. Extinção da punibilidade. Ação penal militar. Crimes militares em tempo de paz. Crimes militares em tempo de guerra.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar. Diário Oficial da União : Seção 1, Brasília, DF, 21 out. 1969, p. 8940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm . Acesso em: 31 out. 2025.			
ASSIS, Jorge César de. Comentários ao Código Penal Militar : comentários, doutrina, jurisprudência dos tribunais militares e tribunais superiores e jurisprudência em tempo de guerra. 14. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2024. Atualizado até a Lei nº 14.688/2023.			
ASSIS, Jorge César. Direito militar : aspectos penais, processuais penais e administrativos. 4. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2021.			
NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcello. Apontamentos de direito penal militar : parte geral. São Paulo: Saraiva, 2008.			
NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal militar comentado . 5. ed. São Paulo: Forense, 2024.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
JORGE César de Assis. Jus Militar : Direito Militar, Consultoria Jurídica. Curitiba, 2025. Disponível em: https://jusmilitaris.com.br/autores/detalhes/1 . Acesso em: 31 out. 2025.			
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DAS JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS. Site AMAJME . Florianópolis, 2025. Disponível em: https://amajme-sc.com.br/site/publicacoes/artigos . Acesso em: 31 out. 2025.			
LOUREIRO NETO, José da Silva. Direito penal militar . 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcello. Manual de direito penal militar . Salvador: Editora JusPodivm, 2025.			
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Direito. Revista do Observatório da Justiça Militar Estadual , Belo Horizonte, 2025. Disponível em: https://www.observatorioidausticamilitar.info/indice . Acesso em: 31 out. 2025.			

ROSSETO, Enio Luiz. **Código penal militar**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.

DISCIPLINA:	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR POLICIAL (205g)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Atendimento pré- hospitalar policial. Acrônimo MARCH e a atividade policial militar. Contextualização histórica e doutrinária do protocolo. Nuances que compreendem os protocolos de atendimento pré hospitalar convencional (PHTLS) em relação àqueles desenvolvidos para o âmbito policial/militar. Compreensão do binômio 'medicina- tática' no cenário operacional com um policial militar ferido. Ações obrigatórias em cada fase do atendimento. Fases do atendimento: Cuidados sob fogo, Cuidados táticos em campo, evacuação tática. Uso correto dos materiais e equipamentos certificados e/ou homologados. Habilitação e renovação da habilitação para uso em serviço.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 16/MD, de 12 de abril de 2018. Aprova a Diretriz de Atendimento Pré-Hospitalar Tático do Ministério da Defesa para regular a atuação das classes profissionais, a capacitação, os procedimentos envolvidos e as situações previstas para a atividade. Diário Oficial da União: Seção 1, n. 74, 18 abr. 2018, p. 18.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 98/MJSP, de 01 de julho de 2022. Cria a Diretriz Nacional de Atendimento Pré-Hospitalar Tático para Profissionais de Segurança Pública – APH Tático. Diário Oficial da União: Seção 1, n. 124, 4 jul. 2022, p. 34.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. POP nº 200.9, de 22 de julho de 2019. Atendimento pré-hospitalar em combate. Curitiba: PMPR, 2019.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>DIAS, Vitor Luiz. O Atendimento pré-hospitalar de combate: a compatibilidade entre os protocolos internacionais e as ocorrências policiais na PMPR. 2019. 57 f. TCC (Graduação em Segurança Pública e Cidadania; Curso de Formação de Oficiais) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2019. Disponível em: https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/194648/. Acesso em: 31 out. 2025.</p> <p>MIOSSO, Carlos Eduardo. Causas de mortes de policiais em confronto armado em serviço nos</p>			

estados da região sul e em São Paulo sob a ótica do POP de APHC da PMPR no período de 2009 a 2018. 2020. 61 f. TCC (Graduação em Segurança Pública e Cidadania; Curso de Formação de Oficiais) - Universidade Estadual do Paraná, Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/197659/>. Acesso em: 31 out. 2025.

DISCIPLINA:		TÉCNICAS DE ABORDAGEM POLICIAL I (206g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	30H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Conceituar Abordagem Policial (AP) e seus aspectos legais. Os princípios táticos da AP. Entender os aspectos técnicos, táticos e legais de uma ocorrência policial militar. Ciclo OODA e Processo O3R para tomada de decisão. Os estados de alerta durante uma ação policial. As Fases da AP. Classificação dos tipos de AP. Procedimentos técnicos de busca pessoal, veicular e no terreno. As 9 etapas de uma AP.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>FABRIS, Everton Jonas. Abordagem a deficientes físicos, ênfase em cadeirantes e deficientes auditivos. 2012. TCC (Curso de Formação de Oficiais Policiais-Militares) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2012. Disponível em: https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/184667/. Acesso em: 6 nov. 2025.</p> <p>FADEL NETO, Milton Isack; SOUZA PERES, Marcos Roberto de. Manual do patrulheiro: uma abordagem sobre abordagem. Curitiba: [s. n.], 2020.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Diretriz nº 004 de 21 de setembro de 2015. Uso Seletivo ou Diferenciado da Força. PM/3. Curitiba, 2015. Alterada pela Diretriz PM/3 nº 021/2022 e Diretriz nº 002/2025.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Câmara Técnica de Abordagem Policial. Manual de Técnicas de Abordagem Policial. PM/3. Curitiba, 2025 (em fase final de revisão na Câmara Técnica).</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Diretriz nº Diretriz nº 007 – PM/3. Procedimentos dos Militares Estaduais no Encaminhamento de Pessoa Presa em Flagrante e em Inquirição como Testemunha na Instrução Criminal. Curitiba. 2010. Alterada pela Diretriz no 002/2020 – PM/3, de 10 de março de 2020.</p>			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Abordagem policial sob a ótica dos direitos humanos**. Brasília: MDH, 2018.

BRASIL. Decreto nº 12.341 de 23 de dezembro de 2024. Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 247, 24 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria do Ministro nº 855 de 2025**. Regulamenta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, e estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos profissionais públicos. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 12-A, 17 jan. 2025.

MINAS GERAIS. POLÍCIA MILITAR. **Abordagem a veículos: manual técnico profissional n. 3.04.04/2013-CG**. 2. ed. rev. ed. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2013. 112 p. : il. (Manual técnico profissional (mtp), caderno 4).

MADY, Carlos Assad. **Técnicas de imobilização e condução para a atividade de RPA**. Curitiba: [s.n.], 2022.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. EM 1ª Seção. Portaria CG nº 266 de 21 de março de 2024. **Manual de Sobrevivência e Técnicas para Confronto Armado no âmbito da PMPR**. CIAF. 2020.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Nota nº E00060/2023 – CG. **Orientação quanto aos procedimentos a serem adotados em ocorrências que envolvam a entrada em domicílio sem mandado judicial**. 04 de julho de 2023.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz nº 028, de 12 de dezembro de 2022**. Procedimentos em situações de intervenção policial com uso de força letal e preservação de locais de crime que demandam a realização de exames periciais. Curitiba: PMPR, 2022.

PUGLIA, Anderson. **Habilitações com armas de fogo**: manual do instrutor. 2. ed. Curitiba: [s.n.], 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Súmula Vinculante nº 11. **Uso de Algemas**. Brasília, 2008.

DISCIPLINA:	TIRO POLICIAL I (207g)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
05H/A	35H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		

EMENTA

Normas gerais de segurança (antes, durante e após a instrução). Condutas no estande de tiro. Equipamentos de proteção individual (EPI). Fundamentos do tiro (empunhadura, posição, respiração, visada, acionamento do gatilho, acompanhamento do alvo). Treino de tiro básico e avançado com pistola. Treinamento em seco. Repetição de fundamentos. Condições de porte. Prática de disparos em diferentes distâncias e posições. Treino de recarga (administrativa, tática e de combate). Disparos com empunhadura simples (mão hábil e não hábil). Treino de saque e visa rápida. Treino de disparos em movimento. Treino de disparos com cobertura e abrigos. Treino de disparos sob estresse físico e emocional. Treino de panes mecânicas de arma de fogo sob estresse.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, Maurício Corrêa Pimentel. **Coleção armamento**: armas, munições e equipamentos policiais. 2.ed. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2010.

PARANÁ. Polícia Militar. **Nota de serviço nº 031/2024-PM/3**. Habilitação e renovação da habilitação da tropa para emprego/utilização de armas de fogo de porte. Curitiba: PMPR, 2024.

PARANÁ. Polícia Militar. **Nota de serviço nº 036/2017 - PM/3**. Habilitação da tropa para emprego/utilização de armas de fogo. Curitiba: PMPR, 2017.

PARANÁ. Polícia Militar. **Portaria do Comando Geral nº 266/2024**. Manual de Sobrevivência e Técnicas para Confronto Armado no âmbito da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: Polícia Militar, 2024.

PUGLIA, Anderson. **Habilitações com armas de fogo**: manual do instrutor. 2. ed. Curitiba: [s.n.], 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, Alexandre Flecha. **Manual prático do instrutor de tiro policial defensivo**. Goiânia: [s. n.], 2015.

FLORES, Erico Marcelo; GOMES, Gerson Dias. **Tiro policial**: técnicas sem fronteiras. 3. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

OLIVEIRA, Luis Henrique Bittencourt de. **Aptidão do policial militar em identificar e solucionar os incidentes de tiro envolvendo sua pistola**. 2018. 64 f. TCC (Cursos de Formação de Oficiais Policiais Militares - CFO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/187406/>. Acesso em: 31 out. 2025.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz nº 004/2015-PM/3**. Uso diferenciado/seletivo da força. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2015. Alterada pelas diretrizes: 002/2025 (Publicada no BG 049 de 17 de março 2025) 001/2024 (Publicada no BG 022 de 31 de janeiro de 2024) 021/2022 (Publicada no BG 180 de 28 de setembro de 2022).

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Diretriz do Comando Geral nº 016/2024**. Diretriz de emprego operacional da PMPR. Curitiba: Polícia Militar, 2024.

PICETSKEI JUNIOR, Mario. **Análise biomecânica e comparativa entre o saque de arma de fogo com coldre pélvico e com coldre femoral**. 2019. TCC (Curso de Instrutor de Educação Física) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/195565/>. Acesso em: 31 out. 2025.

DISCIPLINA:		POLICIAMENTO OSTENSIVO ESPECIALIZADO (208g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	35H/A	00H/A	45H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Estudo dos fundamentos, princípios e práticas do Policiamento Ostensivo Especializado no âmbito da Polícia Militar do Paraná. Apresentação das competências, métodos, protocolos operacionais e especificidades das principais unidades especializadas: Regimento de Polícia Montada (RPMon), Batalhão de Polícia Ambiental, Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) e Ação Integrada de Fiscalização Urbana (AIFU). Análise das atribuições legais, doutrinárias e estratégicas de cada modalidade especializada, considerando sua interface com a segurança pública, a prevenção situacional e a mediação de conflitos. Compreensão do papel dessas unidades na proteção ambiental, na preservação da ordem pública, na atuação em ambiente escolar, no policiamento montado e nas operações urbanas integradas. Estudo de casos, cenários operacionais, doutrina institucional, integração interagências e boas práticas aplicáveis ao serviço especializado na PMPR.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>PARANÁ. Decreto nº 8.474, de 30 de agosto de 2021. Extingue o 6.º CRPM criando o Comando de Policiamento Especializado e dá outras providências. Diário Oficial [do Estado do Paraná], n. 11.009, 30 ago. 2021. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=252408&codItemAto=1586038#1586038. Acesso em: 12 out. 2025.</p> <p>PARANÁ. POLÍCIA MILITAR. Portaria do Comando-Geral nº 1086, de 15 de dezembro de 2021. Regula as atribuições do Comando de Policiamento Especializado. Curitiba: PMPR, 2021.</p>			

DISCIPLINA:		PROCEDIMENTOS DO OFICIAL DE SERVIÇO (209g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
40H/A	00H/A	00H/A	40H/A

OFERTA	2º semestre
PRÉ-REQUISITOS	Não há
EMENTA	
<p>Conceitos atinentes à atividade operacional do Oficial CPU: fiscalização, controle, coordenação e exercício de polícia judiciária militar. Postura e compostura. Utilização de ferramentas para monitoramento da tropa. Relacionamento com a imprensa na atividade de Oficial CPU. Liderança militar aplicada à função do Oficial CPU. Procedimentos corretos a serem adotados em ocorrências: Policial militar em situação de crime militar e crime comum; Prisão em flagrante de policial militar; Ocorrências com autoridades e pessoas com prerrogativas legais; Procedimentos relacionados a local de crime e situações de confronto armado; Diretrizes para acompanhamento tático; Procedimentos relacionados a acidente de viatura; Procedimentos em ocorrências envolvendo agentes de segurança pública; Procedimentos em ocorrências envolvendo militares das Forças Armadas; Procedimentos de recolhimento de arma de fogo institucional; Ocorrência envolvendo menor de idade; entre outros. Análise dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) da PMPR com foco nas atribuições do Oficial CPU. Encaminhamento das ocorrências junto às autoridades policiais.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 21 out. 1969, p. 8940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm. Acesso em: 31 out. 2025.</p> <p>MANOEL, Élio de Oliveira. Policiamento ostensivo: com ênfase no processo motorizado. Curitiba: Optagraf, 2004.</p> <p>FADEL NETO, Milton Isack; SOUZA PERES, Marcos Roberto de. Manual do patrulheiro: uma abordagem sobre abordagem. Curitiba: [s. n.], 2020.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. Diretriz nº 028, de 12 de dezembro de 2022. Procedimentos em situações de intervenção policial com uso de força letal e preservação de locais de crime que demandam a realização de exames periciais. Curitiba: PMPR, 2022.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. Diretriz do Comando-Geral nº 016/2024-PM/3, de 29 de outubro de 2024. Diretriz de emprego operacional da PMPR. Curitiba: PMPR, 2024.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado Maior. Manual de Campanha C 20-10: liderança militar. 2. ed. Brasília, DF: SGEX, 2011.</p> <p>PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Resolução nº 516-SESP, de 10 de outubro de 2023. Estabelece procedimentos para o atendimento de ocorrências envolvendo integrantes dos Órgãos Estaduais de Segurança Pública. Curitiba: SESP-PR, 2023.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. Portaria do Comando Geral n.º 883, de 07 de outubro de 2022. Regula o inquérito técnico. Curitiba: PMPR, 2022.</p>	

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Portaria do Comando Geral n.º 525, de 27 de maio de 2024.** Aprova o Manual de comunicação social da PMPR e adota outras providências. Curitiba: PMPR, 2024.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Portaria do Comando Geral n.º 999, de 21 de agosto de 2024.** Regula a aquisição, o cadastro e o porte de arma de fogo, munições, coletes de proteção balística e acessórios no âmbito da Corporação e dá outras providências. Curitiba: PMPR, 2024.

PARANÁ. Polícia Militar. **Cadernos de Procedimentos Operacionais Padrão da PM3.** Curitiba: PMPR, 2025.

DISCIPLINA:		GERENCIAMENTO DE CRISES (210g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Conceito de crise policial e de gerenciamento de crises. Evolução histórica da doutrina de gerenciamento de crises. Normas e legislação de gerenciamento de crises no âmbito da Polícia Militar do Paraná. Características das crises policiais. Estatísticas de crises na PMPR. Objetivos do gerenciamento de crises. Fases do processo de gerenciamento de crises. Critérios de ação na gestão de crises policiais. Conceitos fundamentais da doutrina de gerenciamento de crises. Tipologia dos causadores do evento crítico. Tipologia das situações policiais críticas. Elementos essenciais do gerenciamento de crises. Alternativas táticas do gerenciamento de crises.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>PARANÁ. Polícia Militar. Diretriz do Comando-Geral n. 005, de 21 de novembro de 2011. Regula o Gerenciamento de Crises na PMPR. Curitiba, 21 de novembro de 2011. Alterada pela diretriz n. 005/2021-PM/3 (Publicada no Boletim Geral n. 152, de 17 de agosto de 2021). Curitiba: PMPR, 2011.</p> <p>SILVA, Marco Antonio da. Gerenciamento de crises policiais. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: InterSaberes, 2024.</p> <p>SILVA, Marco Antonio da; SILVA, Luiz Fernando da; RONCAGLIO, Otávio Lúcio. Negociação em crises policiais: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			

LUCCA, Diógenes. **Manual básico de gerenciamento de crises com reféns localizados**. 1. ed. São Paulo: Book Express, 2018.

MONTEIRO, Roberto das Chagas, et al. **Gerenciamento de crises**. 7. ed. Brasília: Departamento de Polícia Federal, 2008. Apostila.

PARANÁ. Decreto n. 8.627, de 27 de outubro de 2010. Criado o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP. **Diário Oficial do Paraná**: Seção 1, Curitiba, ano 97, n. 8332, p. 4, 27 out. 2010.

PARANÁ. Polícia Militar. **Diretriz do Comando-Geral n. 010, de 3 de junho de 2022**. Regula o Plano de Defesa Territorial, específico para crises de crimes violentos contra o patrimônio. Curitiba: PMPR, 2011.

SALIGNAC, Angelo Oliveira. **Negociação em crises**: atuação policial na busca da solução para eventos críticos. São Paulo: Ícone, 2011.

SILVA, Marco Antonio da. Alternativas táticas do processo de gerenciamento de crises policiais: uma nova perspectiva teórica. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 10, n. 4, p. 01-29, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv10n4-002>. Acesso em: 3 out. 2025.

SILVA, Marco Antonio da. **Primeira intervenção em crises policiais**: teoria e prática. 3. ed. atual. Curitiba: AVM, 2020.

SILVA, Marco Antonio da; RONCAGLIO, Otávio Lúcio. Gestão de crises e conflitos no contexto da segurança pública. In: MEDEIROS, Diogo Bastos. (org.). **Mediação de conflitos**. Indaial: UNIASSELVI, 2021. p. 131-203.

SILVA, Marco Antonio da; RONCAGLIO, Otávio Lúcio. **Negociação e gestão de conflitos de segurança**. Curitiba: IESDE, 2020.

DISCIPLINA:		RELAÇÕES INTERPESSOAIS (211g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Inteligência emocional, habilidades socioemocionais, liderança e comando em organizações militares estaduais. O papel do oficial da polícia militar, resolução de conflitos, ética e responsabilidade nas relações. Comunicação eficaz. Trabalho em equipes. As gerações no ambiente de trabalho.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GOLEMAN, Daniel. **Liderança: a inteligência emocional na formação de um líder de sucesso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

ROSSI, Jéssica de C.; SCHOLZ, Robinson H.; MORESCO, Marcielly C. **Desenvolvimento gerencial e liderança**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book.

SCHEIN, Edgar H.; SCHEIN, Peter. **Cultura organizacional e liderança**. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMALA, Simonato, M. **Competências emocionais e liderança estratégica: como líderes visionários criam equipes de alta performance por meio da inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2024. E-book.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **Manual de campanha C 20-10: liderança militar**. 2. ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2011.

GOLEMAN, Daniel; CHERNISS, Cary. **Optimal: como atingir o desempenho máximo nas equipes e na liderança**. Tradução de Cássio Arantes Leite. São Paulo: Objetiva, 2024.

GRIFFIN, Ricky W.; MOORHEAD, Gregory. **Comportamento organizacional: gestão de pessoas e organizações**. Porto Alegre: +A Educação; Cengage Learning Brasil, 2024. E-book.

OLIVEIRA, Marco A. **Comportamento organizacional para gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. E-book.

DISCIPLINA:	SISTEMAS DA PMPR II (212g)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			

Apresentação de sistemas e suas funcionalidades: SESP Intranet e TCIP; SISCOGER, EPROCPMPR; SADE; Rastros de acessos focados em processos e procedimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz nº 015/2024-PM/3**. Tecnologia da informação e comunicação. Curitiba: PMPR, 2024.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Manual do Boletim de Ocorrência Unificado**: versão 2. Curitiba: PMPR, 2025.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Portaria do Comando-Geral nº 131/2024**. Disciplina procedimentos relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação, estabelecendo normas e regulamentações, para segurança, e proteção do ambiente tecnológico, para o melhor emprego de recursos, no âmbito da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2025.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Portaria do Comando-Geral nº 197, de 10 de abril de 2015**. Cria o Sistema EPROCPMPR – Sistema Eletrônico de Procedimentos da PMPR. Curitiba: PMPR, 2015.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Portaria do Comando-Geral nº 695, de 26 de junho de 2014**. Regula a utilização do Sistema On-Line de Controle de Processos e Procedimentos Administrativos da Corregedoria Geral (SISCOGER) pelas Unidades PM e BM da PMPR e dá outras providências. Curitiba: PMPR, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Thiago Henrique Bragato; LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira. **Organização e representação do conhecimento em múltiplas abordagens**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

DISCIPLINA:		RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E TOMADA DE DECISÃO (213g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Fundamentos do planejamento. Formulação de objetivos individuais e organizacionais. Tipos de problemas. Racionalidade. Heurísticas e vieses. Gestão de emoções e assertividade. Processo de tomada de decisão e ferramentas.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**: os novos horizontes em administração. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

BOONE, Mary; SNOWDEN David J. A leader 's framework for decision making. **Harvard Business Review**, Boston, p. 1-9, nov. 2007. Disponível em: <https://perspectivity.org/wp-content/uploads/2013/10/A-Leaders-Framework-for-Decision-Making-HBR.pdf>. Acesso em: 6 out. 2025.

SHLEIFER, Andrei. Psychologists at the gate: a review of Daniel Kahneman's thinking, fast and slow. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 50, n. 4, p. 1080-1091, 2012. Disponível em: https://scholar.harvard.edu/files/shleifer/files/kahneman_review_jel_final.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro. Editora: Objetiva, 2012.

RAMOS, Simone Cristina; FERNANDES, Jane Mendes Ferreira. **Processo decisório e organizações**. Appris Editora, 2023. ISBN 978-6525038766.

DISCIPLINA:	ANÁLISE CRIMINAL (214g)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Conceitos e histórico da análise criminal, dimensões do policiamento e do trabalho do analista criminal. Vertentes do trabalho de análise criminal, coleta de dados e desafios contemporâneos. Criminologia ambiental, teorias criminais (triângulo do crime, prevenção situacional, prevenção criminal pelo design ambiental, metodologia iara) e prevenção da criminalidade. segurança pública baseada em evidências. Aplicação de Business Intelligence (BI) em segurança pública. Sistema de Gestão de Geoinformação (CAPEGEO e DASHBOARD) e suas ferramentas para planejamento operacional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			

ALVARENGA, Camila Bernardes. **Análise criminal**: fundamentos históricos e teóricos da análise criminal. Goiânia: Alta Performance, 2023.

BOBA, Rachel. **Introductory guide to crime analysis and mapping**. Washington. DC: Office of Community Oriented Policing Services, 2001.

CLARKE, Ronald V.; ECK, John E. **Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos**. Tradução de Alessandro Souza Soares. [Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services, 2016].

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014..

DANTAS, George Felipe de Lima et al. **A análise criminal como instrumento da gestão integrada à segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, [200?]. Curso de inteligência em segurança pública.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **2º balanço das políticas de gestão para resultados na segurança pública**. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2023.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Manual do Boletim de Ocorrência Unificado**: versão 2. Curitiba: PMPR, 2025.

RICOBOM, Arnald. **Introdução à cartografia**: apostila para o Curso de Extensão Universitária em Fundamentos de Geoprocessamento Curitiba: UFPR, 2007.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. São Paulo: Zahar, 2006.

WOSNY, Marcos Antonio. **Segurança pública**: uma análise crítica sobre o modelo de gestão no Paraná. 2010. 198 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/66821>. Acesso em: 3 nov. 2025.

ZANIN, Flávio Ernesto Gaya. **A organização da informação policial no âmbito da segurança pública do estado do Paraná**: em foco o boletim de ocorrência unificado. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Mestrado em Gestão da Informação, 2011. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/7ab445e8-136b-48a8-aa95-be4e49f7142e>. Acesso em: 3 nov. 2025.

DISCIPLINA:		DOCTRINA DE EMPREGO OPERACIONAL (215g)		
PRESENCIAL				TOTAL
Horário regular de aulas				
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE		
30H/A	00H/A	00H/A		30H/A
OFERTA		2º semestre		

PRÉ-REQUISITOS	Não há
EMENTA	
Breve histórico das polícias militares, sistema nacional de segurança pública e defesa social. Missões constitucionais das polícias militares. Princípios e diretrizes do emprego operacional da PMPR. Organização, preparo e emprego da Polícia Militar do Paraná. Ciclo completo de polícia.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2018.</p> <p>BRASIL. Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 236, p. 2, 13 dez. 2023.</p> <p>VALLA, Wilson Odirley. Doutrina de emprego de polícia militar e de bombeiro militar. 3. ed. rev. ampl. Comunicare, 2012. 272 p. (Publicações Técnicas ; v. 1).</p> <p>VIEIRA, Thiago Augusto. A polícia ostensiva e a preservação da ordem pública: a competência das polícias militares. Florianópolis: ed. do autor, 2015.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BRASIL. Presidência da República. Despacho do Presidente da República sobre o Parecer n. GM-25, de 10 de agosto de 2001. As Forças Armadas, sua atuação, emergencial, temporária, na preservação da ordem pública. Aspectos relevantes e norteadores de tal atuação. Advocacia-Geral da União, Brasília, 2001a. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754715. Acesso em: 10 fev. 2025.</p> <p>DENKEWSKI, W. O fortalecimento de uma cultura de polícia preventiva como estratégia sustentável para a melhoria do desempenho operacional na Polícia Militar do Paraná. RECIMA21: Revista Científica Multidisciplinar, v. 4, n. 3, p. e432887, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i3.2887. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2887. Acesso em: 17 jan. 2025.</p> <p>KOPPTIKE, A. Manual de segurança pública baseada em evidências: o que funciona e o que não funciona na prevenção da violência. Passo Fundo: Conhecer, 2023.</p> <p>MARCINEIRO, N. A melhoria do desempenho policial: uma metodologia multicritério para aprimorar a tomada de decisão. 1. ed. Florianópolis: Habitus, 2020.</p> <p>MEIRELES, A. Entronizando a novíssima defesa social. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2305, 23 out. 2009. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/13728. Acesso em: 15 fev. 2025.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Comando-Geral. Diretriz do Comando-Geral nº 029, de 29 de outubro de 2024. Diretriz de emprego operacional da PMPR. Curitiba: PMPR, 2024.</p> <p>ROCHA, C. Ciclo completo de polícia: implicações do modelo policial. Consultoria Legislativa: estudo,</p>	

Brasília, DF, fev. 2024.

ROCHA, F. C. W. Desmilitarização das polícias militares e unificação de polícias: desconstruindo mitos. **Consultoria Legislativa**: estudo, Brasília, DF, nov. 2024.

SANTOS, H. T. dos. **Lições de estratégia operacional para a polícia militar**. São Paulo: Fundação Biblioteca Nacional, 2018.

SILVA, Valter Ribeiro da; CONDE, Daniel Gonçalves. **Polícia Militar do Paraná**: origem e evolução 1854-1917: volume I. 1. ed. Curitiba: Edição do Autor, 2023.

DISCIPLINA:		CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA (216d)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Fundamentos das ciências sociais – sociologia, antropologia e ciência política. Estudo das relações entre estado, polícia e sociedade. Violência, criminalidade e controle social. Direitos humanos e cidadania. Cultura. Poder. Instituições políticas brasileiras. Diversidade social. Políticas públicas de segurança.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade : para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.			
BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.			
DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis . Rio de Janeiro: Rocco, 1997.			
DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico . 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.			
WEBER, Max. Economia e sociedade . Brasília: UnB, 1999.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			

ADORNO, Sérgio. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. **BIB**: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 35, 1 semestre, p. 03 – 24, 1993.

BATISTA, Vera M. Prefácio. In: LOPES, Edson. **Política e segurança pública**: uma vontade de sujeição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

COSTA, Arthur Trindade M. **Segurança pública, redes e governança**. Brasília: EdUNB, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FREIRE, Moema Dutra. **Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 3, n. 2, 2009.

LIMA, Renato Sérgio; PAULA, Liana de. **Segurança pública e violência**. São Paulo: Contexto, 2021.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. **Democracia, violência e segurança pública no Brasil**. Campina Grande: EdUFCG, 2019.

PATRIARCA, Gabriel; MORAES, Caio Cardoso de. Segurança privada no Brasil: um Balanço da Literatura nas Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 18, n. 2, p. 162-193, 2024. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1878>. Acesso em: 3 nov. 2025.

SANTIAGO, Danilo Roberto Pereira; FELISBINO, Riberti de Almeida (Orgs.). **Sociologia política & segurança pública**. Curitiba: Editora CRV, 2018. (Coleção diálogos; v. 1).

SAPORI, Luís F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. **As ciências sociais brasileiras e a formação do 'campo da segurança pública'**. Revista Brasileira de Sociologia, v. 5, n. 9, p. 35-58, 2017. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/257>. Acesso em: 3 nov. 2025.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. **Esboço de uma sociologia política das ciências sociais contemporâneas (1968-2010)**: a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13042015-171013/pt-br.php>. Acesso em: 3 nov. 2025.

ZALUAR, Alba. Violência e Crime. In: MICELI, Sérgio. (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), vol. 1**: antropologia. Sumaré: ANPOCS, 1999.

DISCIPLINA:		DEONTOLOGIA POLICIAL MILITAR (217d)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		

EMENTA

Introdução dos fundamentos da Deontologia Policial Militar, com ênfase na percepção da importância dos preceitos éticos e morais nas ações e operações policiais militares em consonância com os valores e deveres éticos e morais orientadas na promoção e defesa dos direitos humanos, da cidadania e da justiça; A ética profissional e as contradições da consciência moral no exercício da profissão policial militar. A natureza dos compromissos e deveres do militar estadual, as suas consequências em caso de violação, bem como, os mecanismos de contenção; Fixação dos valores profissionais relacionados à doutrina de emprego da Corporação e suas Diretrizes éticas, morais e cívicas, visando o fortalecimento do comprometimento e a credibilidade da Polícia Militar perante a sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PARANÁ. **Decreto nº 5.075, de 28 de dezembro de 1998. Aprova o Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais, integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Paraná.** Diário Oficial do Estado, n.º 5.404, 29 dez. 1998. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=24225>.

VALLA, Wilson Odirley. **Deontologia Policial Militar.** 5ª Edição (revista e ampliada) 2013.

VALLA, Wilson Odirley. **Deontologia policial militar II: ética profissional recomendada para os Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.** 2. Edição, rev. e ampl. Curitiba: Comunicare; AVM, 2006.

VALLA, Wilson Odirley. **Deontologia policial militar: ética profissional recomendada para os cursos de formação de oficiais, aperfeiçoamento e superior de polícia militar.** 4. rev. e ampl. ed. Curitiba: Comunicare; AVM, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MINAYO, Maria Cecília; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro,** Editora Fiocruz, 2008. Disponível em: [HTTP://books.scielo.org/id/y28rt](http://books.scielo.org/id/y28rt). Acesso em 03 fev. 20.

PORTO, Maria Stela Grossi; COSTA, Arthur TM. **Códigos de Deontologia Policial no Brasil e no Canadá: análise dos documentos e representações sociais.** Coleção Segurança com Cidadania, v.1, p.57-82, 2009.

SANDEL, Michael J. **Justiça – O que é fazer a coisa certa.** 9ª Edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

DE FRANÇA, Fábio Gomes. **Segurança Pública e a formação policial militar: os direitos humanos como estratégia de controle institucional.** Estudos de Sociologia, v. 17, n. 33, 2012. Disponível em: [HTTP://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5424](http://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5424). Acesso em 03 fev. 20.

DISCIPLINA:	POLÍCIA COMUNITÁRIA (218d)	
PRESENCIAL		TOTAL
Horário regular de aulas		

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Origem e princípios do policiamento moderno. Escolas de polícia Anglo-Saxônica e Oriental. Eras do policiamento moderno. Teorias e desenvolvimento histórico da polícia comunitária nos Estados Unidos, Brasil e Paraná. Fundamentos constitucionais da segurança pública e da polícia cidadã. Ordem pública e poder de polícia administrativa. Políticas de Segurança Pública e Defesa Social e suas relações com a polícia comunitária. Dimensões, conceitos e princípios da polícia comunitária. Diferenças entre os modelos tradicional e comunitário de policiamento. Parcerias institucionais, mobilização social e Conselhos Comunitários de Segurança.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>PAULA, Alan Pinheiro de et al. Polícia Comunitária. Indaial: UNIASSELVI, 2021.</p> <p>BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. Polícia comunitária, polícia cidadã para um povo cidadão. Curitiba: AVM, 2007.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Diretriz Nacional de Polícia Comunitária. Brasília: SENASP/MJSP, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/collective-nitf-content-1555096748.16/diretrizbasica_media_08052020.pdf. Acesso em: 7 out. 2025.</p> <p>MARCINEIRO, Nazareno. Polícia comunitária: construindo segurança nas comunidades. Florianópolis: Insular, 2009.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Diretriz nº 015/2025-PM/3, de 08 de outubro de 2025. Diretriz de Polícia Comunitária. Curitiba: PMPR, 2025.</p> <p>ROLIM, Marcos. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.</p> <p>TROJANOWICZ, Robert; BUCQUERON, Bonnie. Policimento comunitário: como começar. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1994.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BAYLEY, David H. Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa. São Paulo: Edusp, 2006. (Polícia e Sociedade; n. 1).</p> <p>BITTNER, Egon. Aspectos do trabalho policial. São Paulo: Edusp, 2003. (Série Polícia e Sociedade; n. 8).</p>			

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 5. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/12903/1/974478%20Curso%20nacional%20de%20multiplicador%20de%20pol%C3%ADcia%20comunit%C3%A1ria%20pol%C3%ADcia%20comunit%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **Sujeito ou demandante? Reflexões sobre o caráter da participação nos conselhos comunitários de segurança de São Paulo**. Sociologias, v. 18, p. 328-355, 2016.

BUENO DE JESUS, José Lauri; MACHADO, Donavan Farias. **Polícia Comunitária: um novo paradigma de polícia ostensiva**. Revista Direito em Debate, v. 23, n. 42, p. 207-231, 2014. DOI: 10.21527/2176-6622.2014.42.207-231. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/3131>. Acesso em: 7 out. 2025.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (Org.). **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

GALDEANO, Ana Paula. **Voz e silêncio: os sentidos da violência no Conselho Comunitário de Segurança**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 3, n. 2, p. 335, 2013.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre**. São Paulo: Edusp, 2003. (Série Polícia e Sociedade, n.º 9).

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HIPÓLITO, M. M.; TASCIA, J. E. **Superando o mito do espantinho: uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública**. Florianópolis: Insular, 2012.

MUNIZ, Jacqueline et al. **Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário**. Tempo Social, v. 9, n. 1, p. 197-213, 1997.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Manual de policiamento comunitário: polícia e comunidade na construção da segurança**. São Paulo: NEV/USP, 2009. 104 p. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/manual_policiamento_comunitario.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

OLIVEIRA, Alexandre Magno de. **Polícia comunitária: da teoria à prática**. In: PAULA, Alan Pinheiro de et al. Polícia comunitária. Indaial: UNIASSELVI, 2021.

PARANÁ. **Decreto n.º 5.381, de 24 de outubro de 2016**. Cria a Coordenação Estadual dos CONSEGs [...]. Diário Oficial Executivo, n.º 9809, Curitiba, PR, 25 out. 2016. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAto.do?action=exibir&codAto=163963&codTipoAto=11&tipoVisualizacao=original>. Acesso em: 7 out. 2025.

PARANÁ. **Decreto n.º 8.301, de 13 de dezembro de 2024**. Aprova o regulamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs. Curitiba: Casa Civil do Estado, 2024. ANEXO III. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=347481&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 7 out. 2025.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz do Comando-Geral n.º 016/2024-PM/3, de 29 de outubro de 2024**. Diretriz de emprego operacional da PMPR. Curitiba: PMPR, 2024.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo. São Paulo: Edusp, 2006. (Série Polícia e Sociedade, n.º 6).

SOUZA, César Alberto. **Polícia Comunitária e Gestão Integrada**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

DISCIPLINA:	EXERCÍCIO DE COMANDO, RESISTÊNCIA E LIDERANÇA (219d)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Aprestamento e organização do material individual. Técnicas de maneabilidade terrestre (Exercícios de vivacidade. Nós e amarrações. Transposição de obstáculos. Pista de cordas. Transporte de feridos. Marchas e estacionamentos); Estudo do terreno (Conhecimento e nomenclatura. Valor militar dos acidentes geográficos. Avaliação de distâncias. Utilização de cobertas e abrigos); Orientação em campanha (Noções de topografia. Cartas topográficas. Orientação diurna e noturna. Orientação com meios de fortuna); Natação utilitária (Técnicas de ruptura da lâmina d'água. Flutuação. Nado utilitário. Transposição de cursos d'água. Técnica de embarque e desembarque de embarcações). Combate em ambiente hostil (Sobrevivência. Camuflagem. Construção de abrigos improvisados. Construção de armadilhas Improvisadas. Animais venenosos e peçonhentos. Rastreamento e contra rastreamento. Técnicas de patrulha).</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. Manual de campanha EB70-MC-10.304: marchas a pé. Brasília: Secretaria Geral do Exército, 2019.</p> <p>BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Instruções provisórias: sobrevivência na selva. Brasília: Secretaria Geral do Exército, 1999.</p> <p>BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual de campanha C 21-78: transposição de obstáculos. Brasília: Secretaria Geral do Exército, 1980.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **Manual de campanha C 7-5**: exercício para infantaria. Brasília: Secretaria Geral do Exército, 1980.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **Manual de campanha C 31-60**: operações de transposição de Cursos de Água. Brasília: Secretaria Geral do Exército, 1996.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **Manual de campanha C 21-26**: leitura de cartas e fotografias aéreas. Brasília: Secretaria Geral do Exército, 1980.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **Manual de campanha C 5-40**: camuflagem, princípios fundamentais e camuflagem de campanha. 3. ed. Brasília: Secretaria Geral do Exército, 2004.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **Manual de campanha C 5-15**: fortificações de campanha. Brasília: Secretaria Geral do Exército, 1996.

DISCIPLINA:		METODOLOGIA DA PESQUISA (220d)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
A ética na pesquisa. Tipos de pesquisa: quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos técnicos. Estrutura da artigo científico: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Instrumentos e métodos de coleta de dados. Métodos de análise de dados. Comunicação e divulgação de informações científicas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa : métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.			
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Mariana de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT . Curitiba: Sistema de Bibliotecas (SiBi) / Editora UFPR, 2022.			

Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/73330>. Acesso em 15 out. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Claudio de moura. **A prática da pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

DISCIPLINA:		METODOLOGIA DE ENSINO II (221d)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Conceitos essenciais; Educação; Ensino; Pedagogia, Didática; Docência; Princípios da Aprendizagem; Pirâmide da Aprendizagem; Competências; Objetivos do Ensino na corporação; Pontos básicos da formação policial; Contribuições para uma boa voz; Considerações importantes sobre o uso da palavra; Correção de linguagem; Gesticulação; Expressão corporal; Movimentação; Contato visual; Vestuário; Hábitos importantes; Fisionomia; Técnicas de Perguntas; Meios auxiliares de ensino; Regras para bons visuais; Dinamização da aula; Técnicas de ensino; Metodologias ativas; Elaboração de objetivos de ensino; Partes de um plano de aula; Avaliação escolar.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>LOBO, Jorge Luís Faria; ZELINSKI, Cesar Renato; BONDARUK, Roberson Luís. Manual do instrutor da PMPR. 1 ed. Curitiba: AVM, 2006.</p> <p>RANGEL, Mary. Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas. São Paulo: Papyrus, 2005.</p> <p>ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre: Penso, 2009.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			

ALCÂNTARA, Elisa F. S. (org.). **Inovação e renovação acadêmica**: guia prático de utilização de metodologias e técnicas ativas. Volta Redonda, RJ: FERP, 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual do instrutor**: manual técnico T 21-250. 3 ed. Brasília: Exército Brasileiro, 1997.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília: SENASP, 2014.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

MORÁN, José Manuel. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofélia Elisa Torres (Org.). **Convergências midiáticas, educação e cidadania**: aproximações jovens. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015. p. 15-33.

PARANÁ. Polícia Militar. Comando-Geral. **Portaria no 330, de 2014**. Aprova a Portaria de Ensino da PMPR. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2014.

PARANÁ. Polícia Militar. Diretoria de Ensino. **Portaria n. 243, de 26 de fevereiro de 2008**. Normas Técnicas para Avaliação do Rendimento e da Aprendizagem. Curitiba: PMPR, 2008.

VIANA, Dênis Wellinton. **Educação policial militar** : dimensões psicossociais na construção de práticas profissionais (tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/95082>. Acesso em: 13 out. 2025.

VIANA, Dênis Wellinton. **Entre a academia militar e a rua**: um estudo sobre a formação e a prática de policiais militares na perspectiva da educação e da psicologia social comunitária (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/58494>. Acesso em: 13 out. 2025.

DISCIPLINA:		ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS E CULTURAIS II (222c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	10H/A	00H/A	10H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Atividades voltadas à complementação da formação acadêmico-científica do aluno do curso de formação de oficiais. Ciclo de palestras, treinamentos físicos, atividades comunitárias e de integração com a sociedade, marchas e campos militares de instrução técnica e sobrevivência, participação em			

eventos sociais, visitas à unidades de polícia e bombeiro militar, visitas à unidades de polícia civil, científica, rodoviária federal e polícia federal, visitas a unidades de corporações de outros estados, visitas a unidades das forças armadas, visitas à campus de universidades, dentre outras atividades que valorizem e contribuam com a formação dos policiais e bombeiros militares. **Disciplina que conta com carga horária de ações extensionistas.**

DISCIPLINA:		ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (223c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	40H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
O estágio supervisionado do curso funciona em conformidade com o regulamento anexo, documento que estabelece, a nível institucional, os procedimentos a serem adotados para a realização dos estágios operacionais e administrativos do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, nas diversas funções desenvolvidas por oficiais da corporação. Desenvolvimento de atividades operacionais e administrativas em Organização Policial Militar, priorizando unidades do interior do Estado.			

DISCIPLINA:		TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA II (224c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	00H/A	40H/A	40H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			

Disciplina complementar, que visa a integração e atualização do corpo de alunos quanto às técnicas, tecnologias, sistemas, procedimentos, normas, ou legislações que surjam ou sofram alteração durante o processo de formação do policial ou bombeiro militar. Aprofundamento em disciplinas já existentes no Projeto Pedagógico. Execução do projeto de intervenção desenvolvido na disciplina de Tópicos I. Continuidade das ações do grupo de extensão. **Disciplina que conta com carga horária de ações extensionistas.**

DISCIPLINA:		ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA II (225c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	20H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	2º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Disciplina direcionada a prática de atividades desportivas supervisionadas. As atividades desenvolvidas preparam os discentes para a participação no Encontro Nacional das Academias Militares Estaduais (ENAME), evento desenvolvido anualmente entre as corporações de todo o Brasil. As modalidades contemplam os seguintes desportos: tiro, orientação, atletismo, voleibol, futebol, futsal, basquetebol, natação, xadrez, coral, judô, equitação, técnica policial militar e técnica bombeiro militar.			

3º SEMESTRE

DISCIPLINA:		EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR III (301g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	50H/A	00H/A	60H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		

EMENTA

Teoria e prática do treinamento físico para saúde e performance policial militar. Métodos e técnicas de treinamento, conhecimentos sobre atividade física, alimentação e repouso. Promoção da qualidade de vida por hábitos saudáveis. Desenvolvimento de habilidades em exercícios e treinamentos técnicos/táticos de segurança pública. Cuidado preventivo da saúde, espírito de equipe e disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENA, Simone Sagres. **Exercício físico e qualidade de vida: avaliação, prescrição e planejamento**. São Paulo: Phorte, 2009.

MCARDLE, William D.; HALL, John. **Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2017.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Portaria do Comando-Geral nº 1065, de 26 de setembro de 2025**. Aprova a Política de Educação Física Militar na Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2025.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Diretriz n.º 012/2025-PM/3, de 22 de agosto de 2025**. Educação Física Policial Militar. Curitiba: PMPR, 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, F. B. **Prática docente na educação física policial e bombeiro militar: proposta de uma metodologia aplicada**. RECIMA21: Revista Científica Multidisciplinar, v. 4, n. 10, e4104233, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4233>. Acesso em: 05 nov. 2025.

RASTEIRO A, SANTOS V, MASSUÇA LM. **Physical training programs for tactical populations: brief systematic review**. Healthcare (Basel), v. 11, n. 7, mar. 2023. Disponível em: doi.org/10.3390/healthcare11070967. Acesso em: 05 nov. 2025. Erratum in: Healthcare (Basel), v. 11, n. 18, . 2023. Disponível em: doi.org/10.3390/healthcare11182470. Acesso em: 05 nov. 2025.

DISCIPLINA:		DEFESA PESSOAL POLICIAL II (302g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
05H/A	35H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			

Aprofundamento do uso seletivo da força em cenários complexos. Condução com imobilização em dois policiais. Uso de algema com resistência do oponente. Equipamentos auxiliares (PR-24 e PR-90). Retenção e contra retenção de arma (uso ostensivo e velado). Integração de técnicas em simulações realistas e técnicas policiais específicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MADY, Carlos Assad. **Técnicas de imobilização e condução para a atividade de RPA**. Curitiba: [s.n.], 2022.

MADY, Carlos Assad; PIROG, Francis. **Emprego de bastões na PMPR**. Curitiba: Clube de Autores, 2021.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Manual bastão tonfa**. Belo Horizonte: PMMG, 2013.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz nº 004/2015-PM/3**. Uso diferenciado/seletivo da força. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2015. Alterada pelas diretrizes: 002/2025 (Publicada no BG 049 de 17 de março 2025) 001/2024 (Publicada no BG 022 de 31 de janeiro de 2024) 021/2022 (Publicada no BG 180 de 28 de setembro de 2022).

PARANÁ. Polícia Militar. **Manual de defesa policial**. Curitiba: PMPR, 2023.

PIROG, Francis. **Manual de técnicas de contato para atividades policial militar**. Curitiba: PMPR, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 248, 23 dez.2014.

ELEUTÉRIO, José. **Si Vis Pacem**: tópicos sobre combate e treinamento policial. Campinas: Primeira edição, 2020.

MURRAY, Kenneth; HABERFELD, Maria. **Use of force training in law enforcement: a reality based approach**. Berlin: Springer, 2021.

PARANÁ, Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz nº 008, de 21 de setembro de 2015**. Controle, Segurança e emprego de instrumentos não letais no âmbito da PMPR. Curitiba: PMPR, 2015.

WENDLING, Humberto. **Auto defesa contra o crime e a violência**: um guia para civis e policiais. Joinville: Clube de Autores, 2018.

WOLLERT, Terry; QUAIL, Jeff. **A scientific approach to reality based training**. Manitoba: Three Pistols, 2018.

DISCIPLINA:	PRÁTICA PROCESSUAL ADMINISTRATIVA I (303g)	
	PRESENCIAL	
	Horário regular de aulas	TOTAL

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
15H/A	25H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Sindicância - normas e práticas. Fluxo, requisitos e atos probatórios até o relatório final e legislação correlata. Prática - confecção de autos. Direito a Atestado de Origem. Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD): expedição, preenchimento técnico, registro de fatos, provas e o relatório final. Devido processo legal, ampla defesa e o contraditório. Princípios constitucionais e as normativas disciplinares vigentes.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>PARANÁ. Polícia Militar. Portaria nº 338 do Comando-Geral, de 24 de abril de 2006. Regula a elaboração de sindicância. Curitiba: PMPR, 2025.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Portaria nº 339 do Comando-Geral, 27 de abril de 2006. Regula as providências necessárias à confecção do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar. Curitiba: PMPR, 2025.</p> <p>CUNHA, Irineu Ozires. Regulamento Disciplinar do Exército atualizado e comentado segundo a Constituição Federal de 1988: parte geral. 2. ed. atual. rev. ampl. Curitiba: Optagraf, 2008.</p> <p>CUNHA, Irineu Ozires. Regulamento Disciplinar do Exército Brasileiro: comentado segundo a doutrina, jurisprudência e Constituição Federal de 1988, parte especial. Curitiba: Optagraf, 2010.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>PARANÁ. Decreto 5075, de 28 de Dezembro de 1998. Aprovação do Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais, integrantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Paraná. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 5404, 29 dez. 1998.</p> <p>PARANÁ. Lei nº 16.544, de 14 de julho de 2010. Dispõe que o processo disciplinar na Polícia Militar do Estado do Paraná e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná será regulado na forma que especifica. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 8262, 14 jul. 2010.</p> <p>PARANÁ. Lei 21.938, 22 de abril de 2024 Altera a Lei no 16.544, de 14 de julho de 2010, que dispõe sobre o processo disciplinar, na Polícia Militar do Estado do Paraná. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 11644, 22 abr. 2024.</p> <p>PARANÁ. Lei 22.354, 15 de abril de 2025. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná, fixa o seu efetivo e dá outras providências. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, ano 112, n. 11885, 15 abr. 2025.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Portaria do Comando-Geral n. 294, de 16 de março de 2009. Dispõe sobre o Sistema Disciplinar Especial (SDE). Curitiba: PMPR, 2025.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Portaria do Comando-Geral n. 623, de 14 de julho de 2021. Delega</p>			

competência e regula os procedimentos relativos aos pedidos de condecorações e promoção por ato de bravura, e dá outras providências. Curitiba: PMPR, 2021.

DISCIPLINA:		DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR (304g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Aspectos teóricos de direito processual penal militar; Conceito; Estrutura do código processual penal militar (DPPM); Fontes; Princípios aplicáveis; Lei processual penal no espaço; Lei processual penal no tempo; Interpretação da legislação processual penal militar; Integração da legislação processual penal militar; Aplicação do CPPM à Justiça Militar Estadual; Competência e jurisdição militar federal e estadual; Polícia judiciária militar. Procedimentos apuratórios: Inquérito policial militar; Prisão em flagrante; Deserção. Aspectos processuais: Ação penal militar; Comunicações processuais; Recursos; Atos probatórios; Medidas preventivas e assecuratórias sobre: coisas, pessoas e extravagantes ao código processual penal militar; Nulidades.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ASSIS, Jorge Cesar de. Código de processo penal militar anotado : artigos 1º a 383. 5. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2020.			
NEVES, Cícero Robson Coimbra. Manual de direito processual penal militar . 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2025.			
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal militar comentado . 4. ed. São Paulo: Editora Forense, 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
LOBÃO, Célio. Direito processual penal militar : justiça militar federal e estadual. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2011.			
LOUREIRO NETO, José da Silva. Processo penal militar . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			

DISCIPLINA:	PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM CRISES (305g)
--------------------	--

PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
27H/A	08H/A	00H/A	35H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>A Primeira Intervenção em Crises (PIC) como fase no contexto do Gerenciamento de Crises (GC). Breve histórico da primeira intervenção em crises na PMPR. Conceito de primeira intervenção em crises. Normas e legislação relacionadas à PIC na PMPR. Teoria do resultado. Primeira intervenção em crises policiais, Primeira intervenção em crises envolvendo atiradores/agressores ativos, Primeira intervenção em crises de tentativa de suicídio, Primeira intervenção em ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio (“Novo Cangaço”, “Domínio de Cidades”), Primeira intervenção em manifestações e controle de multidões, Primeira intervenção em ocorrências de incêndios, afogamentos, acidentes e Outras Situações Emergenciais, Primeira intervenção em crises em estabelecimentos prisionais. Exercício prático simulado.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>PARANÁ. Polícia Militar. Diretriz do Comando-Geral n. 005, de 21 de novembro de 2011. Regula o Gerenciamento de Crises na PMPR. Curitiba, 21 de novembro de 2011. Alterada pela diretriz n. 005/2021-PM/3 (Publicada no Boletim Geral n. 152, de 17 de agosto de 2021). Curitiba: PMPR, 2011.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Procedimentos operacionais padrão (POP) série 200: primeira intervenção em crises e outras situações policiais emergenciais (do POP 200.1 ao POP 200.8). Boletim-Geral, Curitiba, n. 141, de 29 de julho de 2019.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Procedimento operacional padrão (POP) n.º 200.10: primeira intervenção em ocorrências de incêndios, afogamentos, acidentes e outras situações emergenciais. Boletim-Geral, Curitiba, n. 141, de 30 de julho de 2021.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Procedimento operacional padrão (POP) n.º 200.11: primeira intervenção em crises em estabelecimentos prisionais. Boletim-Geral, Curitiba, n. 059, de 28 de março de 2022.</p> <p>SILVA, M. A. Primeira intervenção em crises policiais: teoria e prática. 3. ed. Curitiba: AVM, 2020.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>MONTEIRO, R. C. et al. Gerenciamento de crises. 7. ed. Brasília: Departamento de Polícia Federal, 2008. Apostila.</p> <p>PARANÁ. Decreto n. 8.627, de 27 de outubro de 2010. Criado o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP. Diário Oficial do Paraná: Seção 1, Curitiba, ano 97, n. 8332, p. 4, 27 out. 2010.</p>			

SILVA, M. A. **As ocorrências de tentativa de suicídio e suas implicações para os processos de gerenciamento de crises e negociação no âmbito da Polícia Militar do Paraná.** 2011. 103 f. TCC (Especialização em Planejamento e Controle da Segurança Pública; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO-PM) - Universidade Federal do Paraná; Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2011.

SILVA, M. A. **Gerenciamento de crises policiais.** Curitiba: InterSaberes, 2016.

SILVA, M. A.; RONCAGLIO, O. L. **Negociação e gestão de conflitos de segurança.** Curitiba: IESDE, 2020.

SILVA, M. A.; RONCAGLIO, O. L. **Gestão de crises e conflitos no contexto da segurança pública.** In: MEDEIROS, D. B. (org.). **Mediação de conflitos.** Indaial: UNIASSELVI, 2021. p. 131-203.

SILVA, M. A.; SILVA, L. F.; RONCAGLIO, O. L. **Negociação em crises policiais: teoria e prática.** Curitiba: CRV, 2021.

DISCIPLINA:		TÉCNICAS DE ABORDAGEM POLICIAL II (306g)		
PRESENCIAL				TOTAL
Horário regular de aulas				
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE		
00H/A	20H/A	00H/A		20H/A
OFERTA	3º semestre			
PRÉ-REQUISITOS	Não há			
EMENTA				
Abordagem analítica e prática do uso seletivo e diferenciado da força. Consideração acerca das normas internacionais dos direitos humanos e os princípios humanitários aplicáveis à função policial em ações que envolvam Abordagem Policial (AP). Prática de procedimentos de AP em guarnição de PATAMO.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FABRIS, Everton Jonas. Abordagem a deficientes físicos, ênfase em cadeirantes e deficientes auditivos. 2012. TCC (Curso de Formação de Oficiais Policiais-Militares) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2012. Disponível em: https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/184667/ . Acesso em: 6 nov. 2025.				
FADEL NETO, Milton Isack; SOUZA PERES, Marcos Roberto de. Manual do patrulheiro: uma abordagem sobre abordagem. Curitiba: [s. n.], 2020.				
PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. Diretriz nº 004 de 21 de setembro de 2015. Uso Seletivo ou Diferenciado da Força. Curitiba: PMPR, 2015. Alterada pela Diretriz PM/3 nº 021/2022 e Diretriz nº				

002/2025.

PARANÁ. Polícia Militar. Câmara Técnica de Abordagem Policial. **Manual de técnicas de abordagem policial**. Curitiba: PMPR, 2025. No prelo (em fase final de revisão na Câmara Técnica).

PARANÁ. Polícia Militar. **Diretriz nº 007-PM/3**. Procedimentos dos militares estaduais no encaminhamento de pessoa presa em flagrante e em inquirição como testemunha na instrução criminal. Curitiba: PMPR, 2010. Alterada pela Diretriz no 002/2020-PM/3, de 10 de março de 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Abordagem policial sob a ótica dos direitos humanos**. Brasília: MDH, 2018.

BRASIL. Decreto nº 12.341 de 23 de dezembro de 2024. Regulamenta a **Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014**, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 247, 24 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria do Ministro nº 855 de 2025**. Regulamenta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, e estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos profissionais públicos. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 12-A, 17 jan. 2025.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Abordagem a veículos**: manual técnico profissional n. 3.04.04/2013-CG. 2. ed. rev. ed. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, 2013. (Manual técnico profissional; cad. 4).

MADY, Carlos Assad. **Técnicas de imobilização e condução para a atividade de RPA**. Curitiba: [s.n.], 2022.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Portaria do Comando-Geral nº 266 de 21 de março de 2024**. Manual de sobrevivência e técnicas para confronto armado no âmbito da PMPR. Curitiba: PMPR, 2024.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Nota nº E00060/2023 – CG. **Orientação quanto aos procedimentos a serem adotados em ocorrências que envolvam a entrada em domicílio sem mandado judicial**. 04 de julho de 2023.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz nº 028, de 12 de dezembro de 2022**. Procedimentos em situações de intervenção policial com uso de força letal e preservação de locais de crime que demandam a realização de exames periciais. Curitiba: PMPR, 2022.

PUGLIA, Anderson. **Habilitações com armas de fogo**: manual do instrutor. 2. ed. Curitiba: [s.n.], 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Súmula Vinculante nº 11. **Uso de Algemas**. Brasília, 2008.

DISCIPLINA:		TIRO POLICIAL II (307g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	30H/A	00H/A	40H/A

OFERTA	3º semestre
PRÉ-REQUISITOS	Não há
EMENTA	
Fundamentos de tiro aplicados às armas portáteis. Treinamento de manejo e condução da arma. Uso de bandoleira nas armas portáteis. Técnicas de recarga. Treinamento de disparos com espingarda gauche 12 e submetralhadoras calibre 9mm em distâncias variadas. Treinamento de disparos com coberturas e abrigos simulando um confronto armado. Treinamento de disparos em pé, ajoelhado e deitado. Panes mecânicas. Treino de disparos em movimento. Transição da arma portátil para arma de porte. Treinamento com SMT com a utilização de rajada. Tiro policial militar de precisão e reação. Solução de panes mecânicas sob estresse.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>MACHADO, Maurício Corrêa Pimentel. Coleção armamento: armas, munições e equipamentos policiais. 2.ed. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2010.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Nota de serviço n. 031/2024-PM/3. Habilitação e renovação da habilitação da tropa para emprego/utilização de armas de fogo de porte. Curitiba: PMPR, 2024.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Nota de serviço n. 036/2017-PM/3. Habilitação da tropa para emprego/utilização de armas de fogo. Curitiba: PMPR, 2017.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Portaria do Comando Geral n. 266/2024. Manual de Sobrevivência e Técnicas para Confronto Armado no âmbito da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2024.</p> <p>PUGLIA, Anderson. Habilitações com armas de fogo: manual do instrutor. 2. ed. Curitiba: [s.n.], 2018.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>FLORES, Erico Marcelo; GOMES, Gerson Dias. Tiro policial: técnicas sem fronteiras. 3. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2012. 150 p.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. Diretriz nº 004/2015-PM/3. Uso diferenciado/seletivo da força. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2015. Alterada pelas diretrizes: 002/2025 (Publicada no BG 049 de 17 de março 2025) 001/2024 (Publicada no BG 022 de 31 de janeiro de 2024) 021/2022 (Publicada no BG 180 de 28 de setembro de 2022).</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. Diretriz n. 016/2024-PM/3. Diretriz de Emprego Operacional da PMPR. Curitiba: Polícia Militar, 2024.</p> <p>PICETSKEI JUNIOR, Mario. Análise biomecânica e comparativa entre o saque de arma de fogo com coldre pélvico e com coldre femoral. 2019. TCC (Curso de Instrutor de Educação Física) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2019 .</p> <p>OLIVEIRA, Luis Henrique Bittencourt de. Aptidão do policial militar em identificar e solucionar os incidentes de tiro envolvendo sua pistola. 2018. 64 f. TCC (Cursos de Formação de Oficiais Policiais Militares - CFO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2018. Disponível em: https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/187406/. Acesso em: 04 nov. 2025.</p>	

DISCIPLINA:		SOBREVIVÊNCIA POLICIAL I (308g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
05H/A	15H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Legislação; Vestes balísticas; Cinto de guarnição; Revisão de regras de segurança, fundamentos e posição de tiro; Técnicas de coldreamento. Preparação mental para o Confronto. Estados de alerta. Efeitos psicofísicos de encontros violentos, durante e pós confronto. Procedimentos adotados no local pós confronto. Avaliação dos equipamentos e armamentos usados pelos policiais carregados na viatura. Comunicação verbal entre policiais militares. Coberturas e encobertas. Aproximação do perigo (verbalização, rendição ou neutralização, aproximação ou contenção). Identificação, decisão e ação (I.D.A); Cobertura de fogo com comunicação entre a equipe. Ameaças múltiplas. Resgate de policial ferido. Tipo e características de uma lanterna para o uso policial; Técnicas de uso de lanterna em locais de baixa ou nenhuma luminosidade.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>MACHADO, Maurício Corrêa Pimentel. Coleção armamento: armas, munições e equipamentos policiais. 2. ed. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2010. 376p.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. Nota de serviço nº 031/2024-PM/3. Habilitação e renovação da habilitação da tropa para emprego/utilização de armas de fogo de porte. Curitiba: PMPR, 2024.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. Nota de serviço nº 036/2017-PM/3. Habilitação da tropa para emprego/utilização de armas de fogo. Curitiba: PMPR, 2017.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. Portaria do Comando-Geral nº 266, de 21 de março de 2024. Manual de Sobrevivência e Técnicas para Confronto Armado no âmbito da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2024.</p> <p>PUGLIA, Anderson. Habilitações com armas de fogo: manual do instrutor. 2. ed. Curitiba: [s.n.], 2018.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>FLORES, Erico Marcelo; GOMES, Gerson Dias. Tiro policial: técnicas sem fronteiras. 3. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2012.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. Diretriz nº 004/2015-PM/3. Uso diferenciado/seletivo da força. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2015. Alterada pelas diretrizes: 002/2025 (Publicada no BG 049 de 17 de março 2025) 001/2024 (Publicada no BG 022 de 31 de janeiro de 2024) 021/2022 (Publicada no BG</p>			

180 de 28 de setembro de 2022).

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Diretriz n. 016/2024-PM/3**. Diretriz de Emprego Operacional da PMPR. Curitiba: Polícia Militar, 2024.

PICETSKEI JUNIOR, Mario. **Análise biomecânica e comparativa entre o saque de arma de fogo com coldre pélvico e com coldre femoral**. 2019. TCC (Curso de Instrutor de Educação Física) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/195565>. Acesso em: 04 nov. 2025.

OLIVEIRA, Luis Henrique Bittencourt de. **Aptidão do policial militar em identificar e solucionar os incidentes de tiro envolvendo sua pistola**. 2018. 64 f. TCC (Cursos de Formação de Oficiais Policiais Militares - CFO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/187406/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

DISCIPLINA:		POLICIAMENTO OSTENSIVO DE MISSÕES ESPECIAIS (309g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	35H/A	00H/A	45H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Estudo dos fundamentos, características e aplicações do Policiamento Ostensivo de Missões Especiais, com enfoque no reconhecimento, compreensão e valorização das atividades realizadas pelas unidades operacionais especiais da Polícia Militar. Análise das atribuições legais, capacidades táticas, protocolos operacionais e contextos específicos de atuação do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA), Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), Batalhão de Polícia de Choque (BPCHOQUE), Batalhão de Polícia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRONE) e Companhia Independente de Rondas Ostensivas com Aplicação de Motocicletas (CIROCAM). Abordagem interdisciplinar do emprego dessas unidades em operações de alto risco, atuação tática urbana e rural, gerenciamento de crises, policiamento de fronteira, intervenção especializada, apoio aéreo, mobilidade tática e doutrina de missões especiais. Discussão de estudos de caso, análise situacional, integração interagências e boas práticas aplicáveis ao emprego operacional especializado no contexto da segurança pública.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>PARANÁ. Decreto nº 11.626, de 1º de julho de 2022. Cria o Comando de Missões Especiais (CME). Diário Oficial do Estado do Paraná, n.º 112.080, 1 jul. 2022. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=267490. Acesso em: 11 out. 2025.</p>			

PARANÁ. POLÍCIA MILITAR. **Portaria do Comando-Geral nº 1000, de 21 de novembro de 2022. Alterada pela Portaria CG nº 195, de 10 de fevereiro de 2023.** Regula as atribuições do Comando de Missões Especiais. Curitiba: PMPR, 2022.

DISCIPLINA:	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO (310g)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
30H/A	10H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Conceitos e definições relativos à legislação de trânsito. Convênios com autoridades de trânsito. Noções básicas e fundamentais para atendimento de sinistros: com e sem vítimas; com e sem relação a produtos perigosos. Sistemas informatizados. Principais autuações, procedimentos e suas respectivas normas, para utilização na fiscalização. Crimes de trânsito e suas peculiaridades. Procedimentos a serem adotados em operações policiais de trânsito. Aplicação do conhecimento, em atividades práticas.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRASIL. Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 24 set. 1997, p. 21201. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm. Acessado em: 6 out. 25.</p> <p>BRASIL. Ministério dos Transportes. Conselho Nacional de Trânsito. Resolução CONTRAN nº 925, de 28 de março de 2022 Aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), Volume I - Infrações de competência municipal, incluindo as concorrentes dos órgãos e entidades estaduais de trânsito, e rodoviários, e Volume II - Infrações de competência dos órgãos e entidades executivos estaduais de trânsito e rodoviários. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 63, 1 abr. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/Resolucao9252022.pdf. Acesso em: 4 nov. 2025.</p> <p>BRASIL. Ministério dos Transportes. Conselho Nacional de Trânsito. Resolução CONTRAN nº 1.003, de 21 de dezembro de 2023. Altera a Resolução CONTRAN nº 985, de 15 de dezembro de 2022, que aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 244-B, 26 dez. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/Resolucao10032023.pdf. Acesso em: 4 nov. 2025.</p> <p>BRASIL. Ministério dos Transportes. Conselho Nacional de Trânsito. Resolução CONTRAN nº 1.012, de 14 de outubro de 2024. Altera a Resolução Contran nº 965, de 17 de maio de 2022, que define e regulamenta as áreas de segurança e de estacionamentos específicos de veículos, a Resolução Contran nº 985, de 15 de dezembro de 2022, que aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT) e</p>			

os Anexos I e IV da Resolução Contran nº 973, de 18 de julho de 2022, que institui o Regulamento de Sinalização Viária. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 201, 16 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/Resolucao10122024.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Resolução da ANTT nº. 6.056, de 28 de novembro de 2024.** Altera a Resolução nº 5.998, de 3 de novembro de 2022, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, aprova suas Instruções Complementares, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 29 nov. 2024. Disponível em: https://anttlegis.antt.gov.br/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&num_ato=00006056&sgl_tipo=RES&sgl_orgao=DG/ANTT/MT&vlr_ano=2024&seq_ato=000&cod_modulo=623&cod_menu=5408. Acesso em: 6 out. 2025.

PARANÁ. Departamento de Trânsito. **Plano Estadual de Segurança no Trânsito do Paraná 2025-2030.** Curitiba: Detran-PR, 2025. Disponível em: https://www.detran.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2025-05/petrans_consulta_publica_maio_2025.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

PARANÁ. Polícia Militar. **Portaria do Comando-Geral nº. 263, de 21 de março de 2024.** Aprova a nova versão do Manual do Boletim de Acidente de Trânsito Eletrônico Unificado (BATEU) e determina o uso na Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério dos Transportes. Conselho Nacional de Trânsito. **Resolução do CONTRAN nº. 1004, de 21 de dezembro de 2023.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 244, 26 dez. 2023, p. 196. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/Resolucao10042023.pdf>. Acesso em: 6 out. 2025.

CARMO, Mário Henrique do. **O sistema nacional de trânsito e o papel das polícias militares.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.10, p. 95753-95765, out. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/37080>. Acesso em: 05 nov. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. **Manual de policiamento ostensivo geral M-1_PM.** 2. ed. Brasília, DF: PMDF, 2021. Disponível em: <https://atosnormativos.pm.df.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/ANEXO-PORTARIA-PMDf-No-1.231.pdf>. Acesso em: 6 out. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Polícia Militar. Comando de Polícia Ostensiva Especializada. Batalhão de Polícia de Trânsito. **Manual de Policiamento de Trânsito 2021 – BPTRAN:** regula as atividades de fiscalização e registro de BOAT. Vitória, ES: PMES, 2021. Disponível em: <https://pm.es.gov.br/Media/PMES/BPTran/MANUAL%20DE%20POLICIAMENTO%20DE%20TRÂNSITO%202021%20BPTRAN.pdf>. Acessado em: 6 out. 25.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Trânsito urbano e rodoviário : manual técnico profissional nº3.04.06/2013-CG.** 2. rev. ed. Belo Horizonte : Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, 2013.

PARANÁ, Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão nº. 100.36.** Sinistros envolvendo produtos perigosos. Curitiba: PMPR, 2024.

SANTA CATARINA, Polícia Militar. **Ato nº. 876/2025, da Polícia Militar de Santa Catarina.** Aprova a 3ª edição do Manual doutrinário de trânsito e transporte (PMSC MD-10-302). Florianópolis: PMSC, 2025.

ZANCAN, Gustavo Dalledone. **Reflexos do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no**

Trânsito na Polícia Militar do Paraná. 2024. 27 f. TCC (Curso de Comando e Estado Maior - CCEM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/212932/>. Acesso em: 05 nov. 2025.

DISCIPLINA:		GESTÃO DE PESSOAS (311g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
45H/A	05H/A	00H/A	50H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Novos desafios da gestão de pessoas (introdução à moderna gestão de pessoas, gestão de pessoas em um ambiente competitivo, planejamento estratégico de gestão de pessoas). Atração de pessoas (recrutamento de pessoas interno e externo, seleção de pessoas e competências). Engajamento de talentos e cultura organizacional (socialização organizacional, qualidade de vida no trabalho e relações humanas). Aplicando pessoas e suas competências (estrutura e modelagem do trabalho, gestão de desempenho). Recompensando pessoas e equipes (remuneração, programas de incentivos, benefícios sociais). Desenvolver pessoas, equipes e organizações (treinamento, desenvolvimento de pessoas, equipes e organizações). Monitorando pessoas (banco de dados, avaliação da gestão de pessoas). O futuro da gestão de pessoas (os novos caminhos da gestão humana). Visita técnica ao órgão de gestão de pessoas (conhecimento, acompanhamento e análise da política de gestão de pessoas no ambiente da corporação).</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CHIAVENATO, Idalberto; CHIAVENATO, Lucas; BAZZOLA, Celso. Gestão de pessoas: o novo papel da gestão do talento humano. 6. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2025. E-book.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração: vol. 1. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book.</p> <p>MOTTA, Fernando C. P.; VASCONCELOS, Isabella F. F. Gouveia de. Teoria geral da administração. 4. ed. Porto Alegre: +A Educação; Cengage Learning Brasil, 2021. E-book.</p> <p>SCHEIN, Edgar H.; SCHEIN, Peter. Cultura organizacional e liderança. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			

BARBIERI, Ugo Franco. **Gestão de Pessoas nas organizações**: conceitos básicos e aplicações. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**: gestão humana. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MINTZBERG, Henry. **Criando organizações eficazes**: estruturas em cinco configurações. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2003. E-book.

PARANÁ, Polícia Militar. Estado Maior. **Portaria do Comando-Geral nº 682, de 12 de junho de 2025**. Aprova o Planejamento Estratégico da PMPR 2025/2027 e dá outras providências. Curitiba: PMPR, 2025. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Planejamento-Estrategico-0>. Acesso em: 5 nov. 2025.

DISCIPLINA:		GESTÃO OPERACIONAL (312g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
05H/A	15H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Digressão histórica da gestão operacional no Paraná e na PMPR. Cenários prospectivos da gestão operacional na PMPR. Planejamento Estratégico na PMPR e seus desdobramentos para a gestão operacional. Gestão operacional aplicada - GDO. Embasamento teórico, fundamentos e pressupostos de atuação da gestão operacional. O papel do gestor na estrutura organizacional: postura científica, racional e eficiente. Gestão orientada por resultados. Análise Criminal e teorias criminais aplicadas à gestão operacional. Projeto de intervenção em segurança pública. Ferramentas de gestão aplicáveis na segurança pública. Uso da informação e sistemas gerenciais frente ao fenômeno da violência e criminalidade.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia a dia. 8. ed. Nova Lima: Falconi, 2002.</p> <p>KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Mapas estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2004.</p> <p>SANTOS, Franck Cione Coelho dos. A gestão do desempenho operacional na Polícia Militar de Minas Gerais: possibilidades de inovação e aprimoramentos na Polícia Militar do Paraná. 2021. Monografia (Pós-graduação Lato Sensu) – Curso de Especialização em Segurança Pública, Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.</p> <p>SANTOS, Franck Cione Coelho dos; OLIVEIRA JUNIOR, Ilson de. Avanços, estagnações e retrocessos</p>			

da gestão operacional na Polícia Militar do Paraná: estudando o passado para entender o presente e prospectar o futuro. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 2, p. 13785-13807, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/44410>. Acesso em: 6 out. 2025.

OLIVEIRA JUNIOR, Ilson de. Gerenciamento pelas diretrizes (GPD): o modelo de desdobramento da estratégia organizacional necessário para a polícia militar do Paraná. **Brazilian Journal of Business**, v. 7, n. 2, e79400, 2025. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/79400>. Acesso em: 6 out. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Decreto no 10.822, de 28 de setembro de 2021. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 185, 29 set. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/decreto/D10822.htm. Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 111, 12 jun. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 05 nov. 2025.

MILDEMBERBER JUNIOR, José Renato. Alinhamento estratégico na Polícia Militar do Paraná: toda a estrutura organizacional marchando na direção da estratégica definida. **Brazilian Journal of Development**, v. 11, n. 2, e77588, 2025. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/77588>. Acesso em: 6 out. 2025.

PARANÁ. Lei 20.866 de 9 de dezembro de 2021. Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. **Diário Oficial Executivo**: Seção 1, Curitiba, n. 11075, 10 dez. 2021.

PARANÁ. Polícia Militar. **Caderno metodológico de indicadores e metas**: gestão do desempenho operacional. Curitiba: PMPR, 2025.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz do Comando-Geral nº 001/2023-PM/3, de 06 de janeiro de 2023**. Gestão do Desempenho Operacional da PMPR. Curitiba: PMPR, 2023.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz do Comando-Geral nº 016/2024-PM/3, de 29 de outubro de 2024**. Diretriz de emprego operacional da PMPR. Curitiba: PMPR, 2024.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Portaria do Comando-Geral no 682, de 12 de junho de 2025**. Aprova o Planejamento Estratégico da PMPR 2025/2027 e dá outras providências. Curitiba: PMPR, 2025.

SANTOS, Franck Cione Coelho dos; SILVEIRA, Claudio Todisco. Diagnóstico organizacional: análise dos ambientes interno e externo para a gestão operacional na Polícia Militar do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 6, p. 47114-47135, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/49543>. Acesso em: 6 out. 2025.

DISCIPLINA:	GESTÃO LOGÍSTICA (313g)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	

40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Estudo da estrutura e dos procedimentos relativos à classificação, planejamento, previsão, aquisição e administração de bens, serviços e insumos necessários à administração militar. Compreensão dos sistemas de gestão de materiais, equipamentos, armamentos, viaturas, bens móveis e imóveis e semoventes, delimitado sob a legislação Estadual, Federal e regulamentação interna da PMPR.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais : uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.			
BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior. Regulamento de administração do Exército : R 3. Brasília: EGGCF, 1990.			
GARCIA, Ana Maria F.; MELHADO, Heloísa M. C.; KRITZ, Sonia. Administração de material e patrimônio . Rio de Janeiro: Vozes, 1996.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento . São Paulo: Saraiva, 2003.			
BRASIL. Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União : Seção 1, Brasília, DF, 1 abr. 2021. p. 1-40. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm . Acesso em: 5 nov. 2025.			
CHAVES, Idalberto. Gestão de materiais : uma abordagem introdutória. 3. ed. Barueri, SP: GEN MESSIAS, Sérgio Bolsonaro. Manual de administração de materiais . São Paulo: Atlas, 1971.			
PARANÁ. Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022 . Regulamenta, no âmbito da Administração Pública estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que "Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", a aquisição e incorporação de bens ao patrimônio público estadual, os procedimentos para intervenção estatal na propriedade privada e dá outras providências. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 11.097, p. 1-137, 17 jan. 2022.			
SINEK, Simon. O jogo infinito . Rio de Janeiro: Sextante, 2020.			

DISCIPLINA:	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (314g)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	

40H/A	00H/A	00H/A	40H/A
OFERTA		3º semestre	
PRÉ-REQUISITOS		Não há	
EMENTA			
<p>Unidade orçamentária. Créditos. Despesas., O empenho, liquidação do empenho e sua sistemática; ordem de pagamento; fases da despesa pública; fluxo atual de uma despesa, Interpretação de rubricas orçamentárias. Responsabilidade Fiscal, Processo de alteração orçamentária; Fundos especiais e suas características. Sistemas de gestão orçamentária e financeira. Acompanhamento da execução orçamentária; Adiantamento e prestação de contas. Diárias. O fundo rotativo da PMPR. O projeto técnico para captação de recursos extra orçamentários. Manual técnico do orçamento do estado do Paraná.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 23 mar. 1964. p. 2745. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 02 out. 2025.</p> <p>BRASIL. Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 1 abr. 2021. p. 1-40. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 5 nov. 2025.</p> <p>BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 5 maio 2000. p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 5 nov. 2025.</p> <p>PARANÁ. Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022. Regulamenta, no âmbito da Administração Pública estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que “Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, a aquisição e incorporação de bens ao patrimônio público estadual, os procedimentos para intervenção estatal na propriedade privada e dá outras providências. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 11.097, p. 1-137, 17 jan. 2022.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>PARANÁ. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. Manual de operacionalização do fundo rotativo. Curitiba: Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, 2021. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/manual_operacionalizacao_2022.pdf. Acesso em: 5 nov. 2025.</p> <p>PARANÁ. Secretaria da Segurança Pública. Resolução n.º 067/2024-SESP. Aprova o Regulamento do Fundo Rotativo dos Órgãos de Segurança Pública do Estado do Paraná. Curitiba: SESP, 2024. Disponível em: https://www.pmpr.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-04/resolucao_e_regulamento_fundo_rotativo_-_resolucao_no_067-2024_sesp.pdf. Acesso em: 05 nov. 2025.</p>			

DISCIPLINA:	COMUNICAÇÃO SOCIAL (315g)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Organização da comunicação institucional. Legislações sobre comunicação e Plano estratégico. Mídias sociais e divulgação institucional. Assessoria de imprensa e jornalismo. Cerimonial Militar em solenidades.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. Portaria do Comando-Geral nº 525, de 27 de maio de 2024. Aprova o Manual de comunicação social da Polícia Militar do Paraná e adota outras providências. Curitiba: PMPR, 2024.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Vade mecum de cerimonial militar do Exército: prática de Cerimonial Militar e Protocolo: EB10-VM-12.007. 2. ed. Brasília, DF: SGEX, 2022.			
BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Vade-mecum de cerimonial militar do Exército: vade-mécum 04: guarda-bandeira. 2. ed. Brasília, DF: SGEX, 2001. (Vade-mécum; v. 4).			
BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Vade mecum de cerimonial militar do Exército: honras de recepção e despedida de autoridade: EB10-VM-12.003. 2. ed. Brasília: SGEX, 2022.			
BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria GM-MD nº 1.143, de 3 de março de 2022. Estabelece o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ed. 51, p. 49, 16 mar. 2022.			
BRASIL. Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972. Aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência. Diário Oficial: Brasília, DF, 10 mar. 1972. p. 2052. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d70274.htm . Acesso em: 5 nov. 2025.			

DISCIPLINA:	PSICOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA (316d)		
PRESENCIAL			TOTAL

Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Psicologia como ciência e profissão e no contexto da segurança pública. A Psicologia Policial como campo especializado da Psicologia Jurídica. A condição humana: agressividade, violência e criminalidade sob perspectiva da neuropsicologia forense. psicológicas. Perspectivas teóricas psicológicas: causas, padrões de sintomas e abordagens para o tratamento de ordem psicológica. Comunicação não-violenta como estratégia de resolução de conflitos e gestão de crises. A qualidade de vida do profissional de segurança pública e o Sistema Único de Segurança Pública. As condições de saúde psicológica e a profissão policial militar. Reflexões sobre a morte e o morrer no contexto da atuação policial militar. Suicídio e trabalho em segurança pública: fatores de risco, prevenção e estratégias de intervenção. Trabalho psicológico no contexto específico da Polícia Militar do Paraná: protocolos, práticas e desafios contemporâneos.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.</p> <p>GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte. Psicologia jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2018.</p> <p>KENNEDY, Carrie H. ZILLMER, Eric. Psicologia militar. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009.</p> <p>SAPORI, Luís Flávio. Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007.</p> <p>SINGER, L. Jerome (Org.). O controle da agressão e da violência: fatores cognitivos e fisiológicos. São Paulo: E.P.U.; EDUSP, 1975.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BACK, C. M. Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 15, n. 1, p. 208-225, 2021. Disponível em: https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1147/484.</p> <p>BRASIL. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 29 abr. 2019. Disponível em: www.planalto.gov.br.</p> <p>BRASIL. Caderno técnico de tratamento do transtorno de estresse pós-traumático –TEPT. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria Nacional de Segurança Pública, SENASP, 2019. Brasília. Disponível em:</p>			

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/pro-vida/caderno-tecnico-de-tratamento-do-transtorno-deestresse-pos-traumatico/view>.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Perfil das Instituições de Segurança Pública 2023**. Brasília: MJSP/SENASP, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mj/ptbr/assuntos/sua-seguranca/segurancapublica/estatistica/pesquisaperfil/relatorios_da_pesquisa_perfil_das_instituicoes_de_seguranca_publica

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Psicologia e Segurança Pública**. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2016.

DERENUSSON, Fernando C.; JABLONSKI, Bernardo. **Sob fogo cruzado: o impacto do trabalho policial militar sobre a família do policial**. Aletheia, Canoas, n. 32, p. 22- 37, ago. 2010.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; PERES, Marcos Roberto de Souza; GOEDERT FILHO, Valdir. **Dimensões da prática cotidiana e (des)humanização do policial militar**. Psicol. educ., São Paulo, n. 41, p. 51-64, dez. 2015.

LIPP, Marilda E. Novaes; COSTA, Keila Regina da Silva Nunes; NUNES, Vaneska de Oliveira. **Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes**. Rev. Psicol., Organ. Trab., Brasília, v. 17, n. 1, p. 46- 53, mar. 2017.

MINAYO, M. C.; DE SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. (Ed.). **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. SciELO Editora Fiocruz, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LtLKZDxS6DXKRNxbj8cyT5D/>

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. **Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro/RJ**. Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/x4dWvKpCDFhmVbY39ncfDHx/>.

MIRANDA, Dayse. **Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

NOBREGA, Lucas Mentor de Albuquerque et al. **Caracterizando a psicologia policial enquanto uma psicologia social jurídica**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 70, n. 3, p. 148-165, 2018.

OUIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Uma análise crítica sobre o Suicídio Policial**. São Paulo: 2019. Disponível em: http://ippesbrasil.com.br/wpcontent/uploads/2020/06/Publicacao-Analise-Critica-do-Suicidio-policial_-artigo-5-SuicidioPolicial-em-SP.pdf.

PARANÁ. **Decreto nº 6.297, de 04 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre Programa de Saúde Mental aos Profissionais da Segurança Pública do Estado do Paraná no âmbito da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

PENKAL, Rafael Cordasco. **Segurança pública e direitos humanos: a atuação da psicologia na Polícia Militar do Paraná**. In: MÄDER, Bruno Jardim. Caderno de psicologia e direitos humanos: compromisso com a transformação da realidade. Curitiba: CRP-PR, 2016.

PENKAL, R. C. **Suicídio policial militar: estudo dos casos de suicídio de policiais paranaenses**. Belo Horizonte, 2021. Rev. Psicologia Ciência e Profissão, v. 3, n. 35, p. 824-840, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/q54XX48xW8pPcXXHfSSNqdb/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 23.

PENKAL, R. C.; RODRIGUES, C. B.; MEREGE, B. C. G. **Programa estadual de atenção biopsicossocial dos agentes da segurança pública do Paraná**. 1. ed. Curitiba: Polícia Militar do

Paraná, 2021.

PENKAL, R. C., RODRIGUES, C. B. (2024). **O Plantão Psicossocial na Polícia Militar do Paraná: um suporte essencial para a saúde mental dos policiais militares**. Brazilian Journal of Development, 10(6), e70862. 2024. <https://doi.org/10.34117/bjdv10n6-073>

PEREIRA, G. K. et al. **Suicides in a military police organization in southern Brazil**. Cadernos Saúde Coletiva, v. 28, n. 4, p. 500–509, dez. 2020.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMMPR). Nota de Instrução nº 2/2003 –PM/3, de 27 de novembro de 2003. **Atenção psicossocial a policiais e bombeiros militares envolvidos em ocorrências de alto risco**. Curitiba, 2003.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMMPR). Portaria do Comando-Geral nº 622, de 14 de julho de 2021. **Disciplina o emprego de Militares Estaduais no atendimento biopsicológico aos integrantes da PMMPR**. BG nº 129, de 14 de julho de 2021. Curitiba: 2021.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMMPR). **Polícia Militar do Paraná. Prevenção e manejo do comportamento suicida: manual dirigido a policiais e bombeiros militares do Estado do Paraná**. Curitiba: PMMPR/DP/DP/7, 2021.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMMPR). Diretriz nº 001/2025-PM/3, 21 de janeiro de 2025. **Programa de Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio na PMMPR**. Curitiba, 2025.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMMPR). **POP nº 200.12, de 21 de janeiro de 2025 - Intervenção em Situação de Policial Militar com Intenção Suicida**. Curitiba, 2025.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMMPR). **POP nº 700.1, de 21 de janeiro de 2025 - Encaminhamento de atestado médico de categoria “CID F”**. Curitiba, 2025.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMMPR). **Portaria do Comando-Geral nº 682, de 12 de junho de 2025**. Aprova o Planejamento Estratégico da PMMPR 2025/2027 e dá outras providências.. BG nº 107, de 12 de junho de 2025. Curitiba: 2025.

RODRIGUES, C. B. **Suicídio Policial: compreender para prevenir**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não-violenta**. Alma dos Livros, 2022.

SOARES, G. A. D. **Matar e, depois, morrer**. Opinião Pública, v. 8, n. 2, p. 275–303, out. 2002.

UNODC. **Manual sobre o uso da força e armas de fogo por agentes da Segurança Pública**. Tradução para o português: Carolina Paz e Paolla Wanglon. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2021.

VIANA, D. W. **Educação policial militar: dimensões psicossociais na construção de práticas profissionais**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação - Curitiba, 2024.

VIOLANTI, J. M. et al. **Police and Alcohol Use: A Descriptive Analysis and Associations with Stress Outcomes**. American Journal of Criminal Justice, v. 36, n. 4, p. 344–356, dez. 2011.

DISCIPLINA:	ORDEM UNIDA II (317d)	
	PRESENCIAL	TOTAL
	Horário regular de aulas	

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
05H/A	15H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Desfile da tropa (generalidades, componentes, demarcação, distâncias, continência da tropa). Guarda bandeira (definições, finalidade, constituição, generalidades, armamento, uniforme, ordem unida, peculiaridades da esfo); Continência da guarda do quartel, bandeiras e estandartes (generalidades, cerimônia de hasteamento, incorporação e desincorporação); Instrução individual com espada (histórico da espada, apresentação da espada, generalidades, posições e movimentos, cobrir e perfilar, em funeral-arma, deslocamentos e voltas, “teto de aço”); Honras fúnebres (definições, finalidade, generalidades, casos de exclusão, guarda fúnebre, câmara ardente).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual de campanha C22-6: inspeções, revistas e desfiles. 2. ed. Brasília: EGGCF, 1996.			
BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual de campanha EB70-MC-10.308: ordem unida. 4. ed. Brasília: EGGCF, 2019.			
BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria-Geral. Comissão de Cerimonial Militar. Vade Mecum de Cerimonial Militar do Exército: Guarda-Bandeira (VM 04). Brasília: Secretaria Geral do Exército, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas: R-2. Brasília: EGGCF, 1997.			
BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria-Geral. Comissão de Cerimonial Militar. Vade mecum de cerimonial militar do exército: honras fúnebres (VM 09). Brasília: Secretaria Geral do Exército, 2002.			
PARANÁ. Polícia Militar. Portaria do Comando-Geral nº 447, de 7 de junho de 2011. Aprova o vade mecum de comunicação social e cerimonial da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2011.			

DISCIPLINA:	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (318d)	
	PRESENCIAL	TOTAL
	Horário regular de aulas	

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	40H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Estudo e aplicação dos fundamentos da pesquisa científica orientada aos campos das Ciências Policiais, Segurança Pública e Defesa Social. Elaboração do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, envolvendo definição do tema, problema de pesquisa, objetivos, justificativa, revisão de literatura, referencial teórico e método. Submissão de projetos ao Comitê de Ética em Pesquisa. Organização dos grupos de pesquisa e acompanhamento sistematizado conforme cronograma definido pelo orientador. Desenvolvimento do projeto escrito e realização de apresentação parcial para avaliação formativa. Ênfase na seleção de temas que dialoguem com práticas, políticas, processos formativos, doutrinas, tecnologias, operações ou fenômenos contemporâneos diretamente relacionados às Ciências Policiais, à Segurança Pública e à Defesa Social.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Mariana de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT. Curitiba: Sistema de Bibliotecas (SiBi) / Editora UFPR, 2022. Disponível em: https://hdl.handle.net/1884/73330. Acesso em 15 out. 2025.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>CASTRO, Claudio de moura. A prática da pesquisa. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. Metodologia de pesquisa. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.</p>			
DISCIPLINA:	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS E CULTURAIS III (319c)		
	PRESENCIAL		TOTAL

Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	00H/A	10H/A	10H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Atividades voltadas à complementação da formação acadêmico-científica do aluno do curso de formação de oficiais. Ciclo de palestras, treinamentos físicos, atividades comunitárias e de integração com a sociedade, marchas e campos militares de instrução técnica e sobrevivência, participação em eventos sociais, visitas à unidades de polícia e bombeiro militar, visitas à unidades de polícia civil, científica, rodoviária federal e polícia federal, visitas a unidades de corporações de outros estados, visitas a unidades das forças armadas, visitas à campus de universidades, dentre outras atividades que valorizem e contribuam com a formação dos policiais e bombeiros militares. Disciplina que conta com carga horária de ações extensionistas.</p>			

DISCIPLINA:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III (320c)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	00H/A	40H/A	40H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>O estágio supervisionado do curso funciona em conformidade com o regulamento anexo, documento que estabelece, a nível institucional, os procedimentos a serem adotados para a realização dos estágios operacionais e administrativos do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, nas diversas funções desenvolvidas por oficiais da corporação. Desenvolvimento de atividades operacionais, priorizando o acompanhamento do serviço do Oficial CPU das unidades da Capital e Região Metropolitana. Disciplina que conta com carga horária de ações extensionistas.</p>			

DISCIPLINA:		TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA III (321c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	00H/A	40H/A	40H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Disciplina complementar, que visa a integração e atualização do corpo de alunos quanto às técnicas, tecnologias, sistemas, procedimentos, normas, ou legislações que surjam ou sofram alteração durante o processo de formação do policial ou bombeiro militar. Aprofundamento em disciplinas já existentes no Projeto Pedagógico. Execução do projeto de intervenção desenvolvido na disciplina de Tópicos I e II. Continuidade das ações do grupo de extensão. Disciplina que conta com carga horária de ações extensionistas.</p>			

DISCIPLINA:		ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALIZADA III (322c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	20H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	3º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Disciplina direcionada a prática de atividades desportivas supervisionadas. As atividades desenvolvidas preparam os discentes para a participação no Encontro Nacional das Academias Militares Estaduais (ENAME), evento desenvolvido anualmente entre as corporações de todo o Brasil. As modalidades contemplam os seguintes desportos: tiro, orientação, atletismo, voleibol, futebol, futsal, basquetebol, natação, xadrez, coral, judô, equitação, técnica policial militar e técnica bombeiro militar.</p>			

4º SEMESTRE

DISCIPLINA:		EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR IV (401g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	50H/A	00H/A	60H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Teoria e prática do treinamento físico para saúde e performance policial militar. Métodos e técnicas de treinamento, conhecimentos sobre atividade física, alimentação e repouso. Promoção da qualidade de vida por hábitos saudáveis. Desenvolvimento de habilidades em exercícios e treinamentos técnicos/táticos de segurança pública. Cuidado preventivo da saúde, espírito de equipe e disciplina.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ARENA, Simone Sagres. Exercício físico e qualidade de vida: avaliação, prescrição e planejamento. São Paulo: Phorte, 2009.</p> <p>MCARDLE, William D.; HALL, John. Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. Portaria do Comando-Geral nº 1065, de 26 de setembro de 2025. Aprova a Política de Educação Física Militar na Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2025.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. Diretriz n.º 012/2025-PM/3, de 22 de agosto de 2025. Educação Física Policial Militar. Curitiba: PMPR, 2025.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>CARVALHO, F. B. Prática docente na educação física policial e bombeiro militar: proposta de uma metodologia aplicada. RECIMA21: Revista Científica Multidisciplinar, v. 4, n. 10, e4104233, 2023. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4233. Acesso em: 05 nov. 2025.</p> <p>RASTEIRO A, SANTOS V, MASSUÇA LM. Physical training programs for tactical populations: brief systematic review. Healthcare (Basel), v. 11, n. 7, mar. 2023. Disponível em: doi.org/10.3390/healthcare11070967. Acesso em: 05 nov. 2025. Erratum in: Healthcare (Basel), v. 11, n. 18, . 2023. Disponível em: doi.org/10.3390/healthcare11182470. Acesso em: 05 nov. 2025.</p>			

DISCIPLINA:		PRÁTICA PROCESSUAL ADMINISTRATIVA II (402g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
15H/A	25H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Apuração Disciplinar de Licenciamento (ADL), Conselho de Disciplina e o Conselho de Justificação. Responsabilidade por infrações que afetem a honra, o decore da classe ou o pundonor militar. Finalidade punitiva máxima: exclusão/licenciamento (ativo e inativo). Prática dos PADs - ampla defesa e o contraditório, citação, publicidade dos atos do processo, testemunhas, oitivas, defesa prévia, defesa final, prazo de prescrição e recursos.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ASSIS, Jorge César de. Curso de direito militar: da simples transgressão ao processo administrativo. 4. ed. Juruá: 2013.</p> <p>COSTA, José Armando da. Processo administrativo disciplinar: teoria e prática. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.</p> <p>PARANÁ. Decreto 5075, de 28 de Dezembro de 1998. Aprovação do Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais, integrantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Paraná. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 5404, 29 dez. 1998.</p> <p>PARANÁ. Lei nº 16.544, de 14 de julho de 2010. Dispõe que o processo disciplinar na Polícia Militar do Estado do Paraná e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná será regulado na forma que especifica. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 8262, 14 jul. 2010.</p> <p>PARANÁ. Lei 21.938, 22 de abril de 2024 Altera a Lei no 16.544, de 14 de julho de 2010, que dispõe sobre o processo disciplinar, na Polícia Militar do Estado do Paraná. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 11644, 22 abr. 2024.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>PARANÁ. Lei 22.354, 15 de abril de 2025. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná, fixa o seu efetivo e dá outras providências. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, ano 112, n. 11885, 15 abr. 2025.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Portaria nº 294 do Comando-Geral, de 16 de março de 2009. Dispõe sobre o Sistema Disciplinar Especial (SDE). Curitiba: PMPR, 2025.</p>			

PARANÁ. **Lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1954.** Código da Polícia Militar do Paraná. Diário Oficial: Seção 1, Curitiba, n. 108, 17 jul. 1954.

BRASIL. **Lei no 8.906, de 04 de julho de 1994.** Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 5 jul. 1994, p. 10093. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 17 mar. 2015. p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 5 nov. 2025.

DISCIPLINA:		PRÁTICA PROCESSUAL PENAL MILITAR (403g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	30H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Procedimentos apuratórios: inquérito policial militar; auto de prisão em flagrante; Termo de deserção. Sistema Informatizado de elaboração. Operação de polícia judiciária militar. Medidas cautelares: busca e apreensão; prisão preventiva; interceptação telefônica, telemática e ambiental; quebra de sigilo fiscal e financeiro.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ASSIS, Jorge Cesar de. Código de processo penal militar anotado : artigos 1 a 383. 5. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2020.			
COIMBRA NEVES, Cícero Robson. Manual de direito processual penal militar . 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2025.			
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal militar comentado . 4. ed. São Paulo: Editora Forense, 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
LOBÃO, Célio. Direito processual penal militar : justiça militar federal e estadual. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2011.			
LOUREIRO NETO, José da Silva. Processo penal militar . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			

DISCIPLINA:		TIRO POLICIAL III (404g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
05H/A	35H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Fundamentos de tiro aplicados as armas portáteis, especificamente ao calibre 5,56. Treinamento de manejo e condução da arma. Uso de bandoleira nas armas portáteis. Técnicas de recarga. Treinamento de disparos com armas no calibre 5,56 em distâncias variadas. Treinamento de disparos com coberturas e abrigos simulando um confronto armado. Treinamento de disparos em pé, ajoelhado e deitado. Panes mecânicas. Treino de disparos em movimento. Transição da arma portátil para arma de porte. Tiro policial militar de precisão e reação.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
MACHADO, Maurício Corrêa Pimentel. Coleção armamento : armas, munições e equipamentos policiais. 2.ed. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2010. 376p.			
PARANÁ. Polícia Militar. Nota de serviço nº 031/2024-PM/3 . Habilitação e renovação da habilitação da tropa para emprego/utilização de armas de fogo de porte. Curitiba: Polícia Militar, 2024.			
PARANÁ. Polícia Militar. Nota de serviço nº 036/2017-PM/3 . Habilitação da tropa para emprego/utilização de armas de fogo. Curitiba: Polícia Militar, 2017.			
PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. Portaria do Comando Geral nº 266/2024 . Manual de Sobrevivência e Técnicas para Confronto Armado no âmbito da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: Polícia Militar, 2024.			
PUGLIA, Anderson. Habilitações com armas de fogo : manual do instrutor. 2. ed. Curitiba: [s.n.], 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
FLORES, Erico Marcelo; GOMES, Gerson Dias. Tiro policial : técnicas sem fronteiras. 3. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2012.			
PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. Diretriz nº 004/2015-PM/3 . Uso diferenciado/seletivo da força. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2015. Alterada pelas diretrizes: 002/2025 (Publicada no BG 049 de 17 de março 2025) 001/2024 (Publicada no BG 022 de 31 de janeiro de 2024) 021/2022 (Publicada no BG 180 de 28 de setembro de 2022).			

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz do Comando Geral nº 016/2024**. Diretriz de Emprego Operacional da PMPR. Curitiba: Polícia Militar, 2024.

PICETSKEI JUNIOR, Mario. **Análise biomecânica e comparativa entre o saque de arma de fogo com coldre pélvico e com coldre femoral**. 2019. TCC (Curso de Instrutor de Educação Física) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/195565>. Acesso em: 5 nov. 2025.

OLIVEIRA, Luis Henrique Bittencourt de. **Aptidão do policial militar em identificar e solucionar os incidentes de tiro envolvendo sua pistola**. 2018. 64 f. TCC (Cursos de Formação de Oficiais Policiais Militares - CFO PM) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/187406/>. Acesso em: 4 nov. 2025.

DISCIPLINA:		SOBREVIVÊNCIA POLICIAL II (405g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
05H/A	15H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Procedimentos de segurança do policial na viatura. Procedimentos de contra-emboscada. Aproximação de locais (deslocamento ponto a ponto com cobertura). Tomada de ângulo. Passagem por corredores externos. Passagens por janelas com cobertura. Transposição de obstáculos. Aproximação da porta. Procedimentos em portas fechadas ou abertas. Tipos de entradas. Varredura em edificações. Comunicações por sinal ou verbal. Procedimentos de varredura em cômodos. Procedimento de retenção de arma em caso de tentativa de arrebato. Neutralização, contenção e controle de ameaça. Reorganização da equipe e retirada dos envolvidos. Procedimentos durante um acompanhamento tático. Saque velado.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>MACHADO, Maurício Corrêa Pimentel. Coleção armamento: armas, munições e equipamentos policiais. 2.ed. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2010.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Nota de serviço nº 031/2024-PM/3. Habilitação e renovação da habilitação da tropa para emprego/utilização de armas de fogo de porte. Curitiba: PMPR, 2024.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Nota de serviço nº 036/2017-PM/3. Habilitação da tropa para emprego/utilização de armas de fogo. Curitiba: PMPR, 2017.</p>			

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Portaria do Comando Geral nº 266/2024**. Manual de Sobrevivência e Técnicas para Confronto Armado no âmbito da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2024.

PUGLIA, Anderson. **Habilitações com armas de fogo**: manual do instrutor. 2. ed. Curitiba: [s.n.], 2018.

DISCIPLINA:		INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR (406g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Evolução histórica da atividade de inteligência no mundo e no Brasil. Inteligência como Produto, Processo e Organização. Espécies de Inteligência e níveis de assessoramento. Concepções da inteligência de segurança pública. Legislação aplicada à atividade de inteligência. Distinção entre inteligência, investigação criminal e policiamento velado. Metodologia de produção do conhecimento. Contrainteligência. sistemas de inteligência.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de inteligência e legislação correlata . Niterói: Impetus, 2010.			
KENT, Sherman. Informações estratégicas . Tradução de Hélio Freire. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967. (Coleção General Benício).			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CASTRO, Clarindo Alves de; RONDON FILHO, Edson Benedito (coord.). Inteligência de segurança pública . Curitiba: Juruá, 2012.			
FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. A inteligência e a gestão da informação policial : conceitos, técnicas e tecnologias definidos pela experiência profissional e acadêmica. Brasília: Fortium, 2008.			
FERRO JÚNIOR, Celso Moreira; OLIVEIRA FILHO, Edemundo Dias de; PRETO, Hugo Cesar Fraga. Segurança pública inteligente : sistematização da doutrina e das técnicas da atividade. Goiânia: Kelps, 2008.			

DISCIPLINA:		CRIMINALÍSTICA (407g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	10H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>A criminalística e as suas generalidades: A criminalística como disciplina, A Criminalística e o Direito Penal e processual penal, o perito e a perícia, laudo e parecer; Criminalística e a sua atuação nos locais de crime e de busca e apreensão: Os locais de crime, a busca e apreensão, isolamento e preservação de local de crime e cadeia de custódia; Noções de exames periciais: Balística forense, identificação veicular, identificação humana, computação forense, documentoscopia e grafotecnia. Como solicitar exames e encaminhar materiais para perícia.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 13 out. 1941. p. 19699.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. POPs Criminalística 2024. https://www.gov.br/, 2024</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. Diretriz nº 28/2022 PMPR. Procedimentos em situações de intervenção policial com uso de força letal e preservação de locais de crime que demandam a realização De exames periciais. Curitiba: PMPR, 2022.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>DEL PICCHIA FILHO, José; DEL PICCHIA, Celso Mauro Ribeiro; DEL PICCHIA, Ana Maura Gonçalves. Tratado de documentoscopia: da falsidade documental. 2. ed. São Paulo: Pillares, 2005.</p> <p>DOREA, Luiz Eduardo Carvalho; STUMVOLL, Victor Paulo; QUINTELA, Victor. Criminalística. 3. ed. Campinas: Millenium, 2006.</p> <p>ESPÍNDULA, Alberi. Perícia criminal e cível. 2. ed. Campinas: Millenium, 2006.</p> <p>GARCIA, Ismar Estulano; PÓVOA, Paulo César de Menezes. Criminalística. Goiânia: AB, 2000.</p> <p>INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO/IEC 27037: information technology -- security techniques -- guidelines for identification, collection, acquisition and preservation of digital evidence. Genebra: ISO, 2012.</p>			

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO3779**: road vehicles - vehicle identification number (VIN) - Content and structure international. Genebra: ISO, 2009.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO3780**: road vehicles - world manufacturer identifier (WMI) code. Genebra: ISO, 2009.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO4030**: road vehicles - vehicle identification number (VIN) - location and attachment. Genebra ISO, 1983.

JOBIM, Luiz Fernando et al. **Identificação humana**: identificação médico legal, perícias odontológicas, identificação humana pelo DNA. 2. ed. Campinas: Millennium, 2011.

SILVA, Erick Simões da Camara, FEUERHARMEL, Samuel. **Documentoscopia**: aspectos científicos, técnicos e jurídicos. Campinas, SP: Millennium Editora, 2013.

SILVINO JUNIOR, João Bosco. **Balística aplicada aos locais de crime**. Campinas: Millennium, 2021

VELHO, Jesus Antonio; GEISER, Gustavo Caminoto; ESPINDULA, Alberi. **Ciências forenses**: uma introdução às principais áreas da criminalística moderna. Campinas: Millennium, 2013

DISCIPLINA:		PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM OCORRÊNCIA COM EXPLOSIVOS (408g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	05H/A	00H/A	15H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Explosivos: conceito e classificação. Principais explosivos utilizados em ações criminosas. Explosão. artefatos explosivos regulamentares. Artefatos explosivos improvisados. Tipologia de incidentes com explosivos. Primeira intervenção em ocorrências com explosivos: Teoria de primeira intervenção. Componentes operacionais. Distâncias de segurança. Organização do teatro de operações. Procedimentos operacionais padrão. Noções sobre agentes QBRN e primeira intervenção em incidentes com agentes QBRN: contexto histórico, conceito, características. Indicativos de um incidente. Sinais e sintomas. Medidas preliminares. Teatro de operações. Triângulo da proteção radiológica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual de campanha C 5-25 : explosivos e destruições. 3. ed. 3. tir. Brasília: EGGCF, 1991.			
BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. Manual de			

Campanha EB70-MC-10.233: defesa química, biológica, radiológica e nuclear. 1. ed. Brasília/DF: COTER, 2016.

PARANÁ. **Decreto n. 8.627, de 27 de outubro de 2010.** Criado o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP. Diário Oficial do Paraná: Seção 1, Curitiba, ano 97, n. 8332, p. 4, 27 out. 2010.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Diretriz do Comando-Geral n. 005, de 21 de novembro de 2011.** Regula o Gerenciamento de Crises na PMPR. Curitiba, 21 de novembro de 2011. Alterada pela diretriz n. 005/2021-PM/3 (Publicada no Boletim Geral n. 152, de 17 de agosto de 2021). Curitiba: PMPR, 2011.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Procedimentos Operacionais Padrão: série 200: primeira intervenção em crises e outras situações policiais emergenciais.** Boletim-Geral, Curitiba, n 141, 29 jul. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAGÃO, Ranvier Feitosa. **Incêndios e explosivos: uma introdução à engenharia forense.** Campinas: Millennium, 2010. (Série tratados de perícias criminalísticas)

LEÃO, Décio José Aguiar. **Operações antibombas: uma introdução a doutrina e organização dos esquadrões de bombas e ao enfrentamento aos crimes envolvendo bombas e explosivos.** São Paulo: Ícone, 2016.

DISCIPLINA:		PRÁTICA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (409g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
15H/A	25H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Fundamentos da Polícia Comunitária e do Policiamento Orientado para o Problema (POP). Método I.A.R.A. como eixo estruturante da análise e resolução de problemas locais de segurança pública. Gestão pela qualidade aplicada à atividade policial por meio de instrumentos de diagnóstico e planejamento. Projetos e programas de Polícia Comunitária na PMPR. Estudos de caso de aplicação do POP em diferentes contextos. Prática extensionista em territórios selecionados com interação em Conselhos Comunitários de Segurança e lideranças locais, voltada à coprodução da segurança pública.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública. **Curso Policiamento orientado para resolução de problemas**. Brasília: MJSP, 2020.

OLIVEIRA, Alexandre Magno de. Gestão pela qualidade na segurança pública. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 5. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. p. 370-395. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/12903/1/974478%20Curso%20nacional%20de%20multiplicador%20de%20pol%C3%ADcia%20comunit%C3%A1ria%20pol%C3%ADcia%20comunit%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

PARANÁ. Polícia Militar. **Diretriz nº 015/2025-PM/3, de 08 de outubro de 2025**. Diretriz de Polícia Comunitária. Curitiba: PMPR, 2025.

SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de; DURANTE FILHO, Eliéser Antonio. Gestão pela qualidade aplicada à polícia comunitária. In: PAULA, Alan Pinheiro de et al. **Polícia comunitária**. Indaial: UNIASSELVI, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONDARUK, Roberson Luiz. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. 2. ed. Curitiba: Gráfica e Editora Capital, 2008.

BONDARUK, Roberson Luiz. **Design contra o crime: prevenção situacional do delito através do design de produtos**. Curitiba: Edição do autor, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Diretriz Nacional de Polícia Comunitária**. Brasília: SENASP/MJSP, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/collective-nitf-content-1555096748.16/diretrizbasica_media_08052020.pdf. Acesso em: 7 out. 2025.

CAMPBELL COLLABORATION. **Campbell Systematic Reviews**. Oslo: Campbell Collaboration, 2025. Disponível em: <https://www.campbellcollaboration.org>. Acesso em: 7 out. 2025.

CLARKE, Ronald V.; ECK, John E. **Crime analysis for problem solvers in 60 small steps**. Washington, D.C.: Office of Community Oriented Policing Services, 2016. Disponível em: <https://portal.cops.usdoj.gov/resourcecenter/content.ashx/cops-w0047-pub.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

COZENS, Paul M.; SAVILLE, Gregory; HILLIER, David. **Crime prevention through environmental design (CPTED): a review and modern bibliography**. Property Management, v. 23, n. 5, p. 328–356, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1108/02637470510631483>. Acesso em: 7 out. 2025.

DURANTE FILHO, E. A.; SCZEPANSKI, A. **Polícia Comunitária como prática extensionista: a experiência formativa da disciplina desenvolvida na Academia Policial Militar do Guatupê**. In: Atividades de Extensão desenvolvidas na UNESPAR. [S.l.]: [s.n.], no prelo.

GILL, Charlotte et al. **Community-oriented policing to reduce crime, disorder and fear and increase satisfaction and legitimacy among citizens: a systematic review**. Journal of Experimental Criminology, v. 10, n. 4, p. 399–428, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11292-014-9210-y>. Acesso em: 7 out. 2025.

GOLDSTEIN, Herman. **Problem-Oriented Policing**. New York: McGraw-Hill, 1990.

HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCÁ, Jorge Eduardo. **Superando o mito do espantalho: uma polícia orientada para resolução dos problemas de segurança pública**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis: Insular, 2009.

SCHNOBRICH-DAVIS, Julie; BLOCK, Steven; LUPACCHINO, Joseph. **Analysis of Herman Goldstein Problem-Oriented Policing Awards from 1993–2017**. Policing: A Journal of Policy and Practice, v. 14, n. 3, p. 616–629, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/police/pay046>. Acesso em: 17 maio 2025.

SOUZA, César Alberto. **Polícia Comunitária e Gestão Integrada**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário: como começar**. São Paulo: PMESP/Editora Parma, 2003.

DISCIPLINA:		TRABALHO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR (410g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
25H/A	05H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Trabalho de comando e Estado-Maior: conceitos básicos, características e responsabilidades de EM. Organização e estrutura do Estado-Maior da PMPR. Princípios e generalidades sobre os processos decisórios militares. Conhecimento e elaboração de planos de operações e demais documentos elaborados pelo EM. Competências essenciais de um Comandante: liderança, liderança militar, processo decisório, delegação, motivação e comunicação. Gestão de unidade policial: fundamentos, princípios e ferramentas para a gestão policial até o nível de uma subunidade policial.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual de campanha C-101-5: Estado-Maior e ordens. 2. ed. Brasília: EGGCF, 2003. v. 1.</p> <p>BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado Maior. Manual de campanha C 20-10: liderança militar. 2. ed. Brasília: EGGCF, 2011.</p> <p>FOUREAUX, P. S. et al. Manual de trabalho de comando (MTP-11-2-PM). Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, 1987.</p> <p>GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES Carlos Francisco Simões. Princípios e métodos para tomada de decisão: enfoque multicritério. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.</p> <p>PARANÁ. Lei 22.354, 15 de abril de 2025. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná, fixa o seu efetivo e dá outras providências. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, ano 112, n. 11885, 15 abr. 2025.</p>			

PARANÁ. Polícia Militar. Estado Maior. **Diretriz n. 010/2024-PM/3**: “normatização de documentos de Estado-Maior”. Curitiba: PMPR, 2024. Alterada pela diretriz n. 021/2024-PM/3

RODRIGUES, Ana Paula Grillo; CUNHA, Cristiano José Castro de Almeida; SILVA, Solange Maria da. Liderança implícita: o protótipo do líder militar para diferentes gerações. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 168-189, fev./mar. 2025. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1961>. Acesso em: 6 nov. 2025.

ROQUE, M. S.; DEONISIO, C. C. C. A evolução das lideranças corporativas, militar e empresarial no século xxi: competências essenciais, tendências e desafios. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 85, p. 131-154, jan.-abr. 2024. Disponível em: <https://revista.esq.br/index.php/revistadaesq/article/view/1369>. Acesso em: 6 nov. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PARANÁ. Decreto nº 7.339, de 8 de junho de 2010. Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da Polícia Militar do Paraná, Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP. **Diário Oficial Executivo**: Seção 1, Curitiba, ano 96, n. 8236, 8 jun. 2010.

BAZEGGIO, Evaldo. **Liderança estratégica**. Curitiba: Escola Gestão do Paraná, 2024.

CORDEIRO, Luciano; SERBENA, Felipe. **O papel do Estado-Maior sistêmico ao nível de comando intermediário da polícia militar**: ações estruturais que materializam a integração e favorecem a interação entre seus entes. Ponta Grossa: ZH4, 2022.

DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2018.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Diretriz nº 010, de 3 de junho de 2022**. Plano de defesa territorial. Curitiba: PMPR, 2022.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Portaria do Comando-Geral nº 361, de 27 de abril de 2006**. Instruções reguladoras de elaboração, arquivo e eliminação de documentos e instruções de comunicação oficial da PMPR (ICO/PMPR). Curitiba: PMPR, 2006.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Portaria do Comando-Geral nº 273, de 8 de março de 2022**. Aprova o Planejamento Estratégico da PMPR 2022/2035, composto do Plano Estratégico, do Mapa Estratégico e da Carteira de Projetos e dá outras providências. Curitiba: PMPR, 2022.

DISCIPLINA:		GESTÃO DE PROJETOS (411g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
OFERTA		4º semestre	

PRÉ-REQUISITOS	Não há
EMENTA	
<p>Apresentação dos conceitos fundamentais de projeto, programa e portfólio, e sua aplicação no contexto da PMPR. Estudo do ciclo de vida, dos grupos de processos e das dez áreas do conhecimento em gerenciamento de projetos, conforme a abordagem preditiva. Introdução aos princípios e domínios de desempenho com foco na entrega de valor. Aplicação prática de ferramentas visuais e colaborativas, como o Project Model Canvas, para elaboração de documentos formais, como o Termo de Abertura do Projeto (TAP). Disciplina que conta com carga horária de ações extensionistas.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>FINOCCHIO JÚNIOR, José. Project Model Canvas. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.</p> <p>PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos: (guia PMBOK). 6. ed. Newtown Square: Project Management Institute, 2017.</p> <p>PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). Guia do conhecimento em gerenciamento de projetos: (guia PMBOK). 7. ed. Newtown Square: Project Management Institute, 2021.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2020.</p> <p>PEROVANO, Dalton Gean. Manual de gestão e elaboração de projetos para a segurança pública e defesa social. Curitiba: Juruá, 2021.</p> <p>VALLE, André, Bittencourt do; SOARES, Carlos Alberto Pereira et al. Fundamentos do gerenciamento de projetos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. (Série Fundamentos de Projetos).</p>	

DISCIPLINA:	GESTÃO DE PROCESSOS (412g)		
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
15H/A	05H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		

EMENTA

Modelos de administração pública. Evolução das organizações: visão tradicional e visão sistêmica. Governo matricial. Governança para resultados. Gestão matricial para resultados. Organização funcional e organização orientada por processos. Gerenciamento de processos de negócio (BPM): princípios e relação entre organização, negócio, cliente e processo. Arquitetura de processos. Cadeia de valor. Processo: conceito, elementos, características, tipos de processos, tipos de atividades, hierarquia (macroprocesso, processo, subprocesso, atividade, tarefa, passo). Atores na governança e gestão de processos. Ciclo de vida do gerenciamento de processos (planejar, analisar, desenhar, implementar e monitorar). Indicadores-chave de processo (KPI). Software e notação de modelagem de processos (BPMN).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIATION OF BUSINESS PROCESS MANAGEMENT PROFESSIONALS INTERNATIONAL. **BPM CBOK**: guia para o gerenciamento de processos de negócios: corpo comum de conhecimento: versão 4.0. São Paulo: ABPMP, 2020.

PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. **Portaria do Comando-Geral nº 682, de 12 de junho de 2025**. Aprova o Planejamento Estratégico da PMPR 2025/2027 e dá outras providências. Curitiba: PMPR, 2025.

PARANÁ. Polícia Militar. Diretoria de Projetos. **Manual prático de gestão de processos**. Curitiba: PMPR, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Coordenadoria de Governança e Riscos. **Manual de gestão de processos**: v. 2. Curitiba: UFPR, 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MÜLLER, Cláudio José. **Planejamento estratégico, indicadores e processos**: uma integração necessária. São Paulo: ATLAS, 2014.

PARANÁ. Secretaria da Administração e Previdência. Escola de Gestão. **Curso de gestão de processos**. 338 slides. Curitiba: Instituto PUBLIX, [20- -].

SÃO PAULO (Estado). Polícia Militar. Estado-Maior. **Guia prático de mapeamento de processos**. São Paulo, [20- -].

SORDI, José Osvaldo de. **Gestão por processos**: uma abordagem da moderna administração. Rio de Janeiro: Alta Books, 2022.

PAIM, R. et. al. **Gestão de processos**: pensar, agir e aprender. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DISCIPLINA:	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (413g)	
PRESENCIAL		TOTAL
Horário regular de aulas		

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Relações institucionais: conceito, fundamentos, competências, legislação. Lobby e relações institucionais: diferenças e objetivos. A importância estratégica das relações institucionais para a segurança pública. Relações institucionais na PMPR e seus impactos para a atualidade e o futuro. Assessorias policiais militares na PMPR. Relações institucionais em outras instituições públicas e privadas.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>PARANÁ. Lei 22.354, 15 de abril de 2025. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná, fixa o seu efetivo e dá outras providências. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, ano 112, n. 11885, 15 abr. 2025.</p> <p>BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 1.963, de 3 de dezembro de 2019. Aprova a Diretriz Geral para a Execução das Relações Institucionais no âmbito do Exército Brasileiro. Brasília, DF, Exército Brasileiro, 2019.</p> <p>BRASIL. Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 236, p. 2, 13 dez. 2023.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>OLIVEIRA, Débora C. Scremin. Relações institucionais na Polícia Militar do Paraná: uma proposta de modernização da estrutura organizacional para a ampliação do peso estratégico da corporação. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 10, p. 69456-69481, 2022. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/53529. Acesso em: 6 nov. 2025.</p> <p>BELACHE, Raphael Bastos. Estabelecimento de Gabinete de Relações Institucionais e Governamentais da Polícia Militar do Estado do Paraná em Brasília-DF. RECIMA21: Revista Científica Multidisciplinar, v. 3, n. 3, e331263, 2022. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/article/view/1263. Acesso em: 6 nov. 2025.</p> <p>PARANÁ. Decreto 5075, de 28 de Dezembro de 1998. Aprovação do Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais, integrantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Paraná. Diário Oficial Executivo: Seção 1, Curitiba, n. 5404, 29 dez. 1998.</p> <p>SENTONE, Rafael Gomes. Histórias não contadas: relatos dos Comandantes-Gerais da PMPR. 1 ed. São José dos Pinhais: Ed. do Autor, 2021.</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Portaria TCU nº 128/2020. Aprova a estratégia de relações institucionais do Tribunal de Contas da União. Boletim do Tribunal de Contas da União, Brasília, DF,</p>			

ano 39, n. 23, 3 set. 2020. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/norma/*/NUMNORMA%253A128%2520ANONORMA%253A2020/score%2520desc/0. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Relações Institucionais: "sistematizar as relações institucionais do Exército Brasileiro de forma a otimizar o resultado das interações do EB com as diversas instituições de interesse"**. Revista Verde Oliva, n. 247, 2019. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/VO/article/view/3278/2645>. Acesso em: 6 nov. 2025.

VENUTO, Carolina A.; FAYET, Eduardo A.; NAVARRO, Rodrigo. **Cartilha de relações institucionais e governamentais da ABRIG: diálogo, ética e transparência**. Brasília-DF: ABRIG, 2019.

DISCIPLINA:		GESTÃO ESTRATÉGICA (414g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Definição de Estratégia. 5 Ps da Estratégia. Estratégia deliberada e estratégia emergente. A organização orientada para a estratégia. Gestão estratégica em organizações públicas. Formulação da estratégia: cadeia de valor, análise ambiental (SWOT, PESTEL), identidade organizacional, fatores críticos de sucesso, mapa estratégico, indicadores e metas. Implementação da estratégia: portfólio, programas e projetos. Monitoramento, avaliação e revisão da estratégia. Alinhamento entre planejamento estratégico, governança e gestão. Gerenciamento pelas Diretrizes e Gerenciamento da Rotina do Trabalho.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial da Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Guia Técnico de Gestão Estratégica . v. 1.0. Brasília: SEGES, 2020.			
FALCONI, Vicente. Gerenciamento pelas diretrizes (Hoshin Kanri): o que todo membro da alta administração precisa saber para entrar no novo milênio . 5. ed. Nova Lima: Falconi, 2013.			
FALCONI, Vicente. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia a dia . 9. ed. Nova Lima: Falconi, 2013.			
KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A estratégia em ação: balanced scorecard . Tradução de Luiz Euclides Trindade Frazão Filho. 30. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.			
KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Mapas estratégicos: convertendo ativos intangíveis em			

resultados tangíveis. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 23. tir. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Organização orientada para estratégia: como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios.** Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 10. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico.** Tradução de Lene Belon Ribeiro. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PARANÁ. Polícia Militar. **Portaria do Comando-Geral nº 682, de 12 de junho de 2025.** Aprova o Planejamento Estratégico da PMPR 2025/2027 e dá outras providências. Curitiba: PMPR, 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Lizandra Magon de Almeida (Org.). **Estratégia e execução.** São Paulo: HSM Editora, 2015.

ANDRADE, Arnaldo Rosa de. **Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle.** São Paulo: Atlas, 2012.

BOSSIDY, Larry; CHARAN, Ram. **Execução: a disciplina para atingir resultados.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Alinhamento: utilizando o balance scorecard para criar sinergias corporativas.** 15. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

MÜLLER, Cláudio José. **Planejamento estratégico, indicadores e processos: uma integração necessária.** São Paulo: Atlas, 2014.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios.** 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2015.

TAVARES, Mauro Calixta. **Gestão estratégica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DISCIPLINA:		LIBRAS APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA (415g)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		

EMENTA

Introdução à Língua Brasileira de Sinais-Deficiência Auditiva e Inclusão Social: conceitos, tipos de deficiência e inclusão social. Deficiência Auditiva: noções gerais de conduta, características do surdo e classificação. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – Iniciação da libras: o que é, parâmetros, convenções, alfabeto manual, números cardinais e ordinais. Saudações: cumprimentos, períodos do dia, pronomes e nomes próprios. Profissões, cursos, finanças e pagamentos, dados pessoais e famílias. Localização Espacial e Temporal: espaços físicos, transportes, dias da semana, meses e estações do ano, tempos/horas. Situações diversas: saúde, higiene e emergências, lugares e relacionamentos. Natureza: clima, estações do ano e sensação térmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, FLÁVIA. Aspectos linguísticos da Libras. Curitiba: IESDE Brasil, 2011. 252 p. ISBN 978-85-387-1870-3.

RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, FLÁVIA. Intérprete de Libras. Curitiba: IESDE Brasil, 2011. 232 p. ISBN 978-85-387-1726-3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FENEIS. LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais. Belo Horizonte, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, 1995.

MONTEIRO, M.S.; MOLLICA, M.C. Variações e Mudanças em línguas de sinais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

QUADROS, R.M. A expressividade das línguas de Sinais, In: STROBEL, K.L.; DIAS, S.M.S. Surdez, abordagem Geral. Curitiba. Apta. 1998.

SEED/ SUED/ DEE. Aspectos linguísticos da linguagem brasileira de sinais. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba. 1998.

STROBEL, K.L. et al. Falando com as mãos. Curitiba. Secretaria de Estado da Educação, 1998.

DISCIPLINA:		ATUAÇÃO POLICIAL COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE (415d)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
30H/A	00H/A	00H/A	30H/A
OFERTA	4º semestre		

PRÉ-REQUISITOS	Não há
EMENTA	
<p>Conceito de “minoria”; Conceito de “pessoa em situação de vulnerabilidade”; Atuação policial voltada ao atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade; Atuação policial voltada ao atendimento de crianças e adolescentes; Atuação policial voltada ao atendimento de pessoas idosas; Atuação policial voltada a ao atendimento de pessoas com deficiência; Atuação policial voltada ao combate do racismo, discriminação racial e homofobia; Atuação policial voltada a proteção de grupos LGBTQ+; Atuação policial voltada ao atendimento de povos tradicionais e populações indígenas; Atuação policial voltada a pessoas em situação de rua e pessoas em uso prejudicial de drogas; Revisão da literatura institucional em relação a grupos vulneráveis.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade. 2. ed. Brasília: SENASP/MJ, 2013. Cartilha.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Enfrentamento ao assédio sexual na segurança pública. 1. ed. Brasília: SENASP/MJ, 2022. Apostila.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Segurança de grupos vulneráveis: acolhimento à pessoa idosa. 1. ed. Brasília: SENASP/MJ, 2018. Apostila.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública.. Segurança de grupos vulneráveis: atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. apostila 1. ed. Brasília: SENASP/MJ, 2022. Apostila.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>PARANÁ. Polícia Militar. Estado-Maior. Diretriz nº 003/2025-PM/3. Política de prevenção e repressão á violência doméstica da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2025.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. Nota de Instrução nº 001/2022-PM/3. Procedimentos a serem observados em ocorrências envolvendo pessoa com transtorno do espectro autista (TEA). Curitiba: PMPR, 2022.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. POP nº 100.9. Ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha). Curitiba: PMPR, 2024.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. POP nº 100.22. Ocorrências de violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes. Curitiba: PMPR, 2024.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar. POP nº 100.30. Ocorrência envolvendo pessoas em situação de rua. Curitiba: PMPR, 2024.</p> <p>BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 1989, p. 369. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 6 nov. 2025.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 135, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 6 out. 2025.</p>	

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 192, 3 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 151, 08 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 127, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 4 nov. 2025.

VIANA, Dênis Wellington; DURANTE FILHO, Eliéser Antonio. **Produção de conhecimento sobre grupos vulneráveis e minoritários na Polícia Militar do Paraná.** São José dos Pinhais: 2024. Trabalho apresentado ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO PM), Academia Policial Militar do Guatupê, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/212734>. Acesso em: 10 out. 2025.

PLINA:		PREVENÇÃO, MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS (416d)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
A mediação como método autocompositivo de solução de conflitos e sua base na Teoria da Comunicação. A aplicação da comunicação não violenta e da escuta ativa como ferramentas centrais do processo. O papel do mediador como terceiro facilitador imparcial, suas funções, limites e postura. As diversas técnicas e áreas de utilização da mediação, como a comunitária, escolar e possessória. A ética do mediador e a gestão de desequilíbrios e situações adversas.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Manual de mediação judicial**. 6. ed. Brasília, DF: CNJ, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/563>. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 121, 29 jun. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 17 mar. 2015. p. 1. [arts. 165 a 175]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Domicílio Judicial Eletrônico: Brasília, DF, n. 219, 1 dez. 2010, p.2-14. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156>. Acesso em: 6 nov. 2025.

OLIVEIRA, Fábio Aparecido Webel; VIEIRA, Roberto Carlos. **Mediação comunitária na segurança pública: da aplicação às suas especificidades**. 1. ed. São Paulo: PMESP; TJSP, 2018. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Download/Comunicacao/Publicacoes/Cartilhas/MediacaoComunitariaSegurancaPublica.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2025.

ROSENBERG, Marshall Bertram. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.

SALIBA, Marcelo Gonçalves. **Justiça restaurativa e paradigma punitivo**. Curitiba: Juruá, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BACELLAR, Roberto Portugal. **Juizados especiais: a nova mediação paraprocessual**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SILVA, Valter Ribeiro da. **A aplicação da mediação comunitária na atividade policial-militar como política pública de pacificação social e prevenção criminal**. 2019. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/195986/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

ZEHR, Howard. **Justiça restaurativa: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Palas Athena, 2012.

DISCIPLINA:	POLÍTICAS PÚBLICAS (417d)	
	PRESENCIAL	TOTAL
	Horário regular de aulas	

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
20H/A	00H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Alguns aspectos de conjuntura. Perspectivas contemporâneas sobre gastos públicos e eficiência na aplicação de recursos. Teorias, modelos e conceitos sobre políticas públicas. Ciclo de formação da política pública. Novas tendências: políticas públicas baseadas em evidências, modelos lógicos, teoria de mudança e técnicas comportamentais; o que funciona em políticas públicas [what works], design em políticas públicas, laboratórios de inovação. Planos e experiências de políticas públicas de segurança no mundo e no Brasil.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRASIL. Casa Civil; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex-ante: v. 1. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/153743_analise-ex-ante_web_novo.pdf/view. Acesso em: 7 out. 2025.</p> <p>BRASIL. Casa Civil. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex-post: v. 2. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/guiaexpost.pdf/view. Acesso em: 7 out. 2025.</p> <p>CAPELLA, A. C. N. Formulação de políticas públicas. Brasília: Enap, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/planejamento_estrategico_arquivos/livros_guias_publicacoes/formulacao-de-politicas-publicas-enap-2018.pdf/view. Acesso em: 7 out. 2025.</p> <p>SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. Os modelos incremental e garbage can nas políticas públicas de segurança no estado do Paraná: do policiamento modular ao Paraná Seguro. 2018. 183 f. TCC (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2018.</p> <p>WU, Xun; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Políticas%20Públicas%20Gerenciand%20Processos.pdf. Acesso em: 7 out. 2025.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>KOPPTIKE, A. Manual de segurança pública baseada em evidências: o que funciona e o que não funciona na prevenção da violência. Passo Fundo: Conhecer, 2023.</p>			

LOTTA, Gabriela (org.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20Análises%20sobre%20Implementação%20de%20Políticas%20Públicas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 7 out. 2025.

ROLIM, M. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SAMPAIO, P. P. P.; CAETANO, C. I.; NOGUEIRA, D. de O. **Políticas públicas de segurança**: noções introdutórias. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022.

SAMPAIO, P. P. P.; CAETANO, C. I.; NOGUEIRA, D. de O. **Políticas públicas de segurança**: da definição da agenda à avaliação. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problema, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

DISCIPLINA:		ORDEM UNIDA III (418d)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
10H/A	10H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Ordem unida e chefia, métodos e processos de instrução de ordem unida, execução por tempos, comando por gestos, funções do instrutor (generalidades, planejamento e preparação, orientação, controle e avaliação). Comunicação no processo de ensino-aprendizagem, técnicas de instrução, técnicas de trabalho em grupo, revisão de conteúdo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual de Campanha C22-6: Inspeções, Revistas e Desfiles . 2. ed. Brasília: EGGCF, 1996.			
BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual de Campanha EB70-MC-10.308: Ordem Unida . 4. ed. Brasília: EGGCF, 2019.			

BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior. Manual do Instrutor: **Manual Técnico T 21-250**. 3. ed. Brasília: EGGCF, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas: R-2**. Brasília: EGGCF, 1997.

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria-Geral. Comissão de Cerimonial Militar. **Vade Mecum de Cerimonial Militar do Exército: Honras Fúnebres (VM 09)**. Brasília: Secretaria Geral do Exército, 2002.

PARANÁ. Polícia Militar. **Portaria do Comando-Geral nº 447, de 7 de junho de 2011**. Aprova o vade mecum de comunicação social e cerimonial da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: PMPR, 2011.

DISCIPLINA:		TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (419d)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	40H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Desenvolvimento e conclusão do projeto de pesquisa iniciado em TCC I, obrigatoriamente vinculado aos campos das Ciências Policiais, Segurança Pública e Defesa Social. Execução das etapas de coleta, organização e análise de dados; discussão de resultados; redação final do artigo científico conforme normas acadêmicas vigentes. Realização de encontros orientados para aprimoramento do trabalho, conforme diretrizes e etapas definidas pelo docente orientador. Preparação, apresentação e defesa do artigo científico perante banca avaliadora. Consolidação das competências investigativas, analíticas e comunicativas aplicadas às demandas, desafios e práticas profissionais da Segurança Pública, Defesa Social e Ciências Policiais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.			
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Mariana de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.			

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT**. Curitiba: Sistema de Bibliotecas (SiBi) / Editora UFPR, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/73330>. Acesso em 15 out. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Claudio de moura. **A prática da pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

DISCIPLINA:		ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS E CULTURAIS IV (420c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	10H/A	00H/A	10H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Atividades voltadas à complementação da formação acadêmico-científica do aluno do curso de formação de oficiais. Ciclo de palestras, treinamentos físicos, atividades comunitárias e de integração com a sociedade, marchas e campos militares de instrução técnica e sobrevivência, participação em eventos sociais, visitas à unidades de polícia e bombeiro militar, visitas à unidades de polícia civil, científica, rodoviária federal e polícia federal, visitas a unidades de corporações de outros estados, visitas a unidades das forças armadas, visitas à campus de universidades, dentre outras atividades que valorizem e contribuam com a formação dos policiais e bombeiros militares. Disciplina que conta com carga horária de ações extensionistas.			

DISCIPLINA:		ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV (421c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	40H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>O estágio supervisionado do curso funciona em conformidade com o regulamento anexo, documento que estabelece, a nível institucional, os procedimentos a serem adotados para a realização dos estágios operacionais e administrativos do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, nas diversas funções desenvolvidas por oficiais da corporação. Desenvolvimento de atividades operacionais, priorizando o desenvolvimento de Operações Policiais, conforme o Projeto Futuro Oficial. Disciplina que conta com carga horária de ações extensionistas.</p>			

DISCIPLINA:		TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA IV (422c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	40H/A	00H/A	40H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Disciplina complementar, que visa a integração e atualização do corpo de alunos quanto às técnicas, tecnologias, sistemas, procedimentos, normas, ou legislações que surjam ou sofram alteração durante o processo de formação do policial ou bombeiro militar. Aprofundamento em disciplinas já existentes no Projeto Pedagógico. Execução do projeto de intervenção desenvolvido na disciplina de Tópicos I, II, III, continuidade das ações do grupo de extensão com a necessidade de aplicação do Produto Técnico Tecnológico (PTT) na realidade de unidades da corporação. Disciplina que conta com carga horária de ações extensionistas.</p>			

DISCIPLINA:		ATIVIDADE DESPORTIVA ESPECIALISTA IV (423c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	20H/A	00H/A	20H/A
OFERTA	4º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Disciplina direcionada a prática de atividades desportivas supervisionadas. As atividades desenvolvidas preparam os discentes para a participação no Encontro Nacional das Academias Militares Estaduais (ENAME), evento desenvolvido anualmente entre as corporações de todo o Brasil. As modalidades contemplam os seguintes desportos: tiro, orientação, atletismo, voleibol, futebol, futsal, basquetebol, natação, xadrez, coral, judô, equitação, técnica policial militar e técnica bombeiro militar.</p>			

5º SEMESTRE

DISCIPLINA:		ESTÁGIO SUPERVISIONADO V (501c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	300H/A	00H/A	300H/A
OFERTA	5º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>O estágio supervisionado do curso funciona em conformidade com o regulamento anexo, documento que estabelece, a nível institucional, os procedimentos a serem adotados para a realização dos estágios operacionais e administrativos do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, nas diversas funções desenvolvidas por oficiais da corporação. Desenvolvimento de atividades operacionais, priorizando o serviço do Oficial CPU, o comando de operações locais e o desenvolvimento de atividades e procedimentos administrativos nas unidades de todo o Estado do Paraná. Disciplina que conta com carga horária de ações extensionistas.</p>			

DISCIPLINA:	CURSO DE AGENTE DE TRÂNSITO (503c)
-------------	------------------------------------

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

À DISTÂNCIA			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
200H/A	00H/A	00H/A	200H/A
OFERTA	5º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Legislação de Trânsito. Noções de Engenharia de Tráfego e Sinalização de Trânsito. Legislação de Trânsito Aplicada. Ética e Cidadania. Psicologia Aplicada. O papel educador do agente. Língua Portuguesa. Operação e Fiscalização de Trânsito. Prática Operacional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: <a 2022="" arquivos-senatran="" assuntos="" href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm?ref=blog.na.pista.com.br#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.503%2C%20DE%2023%20DE%20SETEMBRO%20DE%201997&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20de%20Tr%C3%A2nsito%20Brasileiro.&text=Art.%201%C2%BA%20O%20tr%C3%A2nsito%20de,rega%2Dse%20por%20este%20C%C3% %B3digo. Acesso em: 31 de julho de 2024.</p> <p>BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN). Portaria nº 966, de 25 de julho de 2022. Dispõe sobre o Curso de Agente de Trânsito para profissionais que executem as atividades de fiscalização, operação, policiamento ostensivo de trânsito ou patrulhamento nos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT). Diário Oficial da União. Publicado em: 25/07/2022 Edição: 139-A Seção: 1 - Extra A Página: 1. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/portarias/2022/Portaria9662022.pdf. Acesso em 31 de julho de 2024.</p>			

6º SEMESTRE

DISCIPLINA:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI (601c)		
PRESENCIAL			
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	TOTAL

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44) 3441-4700

00H/A	304H/A	00H/A	304H/A
OFERTA	6º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>O estágio supervisionado do curso funciona em conformidade com o regulamento anexo, documento que estabelece, a nível institucional, os procedimentos a serem adotados para a realização dos estágios operacionais e administrativos do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, nas diversas funções desenvolvidas por oficiais da corporação. Desenvolvimento de atividades operacionais, priorizando o serviço do Oficial CPU, o comando de operações locais e o desenvolvimento de atividades e procedimentos administrativos nas unidades de todo o Estado do Paraná. Disciplina que conta com carga horária de ações extensionistas.</p>			

DISCIPLINA:		TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA VI (602c)	
PRESENCIAL			TOTAL
Horário regular de aulas			
TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
00H/A	200H/A	00H/A	2000H/A
OFERTA	6º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
<p>Disciplina complementar, que visa a integração e atualização do corpo de alunos quanto às técnicas, tecnologias, sistemas, procedimentos, normas, ou legislações que surjam ou sofram alteração durante o processo de formação do policial ou bombeiro militar. Aprofundamento em disciplinas já existentes no Projeto Pedagógico. Execução do projeto de intervenção desenvolvido na disciplina de Tópicos I, II, III, IV e V continuidade das ações do grupo de extensão, com a necessidade da detecção da realidade local da unidade estagiada para execução ou a criação de um novo Produto Técnico Tecnológico (PTT) na realidade de unidades da corporação.</p>			

DISCIPLINA:		CURSO DE CONDUTORES DE EMERGÊNCIA (603c)	
À DISTÂNCIA			TOTAL
Horário regular de aulas			

TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	
50H/A	00H/A	00H/A	50H/A
OFERTA	6º semestre		
PRÉ-REQUISITOS	Não há		
EMENTA			
Legislação de Trânsito. Direção Defensiva. Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social. Relacionamento Interpessoal.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm?ref=blog.napista.com.br#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.503%2C%20DE%203%20DE%20SETEMBRO%20DE%201997&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20de%20Tr%C3%A2nsito%20Brasileiro.&text=Art.%201%C2%BA%20O%20tr%C3%A2nsito%20de,rega%2Dse%20por%20este%20C%C3%B3digo. Acesso em: 31 de julho de 2024.</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Resolução nº 789, de 18 de junho de 2020. Consolida normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/resolucao7892020r.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Resolução nº 928, de 28 de março de 2022. Estabelece critérios e requisitos técnicos para a homologação de cursos e das plataformas tecnológicas, na modalidade de ensino à distância, quando requerida por instituições ou entidades públicas ou privadas especializadas. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/Resolucao9282022.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.</p>			

9.2. ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE

Atividades Curriculares de Extensão - ACE, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas Organizações Policiais Militares (OPM) e nas ações em conjunto com a comunidade destinatária dos serviços de segurança pública.

A concepção de extensão universitária tem sido fruto de debates e discussões e no decorrer da história da universidade no Brasil passou por diversas transformações e “[...] durante a década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, começa a se configurar um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania.” (FORPROEX, 2006, p. 20). A partir de então, com a reabertura de democrática a partir de 1984 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 que estabelece que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão representa a base da organização das universidades brasileiras, e partindo de um amplo debate, em 2010 foi apresentando o seguinte conceito:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2006).

Ao considerar o conceito de extensão definido pela FORPROEX e a determinação da Lei nº 1.300/2014, e a RESOLUÇÃO Nº 031/2024– CEPE/UNESPAR adotamos a seguinte classificação:

Art. 7º Para atender aos objetivos previstos na Resolução Nº 7/2018 MEC/CNE/CES, a curricularização nos cursos de Graduação e Pós-graduação da Unespar deverá ser realizada de acordo com as seguintes modalidades, observando-se as especificidades de cada curso:

ACE I: participação de discentes como integrantes da equipe executora em ações extensionistas cadastradas nas Divisões de Extensão dos campi da Unespar, que estejam vinculadas a disciplinas obrigatórias, com previsão de uma parte ou da totalidade de sua carga-horária destinada à extensão, conforme diretrizes estabelecidas nos PPC dos cursos e de acordo com suas especificidades.

ACE II: participação de discentes como integrantes da equipe executora em programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, não-vinculadas às disciplinas constantes nos PPC dos cursos de

Graduação e Pós-graduação da Unespar, e que estejam devidamente registradas nas Divisões de Extensão e Cultura dos campi.

ACE III: participação de discentes como integrantes das equipes executoras de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço de outras instituições de ensino superior, com a creditação de no máximo 120 (cento e vinte) horas para esta modalidade.

Então, em atendimento à Resolução 045/2024 CEPE/UNESP e a seus critérios a curricularização da extensão, no Curso de Ciências Policiais e Segurança Pública da Unespar se dará nos seguintes componentes, todos como ACE I:

COMPONENTE	INTEGRALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Tópicos Especiais em Segurança Pública I	Desenvolver ação extensionista voltada ao uso estratégico das mídias sociais para a produção e disseminação de conteúdos educativos e informativos na área de segurança pública, incluindo a elaboração de materiais audiovisuais, textos e campanhas digitais temáticas.	14
Tópicos Especiais em Segurança Pública II	Desenvolver ações de policiamento comunitário em comunidades previamente definidas pelos docentes responsáveis, com base em critérios técnicos e pedagógicos, visando ao fortalecimento da aproximação entre a Polícia Militar e a comunidade.	40
Tópicos Especiais em Segurança Pública III	Desenvolvimento de ação de extensão, planejando e executando operações de trânsito urbano e/ou rodoviário.	40
Tópicos Especiais em Segurança Pública IV	Desenvolvimento de projetos em Unidades operacionais de Curitiba e Região Metropolitana.	40
Tópicos Especiais em Segurança Pública V	Planejar, desenvolver e prática da docência em UOps, acerca de assuntos atuais e de grande relevância (POPs, julgados de interpretação extensiva ou vinculante, outros assuntos de pertinência).	120
Tópicos Especiais em Segurança Pública VI	Planejar, desenvolver e ministrar palestras educativas junto à comunidade local, abordando temas relacionados à segurança pública, à prevenção da criminalidade, com o objetivo de promover a conscientização cidadã, fortalecer a cultura de prevenção, estimular a participação comunitária e contribuir para a redução de fatores de risco à criminalidade por meio da disseminação de conhecimentos técnicos e científicos aplicados à realidade social.	200
TOTAL		374

9.3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado do curso funciona em conformidade com o regulamento anexo, documento que estabelece, no nível institucional, os procedimentos a serem adotados para a realização dos estágios operacionais e administrativos do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, nas diversas funções desenvolvidas por oficiais da corporação.

O estágio supervisionado tem os seguintes objetivos:

- a) Desenvolver atividades operacionais e administrativas propiciando aos cadetes do 3º, 2º e 1º CFO PM a oportunidade de associar o ensino teórico à realidade das atividades operacionais e administrativas de cada Organização Policial Militar;
- b) Oportunizar ao futuro oficial a possibilidade de acompanhar variadas situações envolvendo o gerenciamento de ocorrências, fiscalização do efetivo policial e outras missões atinentes aos oficiais da Polícia Militar do Paraná;
- c) Possibilitar o acompanhamento e a execução supervisionada das atividades operacionais e administrativas desenvolvidas pelas unidades da PMPR, permitindo o desenvolvimento de uma sistemática integrativa, com expressiva contribuição na formação profissional do futuro oficial;
- d) Mensurar, através de análise dos resultados, a avaliação dos conceitos e ensinamentos doutrinários ministrados em sala de aula e em instruções práticas;
- e) Garantir a todos os cadetes, sem qualquer distinção, a possibilidade de vivenciar e experimentar a realidade de seu futuro profissional.

9.4. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em pesquisa individual, orientada e relatada sob a forma de artigo científico vinculado ao campo das Ciências Policiais, da Segurança Pública e da Defesa Social, e dentro das linhas de pesquisa de interesse da PMPR.

Na disciplina de Metodologia da Pesquisa o cadete deve apresentar uma prévia de projeto já alinhado aos temas dos grupos de pesquisa da APMG, o qual será analisado pelo docente da disciplina de Metodologia da Pesquisa, atribuindo-lhe uma nota, sendo

aplicados os critérios estabelecidos na NOTARA. Ao final da disciplina, o aluno deve se filiar a um dos grupos de pesquisa existentes

Ao término da disciplina de Metodologia da Pesquisa I, já inserido ao grupo de pesquisa, o cadete desenvolverá o projeto até a etapa do método, sendo cada grupo direcionado pelo professor Orientador dos Projetos. Já na disciplina de Metodologia da Pesquisa II deverá ser executado o trabalho, posteriormente sendo submetido à banca de avaliação e publicizado em formato de artigo científico, novamente sob a condução dos professores Orientadores dos Projetos..

9.5. ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

As atividades complementares do curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública são práticas acadêmicas que têm por objetivo enriquecer, reforçar e complementar as atividades pedagógicas do curso, sempre visando o crescimento e fortalecimento da formação acadêmica, adequando o currículo aos interesses individuais dos acadêmicos, e muitas vezes propiciando ações junto à comunidade.

Envolvem atividades presenciais de ensino e pesquisa que não estão compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas obrigatórias do currículo pleno. Subdividem-se em dois grupos:

a) **Atividade Desportiva Especializada:** A manutenção do condicionamento físico dos policiais militares está intimamente relacionada à qualidade de vida e ao desenvolvimento das atividades profissionais, e pode ser suplementada com a prática de atividades desportivas supervisionadas. As atividades desenvolvidas preparam os discentes para a participação no Encontro Nacional das Academias Militares Estaduais (ENAME), evento desenvolvido anualmente entre as corporações de todo o Brasil. As modalidades contemplam os seguintes desportos: tiro, orientação, atletismo, voleibol, futebol, futsal, basquetebol, natação, xadrez, coral, judô, equitação, técnica policial militar e técnica bombeiro militar. A carga horária que cada aluno deve cumprir - dentro de cada modalidade específica - é de 40 (quarenta) horas/aula por ano letivo.

b) **Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais:** Atividades voltadas à complementação da formação acadêmico-científica do aluno. Ao longo dos três anos letivos são desenvolvidas atividades como ciclos de palestras, seminários e outros eventos relacionados com a segurança pública, marchas e campos militares de instrução

técnica e de sobrevivência policial. Também são realizadas visitas às unidades de polícia e bombeiro militar, às unidades de polícia civil, científica, rodoviária federal e polícia federal, às unidades de corporações de outros estados, às unidades das forças armadas, a campus de universidades, dentre outras atividades que valorem e contribuam com a formação dos policiais e bombeiros militares. A estas atividades também pode ser incluída a participação do corpo discente em eventos culturais como teatro, apresentações musicais, entre outros. Ainda existe espaço para o desenvolvimento de atividades comunitárias e de integração com a sociedade, como uma oportunidade de aproximar o aluno à comunidade, com a realização de visitas a instituições de caridade, participação em conselhos comunitários de segurança e em eventos diversos promovidos pela sociedade. A carga horária que cada aluno deve cumprir é de 20 (vinte) horas/aula por ano letivo.

9.6. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO

No curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública essas atividades são desenvolvidas obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contemplado na Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 207. A indissociabilidade entre estes três entes ocorre nas atividades que se constituem como práticas acadêmicas articuladas, que servem de apoio ao conhecimento acadêmico e estabelecem relações e soluções para problemas do cotidiano da comunidade não acadêmica.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão também se dá por meio de ações e atividades pedagógicas que estimulam a investigação em quaisquer níveis de formação. A pesquisa é o processo de produção de conhecimento adotando-se uma metodologia específica na busca de respostas a problemas, e está articulada com o ensino, uma vez que para produzir um novo conhecimento se manipula conhecimentos produzidos anteriormente.

O ensino e a pesquisa também devem estar articulados com a extensão, visto que aqueles geram o conhecimento e produzem ações na extensão, promovendo o diálogo entre o saber científico, produzido na no ambiente acadêmico, e os saberes leigos, populares e tradicionais, provindos de diferentes culturas. O conhecimento gerado pelas atividades de ensino e pesquisa alimenta a extensão, possibilitando a execução, difusão e

socialização do conhecimento existente e de novos saberes que contribuem efetivamente com a comunidade e com a formação do acadêmico. Nesse mesmo sentido, a extensão funciona como campo empírico proporcionando material rico que pode ser utilizado para alimentar o ensino e a pesquisa.

As atividades voltadas para a pesquisa têm por objetivo desenvolver a capacidade de investigação científica de docentes e discentes, promovendo o progresso do ensino superior e da sociedade, através de novas aquisições do conhecimento humano e sua aplicação à realidade local e regional.

As atividades voltadas à Extensão funcionam como elemento de articulação da comunidade acadêmica com a sociedade, convertendo-se em um agente capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade e receber a contribuição desta, pois este contato é que permite à instituição elaborar novos saberes e testar os já elaborados, sempre em consonância com as solicitações e as necessidades encontradas.

Para dar o devido direcionamento às ações de pesquisa e extensão foi estruturado o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG), que passou a fazer parte da estrutura organizacional da APMG, com a alteração da Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná, ocorrida com pela Lei Estadual nº 19.462, de 21 de abril de 2018. A função primordial do CPPG foi regulamentar o vínculo acadêmico estabelecido entre a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e a Academia Policial Militar do Guatupê, originado através da Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013.

Com a aproximação entre as instituições ocorreu a publicação da Resolução 011/2016 do Conselho Universitário da UNESPAR, ficando regulamentados os deveres e direitos de ambas as instituições em razão da vinculação acadêmica. Em cumprimento à Resolução no. 7/2018 - MEC/CNE/CES, a UNESPAR emitiu a resolução no. 38/2020, por meio do CEPE.

O Centro de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) tem atuado, juntamente com a Escola de Formação de Oficiais (EsFO), no fomento à promoção de eventos científicos com a participação de alunos da APMG e da comunidade acadêmica, como congressos técnico-científicos, seminários, ciclos de palestras, colóquios, rodas de conversa, entre outros eventos relacionados com a segurança pública.

Após a publicação da resolução nº 031/2024 - CEPE/UNESPAR, que aprovou o Regulamento da Curricularização da Extensão na Universidade Estadual do Paraná -

UNESPAR, o CPPG reestruturou o Projeto Pedagógico dos cursos da EsFO, de modo a dar atendimento à mencionada curricularização. O anexo da resolução prevê, em seu artigo 1º, parágrafo único, a obrigatoriedade de que 10% (dez por cento) do total da carga horária dos componentes curriculares sejam cumpridos na forma de atividades extensionistas.

Destarte, tais ações serão disponibilizadas aos discentes da seguinte forma:

- a. Participação de estudantes em projetos de extensão como atividades acadêmicas, científicas e culturais;
- b. Parte da carga horária de disciplinas dedicadas à realização de extensão;
- c. Estágio curricular dedicado ao exercício supervisionado das funções atinentes ao oficialato;
- d. Disciplinas dedicadas à extensão, proporcionando atividades de planejamento, gestão, execução e docência para públicos externos à APMG/EsFO.

9.7. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS

A natureza imprevisível da atividade fim da polícia militar faz com que a simples replicação do conhecimento aprendido em sala de aula não seja suficiente para a resolução de grande parte dos problemas, fator este que exige do policial militar uma alta capacidade de adaptação e criatividade, em consonância com os princípios doutrinários e legais vigentes, além da evolução com a conjuntura social, diversa e constantemente mutável.

Diante da complexidade e dinâmica das possíveis situações apresentadas ao policial militar na atividade fim, as disciplinas internamente classificadas como da área de ensino “profissional/operacional”, aqui denominadas de “Formação Geral” - a exemplo: Técnica de Abordagem e Tiro Policial - apresentam uma grande quantidade de carga horária prática, pois procuram ambientar o formando às situações cotidianas do serviço policial.

Nesses casos, primeiramente os alunos têm contato pleno com a fundamentação teórica da disciplina, para então iniciar os treinamentos técnico e tático, os quais lhe proporcionarão maior contato e percepção da realidade vivida pelo policial militar na sua atividade final. Durante essas atividades, são

constantemente observados os seguintes princípios:

- a. Segurança;
- b. Inafastabilidade dos fundamentos teóricos e legais da aplicação prática;
- c. Padronização de técnicas e procedimentos;
- d. Utilização de meios auxiliares de ensino e recursos materiais semelhantes aos utilizados na atividade fim; e
- e. Adequação de tempo para absorção efetiva do conteúdo.

Ainda, dada

9.7.1. RECURSOS FÍSICOS, BIBLIOGRÁFICOS E DE LABORATÓRIOS EXISTENTES

Espaços próprios do Curso	Descrição
Biblioteca	<p>A biblioteca da Academia Policial Militar do Guatupê, localizada no Bloco de Salas de Aula, é destinada aos alunos em curso, tendo como horário de funcionamento ao público das 7h15min às 19h. Destaca-se que o horário das aulas na academia é das 07h30min às 18h, desta forma a localização e o horário de funcionamento da biblioteca possibilitam um fácil acesso dos discentes a esta instalação.</p> <p>A composição da biblioteca da Academia Policial Militar do Guatupê conta com um acervo de 7.699 obras, com 11.629 exemplares, voltadas à literatura clássica, jurídica, engenharia, técnico-profissional, periódicos acadêmicos, dentre outras áreas do conhecimento. Os discentes ainda dispõem do acesso ao acervo digital da biblioteca da APMG, utilizando o sistema <i>Pergamum</i>.</p>
Laboratórios de Informática	<p>Os discentes da Academia Policial Militar do Guatupê dispõem atualmente de dois laboratórios de informática, localizados nos Blocos de Salas de Aula. Os laboratórios são destinados à formação técnico-profissional geral, em diversas áreas. Destaca-se que a localização desses laboratórios possibilita um fácil acesso a estes ambientes por parte dos alunos para a realização de pesquisas e trabalhos acadêmicos.</p>
Simulador de Confrontos	<p>A Academia Policial Militar do Guatupê dispõe de um simulador de confrontos que possibilita uma melhor capacitação dos discentes no que tange às nuances da dinâmica dos confrontos armados. Localizado no Bloco de Salas de Aula esse equipamento possibilita, através da projeção de situações problema, que o discente tenha uma aproximação com a realidade, utilizando as informações repassadas em aula para a solução de situações fáticas, aprimorando a técnica policial com exercícios de alto grau de complexidade.</p>

<p>Complexo de Treinamento Tático Policial Militar</p>	<p>Para o desenvolvimento do treinamento nas áreas concernentes às técnicas e táticas de emprego do tiro policial, os integrantes do curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê contam com um complexo de treinamento tático. A pista de tiro do complexo, com extensão de 90 metros, é utilizada, prioritariamente, para a realização de tiro em movimento, com o objetivo de aprimorar o policial militar no desenvolvimento de sua atividade como agente de segurança pública, buscando aproximá-lo das situações reais do cotidiano.</p> <p>No complexo de treinamento também existem quatros boxes, com extensão de 25 metros, utilizados, prioritariamente, para a realização de tiro estático, também com objetivo de aprimorar as técnicas e táticas aproximando-as ao máximo com as situações fáticas.</p> <p>No complexo de treinamento ainda funciona a “Casa de Pneus”, obra edificada simulando uma casa e seus cômodos, com paredes balísticas, destinada ao treinamento de policiais militares para situações de busca e verificação em ambientes confinados e de baixa luminosidade, e situações de alto risco.</p>
<p>Complexo Poliesportivo</p>	<p>A atividade policial militar exige de seus componentes o preparo físico adequado para o desenvolvimento das suas funções, assim, para possibilitar o correto treinamento físico do policial militar, a Academia Policial Militar do Guatupê conta com uma estrutura composta de: ginásio coberto com quadra poliesportiva, academia de musculação, piscina de 25 metros, quadra aberta de basquete, quadra aberta de tênis, três campos de futebol, pista de atletismo, pista de aplicação militar, sala de lutas e sala de <i>spinning</i>.</p>
<p>Refeitório</p>	<p>A Academia Policial Militar do Guatupê conta com uma estrutura destinada ao funcionamento de cozinha e refeitório, e tem condições de disponibilizar etapas de alimentação - café da manhã, almoço e jantar - aos discentes, docentes e demais policiais militares envolvidos nas atividades administrativas do estabelecimento de ensino.</p>
<p>Blocos de Salas de Aulas</p>	<p>Atualmente a Academia Policial Militar do Guatupê conta com dois Blocos de Salas de Aula, os quais totalizam trinta e cinco salas de aula. Junto a esses blocos existem dois mini auditórios, com capacidade para sessenta pessoas cada, e ainda um auditório com capacidade para duzentas e quarenta pessoas.</p> <p>O primeiro bloco de salas de aulas é destinado aos cursos de formação e especialização de praças policiais militares, vinculados a Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças da PMPR, o segundo bloco é reservado aos discentes da Escola de Formação de Oficiais, onde funcionam as turmas do curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública.</p>
<p>Blocos de Alojamentos</p>	<p>A estrutura da Academia Policial Militar do Guatupê dispõe de três blocos destinados ao alojamento dos discentes, totalizando cerca de noventa dormitórios com capacidade para até dez pessoas cada um. Os alojamentos atendem a necessidade dos cursos que funcionam em regime de internato, bem como são disponibilizados aos policiais militares não residentes na capital e região metropolitana de Curitiba, que se enquanto realizam curso no estabelecimento de ensino.</p>
<p>Centro de Atendimento Médico e Odontológico</p>	<p>A Academia Policial Militar do Guatupê dispõe, em seu bloco da administração, de um Centro de Atendimento Médico e</p>

	<p>Odontológico, a fim de garantir aos alunos o pronto atendimento médico. Neste local estão instaladas clínicas de atendimento com médico clínico geral, fisioterapeuta e odontologista.</p> <p>Os atendimentos seguem a agenda de horários específicos de cada profissional de saúde, e a estrutura está disponível aos discentes, docentes e demais militares estaduais envolvidos nas atividades administrativas do estabelecimento de ensino.</p>
--	--

10. QUADRO DE SERVIDORES

Nome	Titulações	Graduação	Carga Horária Semanal	Regime de Trabalho
Adriano Cristiano Lazarotto	Especialista em Direito Penal - Universidade Cruzeiro do Sul (2020)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2014) Graduado em Direito - UNICID (2017)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Dênis Wellinton Viana	Doutor em Educação - UFPR (2024) Mestre em Educação - UFPR (2018) Curso Técnica de Ensino - APMG (2023) Especialista em Educação - FAEL (2018) Especialista em Gestão Pública - UEM (2013)	Graduado em Sociologia - UNINTER (2021) Graduado em Psicologia - UNIBRASIL (2015) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2007)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Reinaldo Anderson Alves Machado	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2022) Curso de Polícia Judiciária Militar - APMG (2006)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2001)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Leonardo Borges Becker	Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (2023) Curso de Controle de Distúrbios Cíveis (2024)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2022) Graduado em Direito - Cruzeiro do Sul (2024)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

10.1. COORDENAÇÃO DE CURSO

Nome	Titulações	Graduação	Carga Horária Semanal	Regime de Trabalho
Rafael Cordasco Penkal	<p>Mestre em Psicologia - TUIUTI (2015)</p> <p>Especialista em Gestão Estratégica de Policiamento de Choque - PMPR (2023)</p> <p>Especialista em Segurança Pública e Inteligência - FAI (2023)</p> <p>Especialista em Segurança, Planejamento e resposta de emergência - FAI (2023)</p> <p>Especialista em Tanatologia - UNIBF (2022)</p> <p>Especialista em Segurança Pública - Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (2021)</p> <p>Especialista em Neuropsicologia - BAGOZZI (2017)</p> <p>Especialista em Neurociência - PUC/PR (2012)</p>	<p>Graduado em Psicologia - TUIUTI (2010)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2002)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

10.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

A organização curricular dos Cursos de Formação Policiais Militares é regulado por normativa da Polícia Militar do Paraná e os grupos de trabalho que discutem as atualizações curriculares são as Câmaras Técnicas da Corporação, conforme Portaria CG 361 - Institui as Câmaras Técnicas no âmbito da PMPR.

10.3. CORPO DOCENTE

Nome	Titulações	Graduação	Carga Horária Semanal	Regime de Trabalho
Adilson Jose da Silva	Especialista em Gestão e Cenários Contemporâneos da Segurança Pública - UNIASSELVI (2022) Especialista em Neuropsicologia Educacional - Faculdade Padre João Bagozzi (2018)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2015) Graduado em Filosofia - PUCPR (2005)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Adilson Martendal de Oliveira Santos	Especialista em Segurança Pública - IFMG (2023) Especialista em Gestão de segurança Pública - APMCV (2022)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (1999)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Adirley Wittkowski	Curso de Planejamento e Projetos - APMG (2023) Especialista em Direito Processual e Direito Penal - Faculdade Educamais e Instituto Superior de Educação Ateneu SP (2019)	Graduado em Direito - PUC/PR (2014) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2007)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Adriano Cristiano Lazarotto	Especialista em Direito Penal - Universidade Cruzeiro do Sul (2020)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2014) Graduado em Direito - UNICID (2017)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Alexandre Pepe Parabocz	Especialista em Gestão Pública com ênfase em Direitos Humanos - UEPG (2019)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2015) Graduado em Enfermagem - UFPR (2015)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Alison Sczepanski	Especialista em Metodologias Ativas na Docência da Educação - UNINTER (2023) Curso Técnica de Ensino - APMG (2021) Especialista em Direitos	Graduado em Ciência Política - UNINTER (2020) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2011)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	Humanos e Movimentos Sociais - UNINTER (2021) Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior - UNINTER (2019) Especialista em Direito Administrativo Disciplinar - TUIUTI (2014)			
Anderson Guimaraes Ferreira	Especialista em Ciências Jurídicas - Universidade Cruzeiro do Sul (2023) Especialista em Controladoria e Responsabilidade Fiscal - UNINA (2022) Curso Técnica de Ensino - APMG (2021) Especialista em Liderança e Coaching - UNESA (2018) Especialista em Direito Administrativo Disciplinar - TUIUTI (2012)	Graduado em Direito - Universidade Cruzeiro do Sul (2023) Graduado em Administração - UFPR (2017) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2009)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Anderson Pakuszewski	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2022) Especialista em Políticas Públicas e Gestão de Segurança Pública - FITEC (2022) Especialista em Gestão de Recursos Humanos - UNINA (2019) Especialista em Gestão Pública - UNINA (2017)	Curso de Habilitação de Oficiais - APMG (2011) Graduado em Letras - Centro Universitário Campos de Andrade (2006)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Andre Felipe Pereira Kovalczykowski	Especialista em Estratégias para Conservação da Natureza - IFMS (2023) Especialista em Direito Ambiental - UNINTER (2021)	Graduado em Direito - Universidade Cruzeiro do Sul (2019) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2014)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Beatriz Carolina Gertz Merege	Especialista em Gestão e Cenários Contemporâneos	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2016)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	da Segurança Pública - UNIASSELVI (2022) Especialista em Direito da Criança e do Adolescente UniBF (2019)	Graduada em Psicologia - UFPR (2012)		
Camilla Borges Gazolla	Doutora em Genética - UFPR (2022) Mestre em Ciências Biológicas - UEM (2018)	Graduada em Ciências Biológicas - UEM (2015)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Carlos Alberto Rocha	Curso Superior de Polícia - APMG (2023) Curso de Técnica de Ensino - APMG (2018) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2013) Especialista em Administração com Ênfase em Segurança Pública - FACEAR (2012) Curso de Organização de Técnicas de Patrulhamento - APMG (2008) Curso de Polícia Judiciária Militar - APMG (2006) Especialista em Controle de Tumultos - PMPR (1999)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (1994)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Carlos Cesar de Souza Peres	Curso de Rondas Ostensivas com Aplicação de Motocicletas - PMPR (2021) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2020) Curso de Policiamento Montado - PMPR (2007)	Graduado em educação Física - Claretiano (2022) Graduado em Direito - UNIBRASIL (2007) Curso de Formação de Oficiais - APMG (1999)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Carlos Eduardo Jorge Zech	Especialista em Advocacia no Direito Digital e Proteção de Dados - UNICURITIBA (2024)	Curso de Formação de Oficiais APMG (2016)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Carolina Pauleto Ferraz Zancan	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2022)	Graduada em Direito - UFPR (2013)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	<p>Especialista em Direito Administrativo Disciplinar - TUIUTI (2016)</p> <p>Especialista em Direito Penal - Damásio Educacional (2015)</p>	<p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2006)</p>		
<p>Claudio Ricardo dos Santos Oliveira Pinto</p>	<p>Curso Superior de Polícia - APMG (2024)</p> <p>Especialista em Docência no Ensino Superior - FAMEPLAN (2020)</p> <p>Curso de Técnica de Ensino - APMG (2018)</p> <p>Especialista em Gestão Estratégica e Direito Militar - UNIPAR (2017)</p> <p>Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2013)</p> <p>Especialista em Administração com Ênfase em Segurança Pública - Faculdade Educacional Araucária (2013)</p> <p>Especialista em Segurança Pública, Cidadania e direitos Humanos - UNIOESTE (2009)</p>	<p>Graduado em Administração - Universidade Castelo Branco (2014)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (1994)</p>	<p>40</p>	<p>Tempo integral sem dedicação exclusiva</p>
<p>Cristiano Israel Caetano</p>	<p>Mestre em Educação Física - UFPR (2025)</p> <p>Mestre em Educação Física - UFPR (2020)</p> <p>Curso Técnica de Ensino - APMG (2021)</p> <p>Especialista em Curso de Promoção a Oficial Superior - IUM, Portugal (2020)</p> <p>Curso de Controle de Distúrbios Cíveis - PMPR (2016)</p> <p>Especialista em Direito Penal e Processual Penal - UTP (2015)</p>	<p>Graduado em Educação Física - UEPG (2018)</p> <p>Graduado em Direito - UNOPAR (2006)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2001)</p>	<p>40</p>	<p>Tempo integral sem dedicação exclusiva</p>

	<p>Especialista em Direito Administrativo Disciplinar - UTP (2013)</p> <p>Especialista em Administração Pública - FACEAR (2011)</p> <p>Especialista em Organização e Técnica de Patrulhamento - APMG (2008)</p>			
Damiao Eneias de Melo dos Santos	<p>Doutor em Ciências Policiais - Centro de Altos Estudos de Segurança (2021)</p> <p>Mestre Profissional em Segurança Pública - APMG (2016)</p> <p>Mestre em Gestão de Políticas Públicas - UEM (2014)</p> <p>Mestre em Ciências Sociais - UEM (2014)</p> <p>Mestre em Administração - UFPR (2011)</p> <p>Curso de Planejamento e Projetos - APMG (2023)</p> <p>Especialista em Docência do Ensino Superior - Faculdade Metropolitana São Carlos (2022)</p> <p>Especialista em Gestão da Administração - IPPEO (2021)</p> <p>Especialista em Administração Estratégica - PUCPR (2018)</p> <p>Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2016)</p> <p>Especialista em Gestão de Políticas Públicas - UNIOESTE (2008)</p> <p>Especialista em Gestão de</p>	<p>Graduado em Administração - UFPR (2000)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (1997)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	Recursos Humanos - Centro Universitário Univel (2008)			
Daniel Keiny Cardoso	Especialista em Gestão e Cenários Contemporâneos da Segurança Pública - UNIASSELVI (2022) Curso de Inteligência - APMG (2022) Curso de Patrulha Rural - PMRN (2020)	Graduado em Direito - FACNOPAR (2017) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2015)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Daniele Sato Mara	Curso de Policiamento Montado - PMPR (2021) Especialista em Segurança Pública - UNINA (2021)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2011) Graduada em Zootecnia - PMPR (2005)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Debora Cristina Scremin de Oliveira	Especialista em Gestão Pública - UNINA (2023) Especialista em Compliance Governamental e Corporativo - UNINA (2023) Curso de Inteligência - APMG (2022) Especialista em Análise Criminal - UNINA (2021) Especialista em Políticas Públicas - UNINA (2021) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2021) Especialista em Administração com Ênfase em Segurança Pública - UNIFACEAR (2012) Especialista em Gestão de Pessoas - ICEET (2010) Especialista em Direito Público - LFG - Anhanguera (2009) Curso de Aperfeiçoamento Jurídico - FEMPAR (2008)	Graduada em Direito - PUC/PR (2008) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2001)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

Dênis Wellinton Viana	Doutor em Educação- UFPR (2024) Mestre em Educação - UFPR (2018) Curso Técnica de Ensino - APMG (2023) Especialista em Educação - FAEL (2018) Especialista em Gestão Pública - UEM (2013)	Graduado em Sociologia - UNINTER (2021) Graduado em Psicologia - UNIBRASIL (2015) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2007)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Denner Henrique Bruno Lima Domingos de Jesus	Curso de Controle de Distúrbios Cíveis - PMPR (2024) Especialista em Musculação e Treinamento Funcional - Faculdade IBRA (2021) Curso de Instrutor de Educação Física - APMG (2021) Especialista em Ciências Jurídicas - Universidade Cruzeiro do Sul (2019) Curso de Radiopatrulha Auto - PMPR (2021)	Graduado em Direito - Universidade Cruzeiro do Sul (2019) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2016)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Diego da Silva Gutierrez	Curso de Instrutor de Arma de Fogo - PMPR (2020)	Graduado em Direito - Universidade Cruzeiro do Sul (2021) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2009)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Edemilson de Barros	Especialista em Estratégia em Segurança Pública - UFPR (2011) Curso Superior de Polícia - APMG (2010) Especialista em Administração Policial - UFPR (2004) Especialista em Política, Estratégia e Planejamento - Faculdades Integradas "Espírita" (2007)	Graduado em Construção Civil - UTFPR (1990) Curso de Formação de Oficiais Bombeiros - APMG (1988)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	<p>Curso de Socorrista - CBMPR (1998)</p> <p>Curso de International Wildland Fire Technology Exchange Program - Aviation Training Fire Management (1993)</p> <p>Curso de Operações de Busca e Salvamento - COBS (1992)</p>			
Eder de Souza	<p>Especialista em História Militar - UNINA (2024)</p> <p>Curso de Policiamento Montado - PMPR (2021)</p> <p>Especialista em Gestão em Políticas Públicas - São Braz (2017)</p> <p>Especialista em Direito Militar Contemporâneo - TUIUTI (2014)</p>	<p>Graduado em Direito - UNIANDRADE (2014)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2007)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Edilberto Mazon Filho	<p>Mestre em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública – SP/PMESP/CAES (2021)</p> <p>Curso Técnica de Ensino - APMG (2023)</p> <p>Especialista em Gestão e Cenários Contemporâneos da Segurança Pública – UNIASSELVI (2022)</p> <p>Curso de Rondas Ostensivas de Natureza Especial - PMPR (2021)</p> <p>Especialista em Direito Público – SP/LEGALE (2021)</p> <p>MBA em Planejamento e Gerenciamento Estratégico – FACEAR (2018)</p> <p>Curso de Controle de Distúrbios Cíveis - PMPR (2016)</p>	<p>Graduado em Direito - PUC/PR (2010)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2003)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	<p>MBA em Gestão Pública – FACEAR (2015)</p> <p>Especialista em Administração com ênfase em Segurança Pública – FACEAR (2010)</p> <p>Especialista em Formulação e Gestão de Políticas Públicas - UNICENTRO (2009)</p>			
Eduardo Kendi Fujioka Gritten	<p>Curso de Controle de Distúrbios Cíveis - APMG (2024)</p> <p>Curso de Rondas Ostensivas de Natureza Especial - PMPR (2021)</p> <p>Curso de Instrutor de Educação Física - APMG (2019)</p>	<p>Graduado em Educação Física - UNICESUMAR (2023)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2013)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Eduil Nascimento Junior	<p>Doutor em Engenharia Elétrica - Microeletrônica - UFPR (2020)</p> <p>Mestre em Engenharia Elétrica - Telecomunicações - UFPR (2013)</p> <p>Especialista em Teleinformática e Redes de Computadores - UTFPR (2010)</p>	<p>Graduado em Engenharia Elétrica - UTFPR (2007)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2001)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Elieser Antonio Durante Filho	<p>Mestre em Educação - UFPR (2021)</p> <p>MBA em Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e Talentos (2018)</p> <p>Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2018)</p> <p>Especialista em Gestão Pública com Habilitação em Políticas Públicas - IFPR (2014)</p> <p>Especialista em Gestão de Polícia Comunitária - SENASP (2010)</p>	<p>Graduado em Direito - UNIPAR (2005)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (1999)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	Especialista em Direito Empresarial - UCAM (2006)			
Fabricio Baran Carvalho	<p>Curso de Planejamento e Projetos - APMG (2023)</p> <p>Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2021)</p> <p>Especialista em Segurança Pública E Cidadania - Faculdade - UNIBF (2020)</p> <p>Especialista em Metodologia do Ensino Superior e EAD - Faculdade Educacional da Lapa (2016)</p> <p>Especialista em Fisiologia do Exercício e Prescrição de Exercício - Universidade Gama Filho (2013)</p> <p>Especialista em Gestão de Pessoas - Complementação em Magistério Superior - Faculdade Educacional Araucária (2011)</p> <p>Curso de Especialização em Organização e Técnica de Patrulhamento - COTP (2008)</p>	<p>Graduado Educação Física - PUC/PR (2006)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2001)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Floresvaldo de Oliveira Damasceno	<p>Curso Superior de Polícia - APMG (2022)</p> <p>Curso de Gestão de Segurança Pública - PMMA/APMGD (2019)</p> <p>Especialista em Segurança Pública - Faculdade São Braz (2017)</p> <p>MBA em Gestão de Pessoas - UNINTER (2008)</p>	<p>Curso de Habilitação de Oficiais - APMG (2010)</p> <p>Graduado em Administração de Empresas - FACINTER (2006)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Francielle Hoflinger	<p>Mestre em Educação Física - UTFPR (2020)</p> <p>Especialista em Nutrição no Esporte e no Exercício - UNINTER (2023)</p>	<p>Graduada em Educação Física - UNIBRASIL (2016)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2011)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	<p>Curso de Policiamento Comunitário - APMG (2021)</p> <p>Curso de Instrutor de Educação Física - APMG (2020)</p> <p>Especialista em Direito Administrativo Disciplinar - Universidade Tuiuti do Paraná (2014)</p> <p>Especialista em Administração com Ênfase em Segurança Pública - Faculdade Educacional Araucária (2012)</p>			
Francis Pirog	<p>Especialista em Treinamento Especializado e Funcional para Corrida - Faculdade Iguazu (2024)</p> <p>Especialista em Ciências Jurídicas - Universidade Cruzeiro do Sul (2021)</p> <p>Especialista em Segurança Pública - Faculdade São Braz (2017)</p> <p>Curso de Controle de Distúrbios Cíveis - APMG (2016)</p> <p>Curso de Instrutor de Educação Física - APMG (2012)</p>	<p>Graduado em Direito - Universidade Cruzeiro do Sul (2021)</p> <p>Graduado em Letras - Centro Universitário Claretiano (2015)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2005)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Gabriel Ferreira Pinto de Oliveira	<p>Curso de Instrutor de Armas de Fogo - PMPR (2020)</p>	<p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2015)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Geison David da Silva	<p>Especialista em Ciências Jurídicas - Universidade Cruzeiro do Sul (2024)</p> <p>Especialista em Direito Administrativo - CENES (2022)</p> <p>Especialista em Direitos Humanos CENES (2022)</p>	<p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2014)</p> <p>Graduado em Psicologia - Universidade Positivo (2009)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Gilberto de	<p>Especialista em Gestão</p>	<p>Graduado em</p>	40	Tempo integral sem

Oliveira Mariano	Pública - Residência Técnica - UEPG (2022) Curso Intensivo de Trânsito - PMPR (2021)	Administração - UniCesumar (2020) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2013)		dedicação exclusiva
Guilherme Ganem de Almeida Cezar	Curso de Rondas Ostensivas de Natureza Especial - PMPR (2024) Curso Operações de Polícia de Choque - PMTO (2022)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2021)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Guilherme Skrepka Ovcar	Curso de Radiopatrulha Auto - PMPR (2021) Especialista em Gestão Pública - UNINTER (2018)	Graduado em Relações Internacionais - UNICURITIBA (2013) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2011)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Guilherme Zasevski Almeida	Especialista em Políticas Públicas em Segurança - Faculdade Campos Elíseos (2022) Especialista em Direito Penal e Processual Penal - Faculdade Única de Ipatinga (2021) Curso Intensivo de Trânsito - PMPR (2021) Curso Técnica de Ensino - APMG (2018) Especialista em Polícia Judiciária Militar - Faculdade IPPEO - Instituto Venturo (2017)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2015) Graduado em Direito - UFPR (2013)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Gustavo de Lima Dias	Especialista em Ciências Jurídicas - Universidade Cruzeiro do Sul (2024)	Curso de Formação de Oficiais APMG (2015)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Henrique Arendt Neto	Curso Técnica de Ensino - PMPR (2023) Curso de Socorrista - PMPR/CBMPR (2022) Curso de Policiamento Comunitário - PMPR (2021)	Graduado em Direito - FIEP (2019) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2012)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Henrique Pilz	Especialista em Ciências	Curso de Formação de	40	Tempo integral sem

Tschoeke	Jurídicas - Universidade Cruzeiro do Sul (2021)	Oficiais - APMG (2019)		dedicação exclusiva
Ilson de Oliveira Junior	Especialista em Docência do Ensino Superior - UNINA (2020) Especialista em Direito Militar Contemporâneo - UNIFACEAR (2018) Especialista em Relações Internacionais - UFPR (2011) Especialista em Administração Pública - FACEAR (2011)	Graduado em Técnico Profissional em Explosivos - PONAL, Colômbia (2012) Graduado em Direito - UNICURITIBA (2010) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2000)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Ismael Veiga da Silva	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2023) Especialista em Administração com Ênfase em Segurança Pública - Faculdade Educacional Araucária (2012)	Curso de Habilitação de Oficiais - APMG (2011) Graduado em Administração - UNICENP (2001)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Joao Andre Cardoso Ferreira	*	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2018)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
João Pedro Passos Rocha	Curso de Inteligência - PMPR (2022) Especialista em Direito Constitucional - Damásio Educacional (2015) Curso de Polícia Judiciária Militar - APMG (2006) Curso de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - APMG (2010)	Graduado em Direito - UEL (2007) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2001)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Jonas Falcao Jose Maria	Curso de Especialização Controle de Distúrbios Cívicos - PMPR (2024) Especialista em Direito Militar - UNINA (2023) Especialista em Inteligência Policial e Penitenciária - UNINA (2023)	Graduado em Direito - Faculdade Cruzeiro do Sul (2023) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2020)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Jorge Aurélio	Especialista em Direito	Graduado em Direito -	40	Tempo integral sem

Perito de Bem	Penal e Processual - Universidade Cândido Mendes/RJ (2019)	OPET (2016) Graduado em Engenharia Mecânica - UFPR (2003)		dedicação exclusiva
Leonardo Rozwalka Vieira	Curso Técnica de Ensino - APMG (2023) Curso de Rondas Ostensivas com Aplicação de Motocicletas - PMPR (2021) Especialista em Ciências Jurídicas - Universidade Cruzeiro do Sul (2019) Curso de Instrutor de Educação Física - APMG (2019)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2015)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Lucas Augusto Guimaraes Martins	Curso de Instrutor de Educação Física - APMG (2021)	Graduado Direito - Universidade Cruzeiro do Sul (2019) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2014)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Lucas Henrique Alves da Rosa Gross	Mestre em Engenharia Civil - UTFPR (2023) Curso de Técnicas de Ensino - APMG (2021) Especialista em Administração e Finanças - UNINA (2019) Curso de Especialização em Segurança contra Incêndios - CBPMPR (2018)	Graduado em Engenharia Civil - OPET (2020) Curso de Formação de Oficiais Bombeiros - APMG (2015)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Lucas Matheus Lopes	Especialista em Direito Administrativo - Instituto Romeu Felipe Bacellar (2021) Curso de Técnica de Ensino - APMG (2018)	Graduado em Direito - UFPR (2019) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2015)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Luiz Carlos Lemos Junior	Curso de Planejamento e Projetos - APMG (2023) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2021)	Graduado em Direito - FPL (2007) Curso de Formação de Oficiais - APMG (1999)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	<p>Especialista em Ensino a Distância - Universidade Norte do Paraná (2014)</p> <p>Especialista em Gestão Pública - UEPG (2011)</p> <p>Curso de Polícia Judiciária Militar - APMG (2006)</p>			
Luiz Fernando Bittencourt Silva	<p>Curso Intensivo de Trânsito - PMPR (2021)</p> <p>Especialista em Política e Sociedade - Dom Bosco (2017)</p>	<p>Graduado em Ciências Sociais - UFPR (2023)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2013)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Marcel Elias dos Santos	<p>Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2022)</p> <p>Especialista em Direito Militar - Universidade Cruzeiro do Sul (2022)</p> <p>Curso de Técnica de Ensino - APMG (2018)</p> <p>Especialista em Direito Militar Contemporâneo - TUIUTI (2014)</p> <p>Curso de Polícia Judiciária Militar - APMG (2010)</p>	<p>Graduado em Direito - Universidade Positivo (2015)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2004)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Marcelo Henrique Hoiser	<p>Curso de Defesa Pessoal - PMPR (2019)</p>	<p>Graduado em Educação Física - UFPR (2022)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2011)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Marco Antonio da Silva	<p>Curso Superior de Polícia - APMG (2023)</p> <p>Especialista em Psicologia Forense no Sistema Penal - FIBMG (2022)</p> <p>Curso Técnica de Ensino - APMG (2000)</p> <p>Especialista em Saúde Mental - Universidade Católica Dom Bosco (2017)</p> <p>Especialista em Psicologia</p>	<p>Graduado em Psicologia - PUC/PR (2010)</p> <p>Graduado em Estudos Sociais - Faculdades Integradas Espírita (1998)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (1994)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	Jurídica - PUCPR (2012)			
Marcos Cesar Paluch	Especialista em Educação Ambiental Espaços Educativos Sustentáveis - UNINA (2021) Especialista em Direito Administrativo e Disciplinar - UTP (2013) Especialista em Segurança Pública e Complexidade - UDC (2010) Curso de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - APMG (2009)	Graduado em Direito - UDC (2009) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2002)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Marcos Roberto de Souza Peres	Doutor em Educação - UFPR (2019) Mestre em Educação - UFPR (2016) Especialista em Administração com Ênfase em Segurança Pública - FACEAR (2013) Especialista em Administração Pública - CEET (2012)	Graduado em Direito - Faculdade de Pinhais (2020) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2002)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Maria Cecilia Marcal Neumann Teodoro Rodrigues	Especialista em Fiscalização em Atividade Madeireira - PMESP (2024) Especialista em Policiamento Ambiental - PMESP (2023) Especialista em Segurança Pública e Cidadania - UNINA (2022) Curso de Radiopatrulha Auto – PMPR (2021) Especialista em Direito Militar - Faculdades São Braz (2019) Curso de Polícia Comunitária PMPR (2013)	Graduada em Direito - Unicuritiba (2018) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2012)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Mario Picetskei	Curso de Instrutor de	Curso de Formação de	40	Tempo integral sem

Junior	Educação Física - APMG (2019) Especialista em Segurança Pública - UNINTER (2019) Curso de Controle de Distúrbios Cíveis - PMPR (2016)	Oficiais - APMG (2010) Graduado em Fisioterapia - UTP (2007)		dedicação exclusiva
Mateus Batista Assad Mady	Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal - UNINTER (2024) Especialista em Ciências Jurídicas - Universidade Cruzeiro do Sul (2021) Curso de Radiopatrulha Auto - PMPR (2021)	Graduado em Direito - Universidade Cruzeiro do Sul (2022) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2019)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Mateus Ferreira da Silva	Curso de Instrutor de Educação Física - APMG (2019) Especialista em Gestão Estratégica e Direito Militar - UNIPAR (2017)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2014)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Matheus Venturini Pivotto	*	Curso de Formação de Oficiais Bombeiros - APMG (2015)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Mayra Jaqueline Tonelli	Curso Técnica de Ensino - APMG (2023) Curso de Polícia Judiciária Militar - APMG (2021)	Graduada em Direito - Centro Universitário Curitiba (2020) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2012)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Miguel Angel de Marchi Amarilla	Mestre em Informática - UFPR (2016) Especialista em Computação Forense e Perícia Digital - IPOG (2020) Especialista em Redes de Computadores e Academia CISCO - OPET (2010) Curso de Polícia Judiciária Militar - APMG (2006) Especialista em Segurança em Redes e Banco de	Graduado em Sistemas de Informação - UNC (2006) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2001)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	Dados Distribuídos - UNC (2006)			
Milton Isack Fadel Neto	<p>Mestre em Ciência do Movimento Humano - UTFPR (2021)</p> <p>Especialista em Ciências Jurídicas - Universidade Cruzeiro do Sul (2024)</p> <p>Curso Aperfeiçoamento de Oficiais - PMPR (2023)</p> <p>Especialista em Fisioterapia Esportiva - Universidade Estácio de Sá (2023)</p> <p>Especialista em Gestão de Recursos Humanos - UNINA (2020)</p> <p>Curso de Defesa Pessoal - PMPR (2019)</p> <p>Especialista em Treinamento de Força e Hipertrofia - UFPR (2015)</p>	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2007)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Muriel Xavier	<p>Curso de Técnica de Ensino - APMG (2023)</p> <p>Especialista em Direito Penal - FABRAS (2022)</p> <p>Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2021)</p>	<p>Graduado em Direito - FESP (2018)</p> <p>Graduado em Licenciatura Plena em História - FAFIPAR (2009)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2001)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Osias Pereira de Souza	<p>Especialista em Inteligência Policial e Penitenciária - UNINA (2024)</p> <p>Especialista em Recursos Humanos - UNINA (2022)</p> <p>Especialista em Administração e Finanças - UNINA (2021)</p> <p>Curso de Instrutor de Educação Física - APMG (2021)</p> <p>Curso de Radiopatrulha</p>	<p>Graduado em Direito - Universidade Cruzeiro do Sul (2021)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2011)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	<p>Auto - PMPR (2021)</p> <p>Especialista em Ciências Jurídicas - Universidade Cruzeiro do Sul (2020)</p> <p>MBA Gestão Estratégica - FACEAR (2018)</p>			
Otávio Lucio Roncaglio	<p>Especialista em Análise Criminal - UNINA (2023)</p> <p>Especialista em Inteligência Policial e Penitenciária - UNINA (2022)</p> <p>Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2022)</p> <p>Curso de Inteligência - APMG (2021)</p> <p>Especialista em Segurança Pública - UNINA (2018)</p> <p>Especialista em Gestão Pública com Ênfase em Logística - IFPR (2015)</p>	<p>Graduado em Educação Física - PUC/PR (2008)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2003)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Paulo Francisco de Oliveira	<p>Mestre em Direito - UNINTER (2023)</p> <p>Mestre em Administração - UFPR (2022)</p> <p>Especialista em Direito Processual Civil - UNINTER (2019)</p>	<p>Graduado em Direito - UNIOESTE (2020)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2013)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Paulo Ricardo da Rosa	<p>Curso de Controle de Distúrbios Cíveis - PMPR (2024)</p> <p>Especialista em Ciências Jurídicas - Universidade Cruzeiro do Sul (2022)</p>	<p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2021)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Paulo Vinicius Gomes Nogueira Sales	<p>Curso de Trânsito Aplicado - PMSC (2023)</p> <p>Curso de Inteligência Policial Militar - PMPR (2021)</p> <p>Curso de Instrutor de Armas de Fogo - PMPR (2020)</p>	<p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2018)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

Rafael Cordasco Penkal	<p>Mestre em Psicologia - TUIUTI (2015)</p> <p>Especialista em Gestão Estratégica de Policiamento de Choque - PMPR (2023)</p> <p>Especialista em Segurança Pública e Inteligência - FAI (2023)</p> <p>Especialista em Segurança, Planejamento e resposta de emergência - FAI (2023)</p> <p>Especialista em Tanatologia - UNIBF (2022)</p> <p>Especialista em Segurança Pública - Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (2021)</p> <p>Especialista em Neuropsicologia - BAGOZZI (2017)</p> <p>Especialista em Neurociência - PUC/PR (2012)</p>	<p>Graduado em Psicologia - TUIUTI (2010)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2002)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Rafael de Souza	<p>Curso de Controle de Distúrbios Cíveis - PMPR (2024)</p> <p>Especialista em Ciências Jurídicas - Universidade Cruzeiro do Sul (2022)</p> <p>Especialista em Gestão de Recursos Humanos - FSB/PR (2020)</p> <p>Curso de Defesa Pessoal - PMPR (2019)</p> <p>Especialista em Segurança Pública - FSB/PR (2017)</p> <p>Especialista em Direito Militar Contemporâneo - UTP/PR (2013)</p>	<p>Graduado em Direito - Universidade Cruzeiro do Sul (2023)</p> <p>Graduado em Administração - UFPR (2018)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2010)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Rafael Gomes	Pós Doutor em Atividade	Graduado em	40	Tempo integral sem

Sentone	Física - Universidade de Navarra / Espanha (2023) Doutor em Educação Física - UFPR (2021) Mestre em Educação Física - UFPR (2018) Especialista em Docência no Ensino Superior (2019) Especialista em Segurança Pública - Faculdade São Braz (2018) Curso de Instrutor de Educação Física - APMG (2012)	Educação Física - UNIBRASIL (2016) Curso de Formação de Oficiais - APMG (2009)		dedicação exclusiva
Rafael Gustavo Merege de Mello	Curso de Rondas Ostensivas de Natureza Especial - PMPR (2024)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2016)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Rafael Lechinowski Calsavara	Mestre em Planejamento e Governança Pública - UTFPR (2023) Curso de Inteligência - PMPR (2021) Especialista em Direito Administrativo - FUNIP (2020) Especialista em Direito Militar - UCAM (2018) Curso de Mergulhador Autônomo Grupo de Operações de Socorro Tático - GOST (2017)	Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar - APMG (2013) Graduado em Direito - UnC (2019)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Rafaela Mansur Diotallevi	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Bombeiro Militar - CCB (2022) Especialista em Coaching de mediação de Conflitos - UNINA (2022) Especialista em Sistema de Comando de Incidentes - CCB (2021)	Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar - APMG (2009) Graduada em Educação Física - UFPR (2004)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Reinaldo Anderson Alves	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2022)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2001)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

Machado	Curso de Polícia Judiciária Militar - APMG (2006)			
Ricardo Caron	<p>Curso de Planejamento e Projetos - APMG (2023)</p> <p>Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2015)</p> <p>Especialista em Direito Penal e Processual Penal - Universidade Candido Mendes (2017)</p> <p>Especialista em Administração Pública - Centro Universitário de Maringá (2013)</p> <p>Especialista em Gestão de Pessoas - Centro Empresarial Tecnológico e Faculdade Educacional Araucária (2010)</p> <p>Curso de Polícia Judiciária Militar - APMG (2006)</p>	<p>Graduado em Direito - Universidade Cruzeiro do Sul (2023)</p> <p>Graduado em Administração - TUIUTI (2003)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (1997)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Ricardo Cruz da Silva	<p>Especialista em Análise Criminal – Faculdade UNINA (2022)</p> <p>Especialista em Recursos Humanos – Faculdade UNINA - (2021)</p> <p>Curso de Rondas Ostensivas com Aplicação de Motocicletas - PMPR (2021)</p> <p>Especialista em Segurança Pública – Faculdades São Braz (2017)</p> <p>Curso de Controle de Distúrbios Cíveis - PMPR (2016)</p>	<p>Graduado em Direito - Universidade Cruzeiro do Sul (2019)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2009)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Ricardo Schwambach	<p>Especialista em Gestão de Risco e Segurança Cibernética - CENES (2023)</p> <p>Especialista em Engenharia de Software -</p>	<p>Graduado em Administração - Anhembi Morumbi (2022)</p> <p>Graduado em Curso Superior de Tecnologia</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	<p>CENES (2023)</p> <p>Curso de Planejamento e Projetos - APMG (2023)</p> <p>Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais PMMT (2022)</p> <p>Especialista em Docência do Ensino Superior - UNINA (2020)</p> <p>Curso de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - APMG (2016)</p> <p>MBA em Tecnologias para o Ensino a Distância - CBMPR (2016)</p> <p>Especialista em Segurança e Administração de Redes de Computadores - UTP (2013)</p> <p>Curso de Formação de Socorrista - CCB (2004)</p>	<p>em Gestão Pública - CEUMAR (2016)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2001)</p>		
Rildo Fausto Kops Neto	<p>Especialista em Teoria da Justiça e Decisão Moral do Policial - Escola Superior da Polícia Civil (2024)</p> <p>Especialista em Desenvolvimento integrado de fronteiras - ESIC (2021)</p> <p>Especialista em História do Brasil - Facuminas (2021)</p> <p>Especialista em Direito Penal Militar Contemporâneo - TUIUTI (2012)</p>	<p>Graduado em Relações Internacionais - UNINTER (2021)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2011)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Sidinei Hudach	<p>Especialista em Policiamento de Trânsito Rodoviário - Polícia Militar de Santa Catarina (2022)</p> <p>Curso Técnica de Ensino - APMG (2021)</p>	<p>Tecnólogo em Gestão Pública - Universidade Estadual do Centro-Oeste (2020)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2018)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Sthefano Roberto Janata	<p>Curso Superior de Polícia - APMG (2022)</p> <p>Especialista em Inteligência</p>	<p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (1997)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	<p>Policial e Penitenciária - UNINA (2024)</p> <p>Especialista em Gestão das Políticas Sociais - Exata Educacional (2023)</p> <p>Especialista em Direitos Humanos - Exata Educacional (2022)</p> <p>Especialista em Gestão Pública - Exata Educacional (2021)</p> <p>Curso de Instrutor de Arma de Fogo - PMPR (2020)</p> <p>Curso de Policiamento Montado - PMPR (2020)</p> <p>Especialista em Administração com Ênfase em Segurança Pública - FACEAR (2018)</p> <p>Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior - UNINTER (2017)</p> <p>Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - APMG (2016)</p>			
Thiago Augusto Pirola dos Santos	Curso de Rondas Ostensivas com Aplicação de Motocicletas - PMPR (2021)	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2019)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Thiago Federovicz Mendes dos Santos	<p>Especialista em Perícia Criminal - UNINA (2023)</p> <p>Especialista em Gestão do Sistema Prisional - UNINA (2022)</p> <p>Especialista em Segurança Pública - UNINA (2019)</p> <p>Especialista em Gestão Empresarial - FECEAR (2009)</p>	<p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2013)</p> <p>Graduado em Ciências Biológicas - FAP (2009)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Thiago Shinmi Shiguihara	*	Curso de Formação de Oficiais - APMG (2015)	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Valdir Goedert	Mestre em Educação -	Graduado em Direito -	40	Tempo integral sem

Filho	UFPR (2016)	UFPR (2012)		dedicação exclusiva
	<p>Especialista em Gestão Estratégica de Policiamento de Choque - PMPR (2023)</p> <p>Especialista em História Militar - UNINA (2022)</p> <p>Curso de Técnica de Ensino - APMG (2018)</p> <p>Especialista em Metodologia do Ensino Superior e EAD - FAEL (2018)</p>	<p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2005)</p>		
Vanio Galbino da Silva Junior	<p>Especialista em Direito Militar - UNINA (2021)</p> <p>Curso de Técnica de Ensino - APMG (2021)</p>	<p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2018)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Victor Manoel Freiberg Couto	<p>Curso de Controle de Distúrbios Cíveis - PMPR (2024)</p> <p>Curso de Instrutor de Educação Física - APMG (2021)</p> <p>Curso de Rondas Ostensivas de Natureza Especial - PMPR (2021)</p>	<p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2015)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Victor Rodrigo Amaral	<p>Mestre em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão - UFPR (2024)</p> <p>Especialista em Gestão Pública - UEM (2013)</p>	<p>Graduado em Educação Física - Centro Universitário Campos de Andrade (2013)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2007)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva
Wagner Henrique Blum	<p>Especialista em Gestão de Polícia de Choque - PMPR (2023)</p> <p>Especialista em Direito Penal Militar - UNINA (2023)</p> <p>Especialista em Segurança Pública - UNIOESTE (2008)</p>	<p>Graduado em Direito - UNIPAR (2004)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (1997)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

	<p>Especialista em Direito Penal - UNIVEL (2006)</p> <p>Especialista em Processo Penal - UNIVEL (2004)</p> <p>Curso de Distúrbios Cíveis - PMPR (1999)</p>			
Yan Lucca Nunes Santos	Curso Intensivo de Trânsito - PMPR (2021)	<p>Graduado em Direito - Universidade Cruzeiro do Sul (2022)</p> <p>Curso de Formação de Oficiais - APMG (2020)</p>	40	Tempo integral sem dedicação exclusiva

Observações:

O atual quadro de docentes supre a demanda de cursos da APMG.

A seleção/indicação do Corpo docente, ato exclusivo do Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê, pondera os seguintes aspectos: titulação, idoneidade moral, conduta profissional e pessoal, capacidade de instruir, habilidade específica, experiência anterior na área e avaliações anteriores sobre seu desempenho.

O quadro de professores tem caráter permanente, fator que proporciona regularidade à docência da instituição; mas, apesar de permanente, o quadro não é físico. Estas características decorrem da peculiaridade da organização da instituição Polícia Militar do Paraná, a qual é formatada para atender as demandas de segurança pública do Estado; por esse motivo, os docentes que lecionam na Academia Policial Militar do Guatupê não estão necessariamente lotados neste estabelecimento de ensino. Por fim, é importante salientar que além de uma consequência organizacional, a lotação do docente nas atividades meios e fim da Polícia Militar – que não a de ensino – permitem constante atualização do docente, através da prática diária e experiência decorrente.

A composição do quadro de docentes, na qual figuram tanto militares estaduais quanto docentes civis, objetiva congrega profissionais de titulação destacada, com grande conhecimento na área de ensino afim. Este objetivo, aliado com a peculiaridade do ensino policial militar – composto por disciplinas próprias,

inexistentes no mundo civil – possibilita que determinado docente não possua diplomação acadêmica elevada (mestrado ou doutorado, por exemplo); mas, apesar disso, a sua expertise e conhecimento específicos – adquiridos pela experiência de anos de profissão, e/ou cursos de capacitação profissional próprios das instituições policiais militares, geralmente com cargas horárias compatíveis com cursos de pós-graduação *lato sensu* – habilita-o à docência no Curso de Formação de Oficiais.

Enfim, ressaltamos que, como forma de progressão funcional a ser dada àqueles que desenvolvem a atividade de docência, existe o pagamento por hora aula ministrada, a qual é regulada por legislação própria.

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

- Graduados: 03
- Especialistas: 75
- Mestres: 13
- Doutores: 07

11. ANEXOS

ANEXO I - Portaria do Comando-Geral nº 243, de 26 de fevereiro de 2008, Normas Técnicas para Avaliação do Rendimento da Aprendizagem na Polícia Militar do Paraná (NOTARA);

ANEXO II – Regulamento de ACE para o curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública da APMG/UNESPAR;

ANEXO III - Portaria do Comando-Geral nº 330, de 14 de março de 2014, Portaria de Ensino da PMPR;

ANEXO IV - Regulamento de Estágio Operacional e Administrativo do CFO PM, Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública;e

ANEXO V - Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso Desenvolvidos na Academia Policial Militar do Guatupê.

ANEXO VI - Estatuto do Diretório Acadêmico do Guatupê.



assinado eletronicamente

**Cel. QOEM PM José Luiz Beggiora Junior,
Comandante da APMG.**

UNESPAR - Reitoria | Av. Rio Grande do Norte, 1525 | Centro | Paranavaí- Paraná | CEP 87710-020 | Telefone (44)
3441-4700